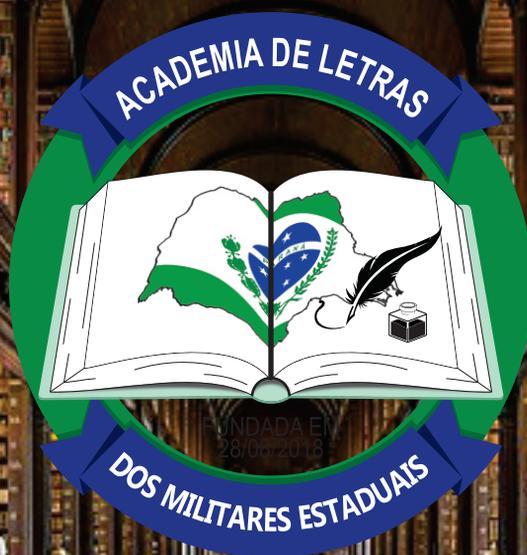


ANTOLOGIA

Literária



EDIÇÃO COMEMORATIVA AO 4º ANIVERSÁRIO

ALMEPAR
2022

**Academia de Letras dos Militares
Estaduais do Paraná**



**2ª Antologia Literária comemorativa ao
4º Aniversário da ALMEPAR**

2022

Coordenadores

Major QOPM João Carlos Toledo Júnior – Membro Efetivo e Fundador da ALMEPAR
Capitão QOPM Marcelo Trevisan Karpinski – Membro Efetivo e Fundador da ALMEPAR
Subtenente PM RR Izaquiel Leal Miranda – Membro Efetivo e Fundador da ALMEPAR

Impressão

Oficina do Impresso Gráfica e Editora Ltda.
Rua Carlos Essenfelder 3606 | Boqueirão | Curitiba | Paraná
Fone: (41) 3287-0123
E-mail: comercial@oficinadoimpresso.com.br
www.oficinadoimpresso.com.br

Tiragem

300 exemplares

Número do ISBN: 978-65-990046-4-3

Distribuição Gratuita

Proibida a venda em qualquer formato de apresentação.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma de divulgação, sem a prévia autorização da ALMEPAR.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei Federal nº 9.601/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Direitos exclusivos dos autores.

Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná

Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 1362

Curitiba – PR – CEP: 80.230-110

www.almepar.org.br

almepar2018@gmail.com

Imagem da capa: Biblioteca da Universidade Trinity College de Dublin, Irlanda.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por sua imensa misericórdia em permitir a elaboração desta obra e por ter derramado suas bênçãos em prol do crescimento profissional e intelectual da ALMEPAR.

Ao Exmo. Sr. Comando-Geral da PMPR, Exmo. Sr. Presidente da AVM, Exmo. Sr. Presidente da ASSOFEPAR e Exmo. Sr. Presidente da AMAI, pelo apoio irrestrito à ALMEPAR desde a sua criação no ano de 2018.

Ao 2º Sgt. QPM 1-0 Adilson Soares Vieira, pelo apoio na formatação da capa da obra.

Por fim, a todos os Membros Efetivos e Membros Correspondentes da ALMEPAR pela disponibilização dos materiais cedidos para publicação na presente obra.

SUMÁRIO

Apresentação	07
Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná	09
Membros Efetivos e Correspondentes	10
A Física Atual Nos Indica: Deus Existe	13
<i>Antônio Celso Mendes</i>	
Notas Ferroviárias	15
<i>Janary Busmann Maranhão</i>	
Princípio da Subordinação	19
<i>Irineu Ozires da Cunha</i>	
O dia 27 de setembro de 1996 na minha vida	23
<i>Élio de Oliveira Manoel</i>	
A Entrega	27
<i>Waldick Alan de Almeida Garrett</i>	
Instâncias Formais e Informais de Segurança Pública.....	31
<i>José Semmer Neto</i>	
Pressupostos e Conjecturas: A Segurança Pública em Busca de seu Espaço na Ciência	41
<i>Dalton Gean Perovano</i>	
Heróis da Palavra	47
<i>Marco Antonio da Silva</i>	
A lendária terra comprometida	51
<i>Valmir de Souza</i>	
A Participação da Polícia Militar do Paraná no Contexto da Revolução de 1924	57
<i>João Carlos Toledo Júnior</i>	
O Chamado do Tempo	77
<i>Rodolfo Kredens Silva</i>	
Segurança Pública: Dos Direitos do Homem aos Direitos Humanos	79
<i>Marcelo Trevisan Karpinski</i>	
Utilização de Gravações Audiovisuais de Ações Policiais para efeito de Constituição de Prova ..	87
<i>Adirley Wittkowski</i>	
Criação da Polícia Militar do Paraná (O Primeiro Soldado da Polícia Militar do Paraná)	99
<i>Izaquiel Leal Miranda</i>	
Memorial do Guarda-Vidas do Estado do Paraná	109
<i>Marlon Ricardo de Assis Bastos</i>	

A Consolidação da Estrutura de Instrução na PMPR: Coronel Michaliszyn e seu legado para o futuro da Corporação	133
<i>Gerson Luiz Buczenko</i>	
Questionamentos sobre a atividade de Preservar e Salvar Vidas no Corpo de Bombeiros e na Polícia Militar: Reflexões provocativas para mudar ou reafirmar paradigmas Históricos	143
<i>Eduardo Gomes Pinheiro</i>	
As pedras da praia de Itaguaçu	151
<i>Roberto Rodrigues Menezes</i>	
Em algum lugar do <i>Passado</i> : Os Bichos Espichados do Guatupê	165
<i>Jorge Cesar de Assis</i>	

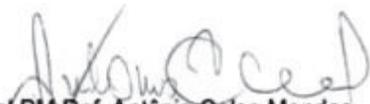
APRESENTAÇÃO

Ao ensejo das comemorações do 4º aniversário de fundação da ALMEPAR, torna-se oportuno destacar o que ela tem representado no contexto da vida diuturna de nossa Corporação, a Polícia Militar do Paraná.

Criando fortes incentivos à pesquisa histórica e literária entre os integrantes da Corporação, a ALMEPAR representa um estágio importante em sua evolução, que caminha cada vez mais a ser um elo preventivo de presença militar em todo o Estado.

Dessa forma, a atividade acadêmica dentro da Corporação contribui de forma positiva na evolução cultural e humanística de seus integrantes, colocando a Polícia Militar do Paraná em destaque perante as demais instituições públicas do Estado.

Assim, nesta segunda Antologia está sendo apresentado material elaborado por todos atuais Membros Efetivos do Sodalício Castrense Paranaense, bem como dos Membros Correspondentes da ALMEPAR, destacando que são diversos artigos técnico-científicos, contos, relatos históricos, etc.


Coronel PM Ref. Antônio Celso Mendes,
Presidente da ALMEPAR. *Cel PM Ref*

ACADEMIA DE LETRAS DOS MILITARES ESTADUAIS DO PARANÁ

ALMEPAR



Patrono: Capitão PM João Alves da Rosa Filho

Diretoria Executiva (Período: 2020 a 2022):

Presidente – Coronel PM Ref. Antônio Celso Mendes;

Vice-Presidente – Coronel PM Ref. Janary Bussmann Maranhão;

Diretor de Cultura e Eventos – Coronel QOPM Waldick Alan de Almeida Garrett;

Secretário – Major QOPM João Carlos Toledo Júnior;

Tesoureiro – Capitão QOPM Marcelo Trevisan Karpinski;

Bibliotecário: Cargo vago.

Conselho Fiscal (Período: 2020 a 2022):

Major QOPM Marco Antonio da Silva;

Major QOPM Valmir de Souza;

Cargo vago.

Membros Efetivos

Cadeira – 1 (Patrono Cel. PM Cândido Dulcídio Pereira): Coronel PM Ref. Antônio Celso Mendes;

Cadeira – 2 (Patrono Cel. PM Carlos Bardelli): Coronel PM Ref. Janary Busmann Maranhão;

Cadeira – 3 - (Patrono Ten.-Cel. PM Luiz Bompeixe Carstens): Coronel PM RR Irineu Ozires Cunha;

Cadeira – 4 (Patrono Cap. PM João Alexandre Busse): Coronel PM RR Élio de Oliveira Manoel;

Cadeira – 5 (Patrono Ten.-Cel. PM Augusto de Almeida Garrett): Coronel QOPM Waldick Alan de Almeida Garrett;

Cadeira – 6 (Patrono Cel. PM Luiz Gonzaga da Rocha): Tenente-Coronel QOPM Major José Semmer Neto;

Cadeira – 7 (Patrono Cel. PM Felipe de Souza Miranda): vaga (1º Titular: Tenente-Coronel PM RR Marcelo Toniolo de Oliveira);

Cadeira – 8 (Patrono Cel. PM Anselmo José de Oliveira): Tenente-Coronel QOPM Dalton Gean Perovano;

Cadeira – 9 (Patrono Cel. Joaquim Antônio de Moraes Sarmento): Major QOPM Marco Antonio da Silva;

Cadeira – 10 (Patrono Cel. BM Sílvio Van Erven): Major QOPM Valmir de Souza;

Cadeira – 11 (Patrono Cel. PM Guaraci Moraes Barros): vaga (1º Titular: Capitão PM RR Claudionor Agibert);

Cadeira – 12 (Patrono Cel. PM Dagoberto Dulcídio Pereira): Major QOPM João Carlos Toledo Júnior;

Cadeira – 13 (Patrono Cel. PM Abelmídio de Sá Ribas): Major QOPM Rodolfo Kredens Silva;

Cadeira – 14 (Patrono Cel. PM José Scheleder): Capitão QOPM Marcelo Trevisan Karpinski;

Cadeira – 15 (Patrono Cel. PM João Gualberto Gomes de Sá Filho):

Capitão QOPM Adirley Wittkowski;

Cadeira – 16 (Patrono Cel. PM Pedro Scherer Sobrinho): vaga (1º Titular:

Capitão QOPM Rafael Gomes Sentone);

Cadeira – 17 (Patrono 1º Ten. PM Floriano Napoleão Brasil Miranda):

Subtenente PM RR Izaquiel Leal Miranda;

Cadeira – 18 (Patrono 2º Ten. BM Herbert Munhoz Van Erven):

3º Sargento QPM 2-0 Marlon Ricardo de Assis Bastos;

Cadeira – 19 (Patrono Cel. PM Orlando Xavier Pombo): vaga (1ª Titular:

Cap. QOPM Rodrigo Mariano de Brito);

Cadeira – 20 (Patrono Coronel PM Antonio Michaliszyn): Tenente-

Coronel PM RR Gerson Luiz Buczenko;

Cadeira – 21 (Patrono Presidente Carlos Cavalcanti de Albuquerque):

Major QOBM Eduardo Gomes Pinheiro.

Membros Correspondentes

Cel. PMSC Roberto Rodrigues Menezes:

Membro Efetivo/Fundador e Presidente da Academia de Letras dos Militares Estaduais de Santa Catarina – ALMESC;

Membro Efetivo/Fundador e 1º Presidente da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Brasil e Distrito Federal – ALMEBRAS.

Jorge César de Assis

Advogado inscrito na OAB/PR;

Membro aposentado do Ministério Público Militar da União;

Integrou o Ministério Público Paranaense;

Oficial da reserva não remunerada da PMPR (Capitão PM);

Sócio Fundador da Associação Internacional de Justiças Militares (atualmente: Secretário-Geral);

Coordenador da Biblioteca de Estudos de Direito Militar da Editora Juruá;

Administrador do site: www.jusmilitaris.com.br.

A FÍSICA ATUAL NOS INDICA: DEUS EXISTE

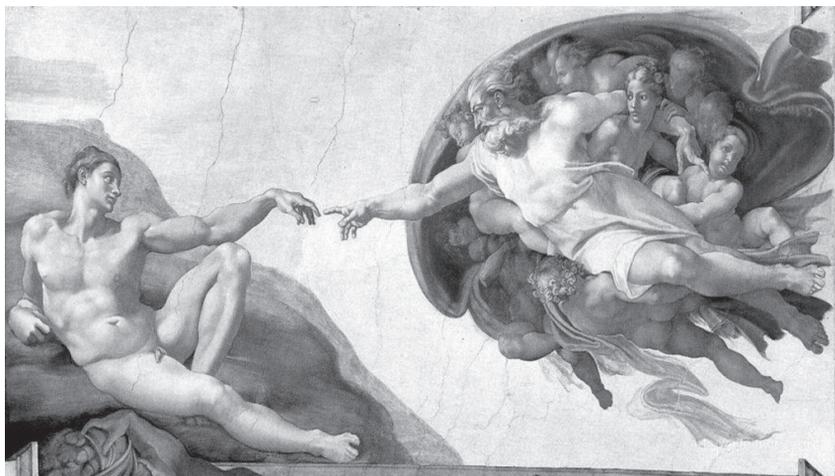
Antônio Celso MENDES¹



As constatações encontradas no mundo das micropartículas, no correr do século XX, por eminentes pesquisadores como MAX PLANCK, EINSTEIN, ERWIN SCHRÖDINGER e WERNER HEISENBERG, entre outros, obrigam-nos a abandonar os padrões determinísticos das ciências físicas vigorantes até então, oriundas de ISAAC NEWTON e DESCARTES, pois, como demonstram agora os cientistas, o mundo dos átomos é completamente diferente das características mecânicas que aparentemente envolvem o mundo macro, tendo em vista que naquele mundo as reações são inteiramente diferentes.

O milagre é como o próprio mundo macro pôde se organizar, tendo sua mesma origem nos átomos ondulatórios. Aqui, é a presença em nós de um Espírito que nos impõe um mundo organizado, mas virtual, consentâneo com Sua Natureza Transcendente.

Então vejamos:



¹ Militar Estadual Inativo (Cel. PM Ref.). Foi Chefe da Casa Militar do Paraná e Chefe do Estado-Maior da PMPR. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, Mestre e Doutor em Direito pela UFPR. Professor de Filosofia do Direito e de Hermenêutica Jurídica na PUC/PR. Membro do Centro de Letras do Paraná, do Círculo de Estudos Bandeirantes e da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas (RJ). Autor de várias obras. Membro Fundador, Efetivo e Presidente da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná (ALMEPAR). Membro da Academia de Letras do Paraná (Cadeira – 34, Patrono: Júlio David Pernetá). Membro Efetivo e Fundador da Academia de Letras dos Militares Estaduais e Distrito Federal (ALMEBRAS).

Efeito Hamlet (ser ou não-ser): as constantes físicas que dirigem a sintonia fina de formação do Universo não foram determinadas pelo ação do acaso, que demandam uma sucessão de ocorrências além das possibilidades naturais. Tais são a velocidade da luz, a constante de Planck na teoria quântica e a intensidade da força eletromagnética, que se fossem diferentes, não teriam permitido o surgimento de nossas próprias existências.

Princípio de incerteza: conforme verificou HEISENBERG, a captura de uma partícula é incerta, pela sua constante mudança de posição e cuja velocidade se altera constantemente. Assim, torna-se quase impossível captá-la ao mesmo tempo em posição e velocidade.

Dualidade onda/partícula: um raio de luz lançado através de uma fresta aparece numa placa fotoelétrica de forma contínua, indicando sua origem corpuscular, como queria EINSTEIN. Porém, lançado em duas frestas paralelas, como investigou MAXWELL, a luz aparecerá em sucessivas alternâncias de claro/escuro, demonstrando a sua natureza ondular.

A influência da consciência na percepção da experiência: a percepção de fenômenos microscópicos nas pequenas partículas não se dá sem a influência do observador, nos indicando que a percepção das coisas pela nossa mente é o princípio criador da realidade.

Equilíbrio matéria/antimatéria: é de se imaginar que da oposição entre partículas e antipartículas resultasse a anulação de ambas. No entanto, ao se colidirem, se transformam em raios gama, dando origem a novas partículas.

Reações não-locais: os átomos desconhecem as barreiras do espaço e tempo, mantendo interferências a distância, conforme demonstrou ALAIN ASPECT.

Campos eletro-magnéticos: os efeitos das partículas estão presentes também em seus campos de influência, mesmo elas permanecendo em ambientes afastados.

A matéria mutante: o aparecimento da água a partir de dois gases, as transformações químicas que criam novas substâncias a partir de colapsos energéticos, são outros tantos aparentes milagres ínsitos no coração das partículas, frutos de sua natureza quântica. Em acréscimo, há ainda o mistério envolvendo a ocorrência desses colapsos em nossa consciência, que as ciências matemáticas não têm como prever, restando indeterminadas as maneiras como eles ocorrem, o que novamente nos sugere um Universo apenas possível em sua ocorrência, como se um Atrator Divino tivesse que provocá-los, a cada instante.

Dessa forma, este condicionamento das micropartículas à ação de nossa consciência comprova, em termos matemáticos, as incertezas dos colapsos da função de onda, ou os saltos quânticos repentinos que causam as realidades surgentes, caracterizando-se, portanto, como consciência quântica, ou princípio alternativo na origem de tudo que percebemos, pois, ao fechar nossos olhos, o mundo externo desaparece, restando em nosso interior apenas a consciência do sentir, imerso numa atmosfera de silêncio, oscilando entre as trevas e a luz.

NOTAS FERROVIÁRIAS

JANARY Busmann Maranhão²



O jornalista Ernesto Senna, ao publicar sua reportagem “O Paraná em Estrada de Ferro”, nela descreve a excursão feita ao Paraná, a partir do Rio de Janeiro, para assistir à inauguração do tráfego na Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (SPRG).

O fato ocorreu no mês de dezembro de 1899 e os festejos de inauguração tiveram lugar ao longo do primeiro trecho, na extensão de 229 km, entre Piraí do Sul e Rebouças.

Ponta Grossa era, então, ponta dos trilhos da Estrada de Ferro do Paraná, inaugurada sua estação em 1894.

A edição “fac-símile” da reportagem de Ernesto Senna tem o propósito de subsidiar estudos históricos relacionados com a fundação das cidades situadas ao longo da antiga “São Paulo-Rio Grande”

Algumas destas pequenas cidades tiveram sua origem ao redor das estações ferroviárias e aquelas que já existiam passaram a um novo surto de prosperidade.

Ponta Grossa despontou, então, como o principal entroncamento ferroviário do Estado, condição que ocupa até hoje.

A viagem de inauguração é descrita com importantes detalhes pelo jornalista que, vindo da Capital Federal, demonstra a todo o tempo o seu encantamento pela realidade constatada.

Para o leitor mais atento, algumas incorreções históricas e presunções do autor são notórias. Mas vale a pena compulsar o texto, de resto raro registro.

É de se lamentar o descaso que levou à erradicação de trechos da ferrovia, sob o enfoque do “antieconômico”, sem que pudesse ser festejado o seu Centenário.

Ernesto Senna divide o seu trabalho em três partes:

Na Primeira Parte faz uma descrição do Estado do Paraná, na qual destacamos sua alusão às florestas e suas inesgotáveis riquezas (imbuia e araucária). Menciona, igualmente, os limites do Estado ao Sul (Rio Uruguai), divisa posteriormente retificada pelo acordo de 1916.

² Militar Estadual Inativo (Cel. PM Ref.). Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Autor de várias obras, entre elas a Biografia do Patrono da ALMEPAR. Foi Diretor de Ensino da PMPR, Vice-presidente da AMAI e Primeiro Comandante da então 1ª CIPM (atualmente 28º BPM) localizado na cidade da Lapa/PR. Membro Fundado/Efetivo da ALMEPAR (titular da Cadeira – 2).

A sua descrição das cidades paranaenses, na transição dos Séculos XIX e XX também é muito interessante, apesar de obviamente resumida, ao percorrer Paranaguá, Antonina, Curitiba, Lapa, Ponta Grossa e Castro.

A Segunda Parte consiste numa análise do sistema ferroviário no Paraná, com menção aos diferentes textos legais inerentes.

A Terceira Parte contém os principais registros da viagem, realizada entre 14 e 20 de dezembro de 1899. Principia pelo registro dos telegramas enviados ao Rio de Janeiro. Na sequência vem à descrição da viagem, por etapas:

- do Rio de Janeiro a Paranaguá, por via marítima;
- de Paranaguá a Curitiba por via ferroviária, destacando a recepção proporcionada na Capital;
- de Curitiba a Ponta Grossa, onde se verificou a apresentação formal da ferrovia e inauguração da Avenida Fernandes Pinheiro.
- de Ponta Grossa a Piraí, viagem inaugural e, ao regresso, jantar nas Oficinas, consistindo de banquete para 116 pessoas, com “menu” francês, organizado no Rio de Janeiro pela tradicional Confeitaria Colombo;
- de Ponta Grossa a Rebouças, com a festa e inauguração da estação Fernandes Pinheiro, almoço e presença de duas bandas de música. Em Irati, a Ata de Inauguração da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.
- retorno e comentários finais.

Ao final incluímos alguns anexos, com o objetivo de ilustrar o conjunto. Consistem de fotografias, tabelas de horários e de preços de passagens, além de alguns dados complementares.

O primeiro horário regular de trens de passageiros data de 1905. Ao percorrê-lo constatamos que algumas estações mudaram de nome, outras, que então não existiam, foram intercaladas ao longo do trecho.

Há casos pitorescos, como o de Rio Azul, que aparece no horário como sendo Roxo de Rodrigues, nome de um dos acionistas da Companhia, mais tarde seu Presidente. Antonio Roxo de Rodrigues mudou seu sobrenome para Roxoroiz e a estação acompanhou a mudança. Mais tarde a estação teve seu nome modificado para Marumbi, antes de fixar-se como Rio Azul. E o nome Roxoroiz foi atribuído a uma nova estação, situada entre Jaboticabal (depois Tibagi) e Entre Rios (depois Guaragi).

Mais estações foram incluídas no trecho: Rio das Almas (entre Valinhos e Teixeira Soares), Diamantina (entre Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro) e Florestal (entre Fernandes Pinheiro e Irati), além de outras, mais ao sul. No sentido norte foram criadas as estações de

Rio Verde, Pitangui e Boqueirão (entre Ponta Grossa e Carambeí), Iapó (entre Castro e Caxambu), Tijuco Preto (entre Caxambu e Piraí) além de outras rumo ao norte.

As primeiras locomotivas a circular no trecho eram de fabricação Baldwin Locomotive Works. As de números 1 e 2 eram do tipo 0-6-2, construídas em Outubro de 1895. As de números de 3 a 8 eram do tipo 2-6-0, construídas em 1898. Nos últimos tempos foram reenumeradas para 110, 111, e 210, 211, 212 e 213, sendo desconhecidos dados quanto ao destino de duas das do tipo 2-6-0. Uma delas sofreu o primeiro acidente grave no trecho em construção em no vale do Rio do Peixe, em 1910. São apresentadas cópias das plantas das locomotivas, além de fotografias das do tipo 2-6-0, conhecidas como Mogul.

O autor do presente artigo residiu por muito tempo ao longo dos trilhos da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.

De 1946 a 1949 em Engenheiro Bley, onde seu pai, Victor Bussmann, foi Secretário da 2ª Residência da Via Permanente, sob a chefia dos Engenheiros Acir Cassou e Nelson Catapretta. Com breve passagem por Palmeira.

Em 1950 e 1951, a morada foi em Jaguariaíva, onde a 3ª Residência era chefiada pelo Engenheiro Ney Simas Pimpão.

De 1951 a 1955 em Rebouças, sede da 4ª. Residência, sob as ordens dos engenheiros Nelson Catapretta e Renê de Paula. Victor Bussmann foi, portanto, Secretário das 2ª, 3ª e 4ª. Residência.

De Jaguariaíva ou de Rebouças, com destino a Curitiba, o ponto de referência sempre foi Ponta Grossa. Ali ocorriam as baldeações decorrentes do fluxo ferroviário e a intensa movimentação de passageiros, o remanejo das composições, a espera, a eventual possibilidade de um passeio até o Ponto Azul, as compras nas lojas inquestionavelmente mais sortidas que o modesto comércio das cidades de origem.

Ao encontrar o raríssimo exemplar da reportagem de Ernesto Senna, veio a tentação de reproduzi-lo, acrescentando um ou outro dado que possa ser de utilidade para algum pesquisador ferroviário mais disciplinado e melhor preparado.

Fontes e referências

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1900.

Relatórios da R.V.P.S.C

Almanach Paranaense, 1897.

Fotografias do acervo da R.V.P.S.C. e da Fundação Cultural de Curitiba.

PRINCÍPIO DA SUBORDINAÇÃO

Irineu OZIREs da Cunha³



Princípio que alcança os militares da ativa, reserva e reformados. Isso quer dizer que todos estão, para efeito de disciplina e hierarquia, sujeitos ao mandamento da Lei.

Princípio da submissão imposto aos militares estaduais exige-lhes obediência, sujeição, disposição para obedecer, para aceitar uma situação de subordinação. Assim a docilidade, obediência, subalternidade não significam subserviência, bajulação como muitos equivocadamente entendem. É um princípio rigoroso que deve ser cumprido sem tergiversação no âmbito militar.

A punição aos militares reformados insubordinados e que praticam conduta desenrosa tem gerado muitos questionamentos quanto à legalidade. Muitos autores têm se manifestado a favor e contra.

O Supremo Tribunal Federal, ainda à época do regime militar publicou a Súmula nº 56 concluindo pela não punibilidade do militar reformado. A questão é que essa Súmula não é vinculante.

Para melhor nos situarmos será necessário uma distinção entre militar reformado e militar da reserva, uma vez que este último, segundo a Súmula 55, também do STF está sujeito à pena disciplinar.

Entende-se por militar da reserva aquele servidor público militar que completou o seu tempo de contribuição previdenciária previsto nos estatutos militares alcançando o direito de ser transferido para inatividade mediante reserva com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Diferentemente do militar da reserva é o militar reformado, que em algumas vezes passa para a situação de inatividade, mediante perícia médica, quando se conclui, após um período de afastamento que profissionalmente não mais pode voltar à atividade fim e será, portanto, reformado.

A reforma, também pode chegar pelo limite de idade na reserva, art. 170, Lei Estadual nº 1943 de 23 de Junho de 1954, Código da Polícia Militar do Paraná.

³ Militar Estadual Inativo (Cel. PM RR). Foi Chefe do Estado-Maior da PMPR e Secretário de Defesa Social de Pinhais/PR, sendo atualmente Corregedor-Geral da Guarda Municipal de Pinhais/PR. Graduado em Direito pela Universidade Paranaense de Umuarama (Unipar) e em Letras pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Paranavaí (Fafipa). Autor de várias obras publicadas pela AVM. Membro Fundado/Efetivo da ALMEPAR (titular da Cadeira – 3).

Do ponto de vista técnico existe uma pequena confusão quanto à aplicação da Súmula 56 do Supremo Tribunal Federal segundo a qual: “Militar reformado não está sujeito à pena disciplinar”, e que alguns militares, na maioria das vezes, orientados por seus advogados, acreditam que em processo demissório (Conselho de Disciplina), estão amparados por essa Súmula e que sua situação de reforma não pode ser modificada.

Estão engados e os militares reformados têm sido levados a Conselhos de Disciplina que tem concluído pela sua exclusão, já que a Súmula 56 do STF, como disse, não é vinculante e por isso mesmo não tem força de lei, conforme entendimento recente do STJ (Superior Tribunal de Justiça):

“(…) Havendo expressa previsão na legislação quanto à possibilidade de aplicação de sanção disciplinar aos militares reformados, é de ser afastada a incidência da Súmula nº 56 do Supremo Tribunal Federal. A prática de condutas que afetem o dever, o pundonor e o decoro militar é passível de acarretar, para o militar, a declaração de incapacidade quanto à permanência nas fileiras das Forças Armadas, inclusive quando já tenha sido reformado. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. (STJ, Quinta Turma, Resp. 1121791/RJ – Recurso Especial 2009/0021707-5, Relatora Ministra Laurita Vaz, data do julgamento 04/10/2011, publicação no DJE em 14/10/2011)

Ainda mais recente é a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná que julgou, no dia 29 de agosto de 2013, Apelação Cível nº 1050688-0 da Vara da Auditoria Militar, em que foi relator o Desembargador Leonel Cunha afirmando que:

“a) A Lei Estadual nº 16.544, de 14 de julho de 2010, que regulamenta o processo disciplinar na Polícia Militar do Estado do Paraná, em seu art. 4º, inciso II, dispõe que: Art. 4º. O processo disciplinar compreende: (...) II – Conselho de Disciplina, destinado a julgar a capacidade de praça especial ou de praça, ativa ou inativa, com mais de 10 (dez) anos de serviço prestados à Corporação para permanecer, na fileiras da PMPR, na condição em que se encontra; b) Assim, não há falar-se na ilegalidade da constituição de Conselho de Disciplina para julgar a capacidade de policial militar reformado de permanecer com as prerrogativas do cargo que ocupou na Corporação; c) A propósito, saliente-se que o caput do art. 5º da Lei Estadual nº 16.544/2010 não faz qualquer distinção entre policial militar ativo ou inativo, o que faz presumir que todos os policiais militares do Estado do Paraná, reformados ou não, podem ser submetidos a processo disciplinar. O reformado, porém, não tem mais cargo, mas, sim, prerrogativas do cargo, passíveis essas de perda; d) É bem de ver, ainda, que não incide a Súmula 56 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual “Militar reformado não está sujeito à pena disciplinar”, pois, no caso, há expressa previsão, na legislação estadual, de possibilidade de aplicação de sanção disciplinar aos policiais militares reformados; e) Nessas condições, não se vislumbra qualquer ilegalidade na instituição de Conselho de Disciplina para julgar a capacidade do Apelante, policial militar reformado, de permanecer integrando o quadro de inatividade da Polícia Militar, na condição de reformado, após a prática de conduta desonrosa; f) No tocante ao sistema previdenciário, tanto o civil, quanto o militar possuem benefícios mediante contribuição durante o período de atividade, e, tanto a aposentadoria do civil como a inatividade do militar, assegurarão proventos aos agentes públicos; g) Assim, como a inatividade do militar é direito daquele que contribuiu durante o período de atividade estabelecido em lei, há direito adquirido ao recebimento dos proventos, notadamente no caso do Apelante em

que a reforma, por invalidez, tem também caráter de indenização; h) Portanto, no caso, o que o Apelante perde são as prerrogativas do cargo, como mencionadas na lei, dentre elas a própria designação de cabo reformando da Polícia Militar, com todo o rol de direitos daí consequentes, como o uso de uniforme, condecorações, precedência entre os policiais militares, direito de cumprir pena em estabelecimento militar, etc. Conserva, apenas, os proventos, porque sobre ter pago por eles, recebeu-os a título indenizatório por invalidez decorrente de ferimento à bala em serviço.”

O Desembargador Leonel analisando a possibilidade de Instauração de Processo Disciplinar contra militar reformado disse que existe diferença entre reforma e reserva na Polícia Militar do Paraná. Reforma é a situação do militar definitivamente desligado do serviço ativo, ao passo que reserva é a situação da inatividade do militar sujeito à convocação, nas condições que a lei estabelece ao serviço ativo.

Ressaltou que o fato de o apelante estar em situação de inatividade, na condição de reformado, apenas fica desobrigado, definitivamente, do serviço, nos termos do art. 154, § 2º, do Código da Polícia Militar, mas não impede a constituição de Conselho de Disciplina para apurar se o referido policial militar possui ou não capacidade para permanecer no uso e gozo das prerrogativas que detém em razão do cargo que ocupou.

Isso porque a possibilidade de submissão de policial militar inativo à Conselho de Disciplina encontra guarida na Lei Estadual nº 16.544, de 14 de julho de 2010, que regulamenta o processo disciplinar na Polícia Militar do Estado do Paraná, e, em seu art. 4º, inciso II, dispõe:

“Art. 4º. O processo disciplinar compreende: (...) II – Conselho de Disciplina, destinado a julgar a capacidade de praça especial ou de praça, ativa ou inativa, com mais de 10 (dez) anos de serviço prestados à Corporação para permanecer nas fileiras da PMPR na condição em que se encontra”.

Lembrou que o art. 5º, inciso II, alínea b, da referida legislação também prevê que:

“Será submetido a processo disciplinar o militar estadual que: (...) II – for acusado oficialmente por qualquer meio lícito, de: (...); b) ter tido conduta irregular ou cometa ato que por sua natureza venha a denegrir a imagem da Corporação”.

O Desembargador Leonel em suas argumentações disse que os militares, diferentemente dos civis aposentados, mesmo na inatividade, continuam sujeitos à Administração Militar, por questões de disciplina e que no presente caso, como visto, o Apelante foi acusado e condenado por crime de homicídio.

Reforçou a ideia de que a vedação de aplicação de sanção disciplinar prevista na Súmula nº 56 do Supremo Tribunal Federal não incide nos casos em que há expressa previsão, na legislação estadual, de aplicação de sanção disciplinar aos policiais militares reformados e disse que embora o impetrante não possa mais gozar das prerrogativas de policial militar, dentre os efeitos passíveis de serem produzidos pelo ato impugnado não está a sustação do pagamento dos valores correspondentes aos seus proventos.

Concluiu o Desembargador, afirmando que não se vislumbra quaisquer ilegalidades na instituição de Conselho de Disciplina para julgar a capacidade do apelante, policial militar reformado, de permanecer integrando o quadro de inatividade da Polícia Militar, na condição de reformado, após a prática de conduta desonrosa.

E é por isso que nessas condições, se houver perda da graduação para a praça e do posto e da patente para o oficial que já se encontra reformado (inativo), não se há falar em demissão do cargo, pois com a inatividade já ocorreu o desligamento do cargo que ocupava e que se perde são as prerrogativas do cargo, como mencionadas na lei, dentre elas a própria designação de cabo reformado da Polícia Militar, com todo o rol de direitos daí consequentes, como o uso de uniforme, condecorações, precedência entre os policiais militares, direito de cumprir pena em estabelecimento militar, etc. Conserva, apenas, os proventos, porque sobre ter pagado por eles, recebeu-os a título indenizatório por invalidez decorrente de ferimento à bala em serviço.

Já o militar que *agrega*, por exemplo, para concorrer pleito eleitoral, na tentativa de burlar processo disciplinar, não se exime, porque está sujeito ao enquadramento de acordo com estas normas, até durante a sua campanha. Deve, portanto, a autoridade submetê-los independentemente dessa condição ou de qualquer outra. Lei n°. 6.880, 09 Dezembro de 1980, art. 83, Dispõe sobre o Estatuto dos Militares, aplicada subsidiariamente.

Assim, mesmo afastado de seu quadro continuam sujeitos às imposições da lei, principalmente no tocante as questões disciplinares.

O dia 27 de setembro de 1996 na minha vida

ÉLIO de Oliveira Manoel⁴



Nascia, em Cristina, Sul de Minas, no dia 25 de setembro de 1927, Seu José, meu pai.

Seu José era uma pessoa fantástica, um pai zeloso e muito amoroso. Era o contraponto à minha mãe, sempre mais energética e muito brava. E ainda, até hoje, aos seus 84 anos, a dona da varinha.

Seu José nunca frequentou escola, mas era completamente alfabetizado e sabia fazer cálculos muito bem. Sabia, como chamavam os antigos, “cubicar”, que é medir uma tora de madeira, dizer quantos metros cúbicos mede e quantas tábuas ou vigas é capaz de render.

Esta era uma habilidade fundamental na arte de construir com madeira, escolhida ainda bruta, muitas vezes em pé. Era o conhecimento que separava os mestres dos aprendizes.

Seu José era carpinteiro e nas horas vagas, por encomendas, fazia charretes artesanais. Em Matelândia e Formosa do Oeste (PR), erguidas em peroba rosa ainda resistem ao tempo algumas de suas obras. Sem contar as inúmeras tulhas, para armazenar grãos de café, que ele ergueu, desafiando a engenharia do seu tempo.

Fico imaginando, se seu José tivesse nascido na cidade e tivesse tido a oportunidade de estudar, que engenheiro genial seria!

Seu José tinha um espírito muito evoluído. Foi cedo, aos 49 anos de idade. Tornou-se inesquecível nos corações de todos que ficaram para terminar a jornada terrena, até o dia em que o criador planejou a cada um de nós.

O ano era 1996, eu morava num sobrado de esquina, Imaculada Conceição com Brasília Itiberê, bem próximo da Vila Torres. Na casa não tinha garagem, por isso deixava o carro no posto de combustíveis que tinha ali, do outro lado da rua.

No dia 27 de setembro de 1996, uma sexta-feira, já tarde da noite, como de hábito, ao chegar à casa deixei o carro ali naquele posto. Fechei o carro e fui para casa. Dei alguns passos, como já era noite, e as luzes do local permaneciam apagadas, ao olhar ao redor não vi

⁴ Militar Estadual Inativo (Cel. PM RR). Natural de Formosa do Oeste, PR, nascido em 30 de março de 1966. Ingressou na PMPR em 13 de fevereiro de 1986, Aspirante a Oficial da turma de 1988. Promovido ao último posto em 15 de fevereiro de 2015. Iniciou o exercício de suas funções como Oficial no 12º Batalhão de Polícia Militar. Atuou em diversas unidades, destacando-se o desempenho do cargo de Diretor-Geral da Casa Militar, Chefe do Gabinete Militar da Assembleia Legislativa, Chefe da Casa Militar e Secretário Especial de Administração Penitenciária do Governo do Paraná. Na reserva remunerada desde 3 de dezembro de 2020. Membro Efetivo/Fundador da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná (Titular da Cadeira – 4).

ninguém. Dei mais alguns passos, quase já chegando à borda da rua, quando meus ouvidos escutaram algo que parecia um choro de criança, misturado com soluços.

Fui em frente. Mas aquele soluço ainda se fazia presente. Resolvi retornar ao posto. Parou o soluço. Não vi ninguém. Quando resolvi seguir para casa, novamente o soluço era percebido, foi quando vi ao lado de uma das bombas uma pequena criança, menino com pouca roupa, sujo e já sem forças para continuar chorando, com um ar angelical estampado em seu rosto.

Resolvi conversar com aquela criança, e perguntei-lhe o que fazia ali. Com voz sófrega e trêmula, respondeu:

— Tio, dois meninos maiores roubaram minha caixa de doces e o dinheiro.

Falei, por que não foi para sua casa? Ele, depois de talvez soltar o último soluço que lhe restara, disse:

— Tio, se eu for para casa sem nada meu pai vai me bater muito.

No momento não me ocorreu nada de mais, apenas a lembrança de que não tinha comigo nenhum dinheiro, pois como era sexta-feira já tinha passado com amigos em outro lugar. Os últimos trocados do bolso tinham ficado no bar!

Pensei, não é comigo, o problema não é meu. Mas o coração estava ardente e a consciência mandava fazer alguma coisa; mandava devolver a esperança e a paz àquela criança. Foi quando percebi que ainda estava de posse do cartão do banco, e apesar de não ter muito dinheiro na conta, fim de mês, deveria ter o suficiente para salvar aquela alma juvenil.

Decidi convidar o menino para entrar no carro, foi quando percebi que o primeiro sorriso aflorou. Fomos ao banco, o banco ali perto do quartel geral da PM. Naquela época caixas eletrônicas eram de fato 24 horas, inclusive para saques.

Ao entrar no banco, a frente tinham três caixas. Eu fui direto ao caixa da esquerda e o menino entrou junto comigo e foi em direção ao caixa da direita. Enquanto eu passava o cartão, de repente o menino grita:

— Tio, tio, olha o que tem aqui?

Ele falou muito alto, gritando mesmo! Quando fui ver, esfreguei os olhos, pois não acreditava no que estava vendo. Na saída do dispenser, que entrega a cédula sacada, tinha ali uma nota de dez reais, esquecida por outro anjo que estava no meu caminho naquela noite.

Saquei outros dez reais e fomos embora. No caminho, o menino estava tão alegre que parecia ter renascido. Eu não sabia para onde estava indo, parecia que o tempo tinha parado, que tudo aquilo não era real. Só me lembro que deixei o menino aonde ele havia indicado ser sua casa, no meio da Vila Torres. Só me lembro de sua imagem indo embora, acenando.

Quase que instantaneamente não o vi mais. Ele pareceu ter simplesmente sumido diante dos meus olhos, deixando um sorriso inesquecível.

Retornei ao posto, ao lado de casa, para deixar o carro. No pequeno trajeto os meus pensamentos me corroíam por completo. Por mais que tentasse entender, não entendia o que tinha se passado. Me perguntava, isso é real, aconteceu mesmo? Como é possível encontrar uma nota esquecida no caixa eletrônico? Quem era aquele menino?

Ao me distanciar alguns passos do carro, veio-me a lembrança do dia 25 de setembro, que tinha sido o aniversário do Seu José, e até aquele momento, dia 27 de setembro, esta data tinha me esquecido. Sentei no mesmo lugar em que encontrei aquele menino e cai em prantos. Como podia ter esquecido do natalício do Seu José?

Seu José colocou um anjo no meu caminho, não para me fazer lembrar de seu aniversário, mas foi mesmo para me fazer enxergar que a vida é mais do que uma simples nota de dez reais. Pode ser nada para muitos, mas pode ser a vida para alguns. Por mais que você não se importe com a dor e sofrimento de outras pessoas, por mais que não olhe o que ocorre ao seu redor, sempre há alguma atitude sua que vai fazer a diferença na vida de alguém.

Até hoje não consigo entender e compreender com profundidade tudo que aconteceu naquele dia. Só sei que recebi a visita de um anjo, o Seu José em forma de menino.

A ENTREGA

Publicado originalmente na Antologia de Contos Fantásticos Edição Especial, II, 2005, da CBJE/RJ - Câmara Brasileira de Jovens Escritores.

Waldick Alan de Almeida GARRETT⁵



Lucas não sentia mais suas mãos, o frio intenso as insensibilizara. Puxou a gola da jaqueta, ajeitou o gorro.

Era a terceira semana de intensa nevasca em Curitiba.

Acionou o limpador de para-brisas e a palheta arrastou-se sibilando.

- Tempo maldito! – murmurou resignado, arrancando o veículo após a haste amarela e preta elevar-se e dar passagem ao trânsito. O trem das vinte e duas horas sumia na escuridão da noite.

A janela lateral foi fustigada por um vento ríspido.

A noite emergira cedo, talvez antes mesmo das dezessete horas. Olhou em seu relógio e pôde ver a si mesmo na superfície convexa.

Seu velho *citzen* já era, marcava treze horas. Lucas sacudiu o pulso incrédulo... seu velho companheiro de estrada o abandonara. Não era um relógio moderno, com baterias substituíveis, mas um relógio maciço, com maquinário complexo e antigo. Talvez não tivesse resistido àquele clima perverso.

A avenida conservava-se deserta.

Apesar da ansiedade que o assolava por causa do atraso, seguiu com cautela, pois já rodara em asfaltos como aquele, revestidos de uma camada quase invisível de gelo.

Olhou por sobre o ombro, emitindo um sorriso desdenhoso.

Acomodado no banco de trás, havia um pequeno baú entalhado em madeira que deveria ser entregue naquele exato momento.

⁵ Militar Estadual da Ativa (Cel QOPM). Atualmente é o Assessor Militar na SESP. Ex-Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê. Graduado e Pós-Graduado em Direito. Possui publicações jurídicas pela Editora Juruá/PR. Também é *sommelier* e ex-Presidente da ABS-PR – Associação Brasileira de *Sommeliers* do Paraná. Na área literária, é titulado Comendador Literário Internacional/BR-PT, membro da ACCUR – Academia de Cultura de Curitiba e autor das obras “Manuscritos de Sangue” e “A Sete Palmas”, ambas publicadas pela Ed. Novo Século/SP. Também é autor de “03:33”, pela Ed. Draco/SP. Angariou prêmios pelo Brasil e exterior e participou de antologias importantes, ingressando no rol da nova geração de escritores brasileiros de suspense e terror. Membro Fundador/Efetivo da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná – ALMEPAR (Titular da Cadeira – 5).

Tateou com as mãos no painel e conseguiu ligar o rádio. Procurou por uma estação, porém só encontrou estática.

Ao desligá-lo ouviu um som rouco, em meio ao leve ulular do vento externo.

- Que diabos foi isso? – indagou-se, visando de soslaio.

No estreito banco de trás da caminhonete de cabine estendida, a diminuta caixa, tal qual uma caixinha de música, mantinha-se inerte, enigmática.

Franziu o cenho e voltou sua visão para frente.

De inopino, subiu na calçada da pista contrária com um baque intenso das rodas sobre o meio-fio, uivou como um louco desvairado e regressou à pista escorregadia, tentando controlar o veículo que dançava.

- Meus Deus! – exclamou, passando uma de suas mãos sobre os cabelos, as pernas vacilantes.

Lucas sentira que tivera sorte, pois a via permanecia solitária.

O vento intensificou-se, por vezes chacoalhando levemente o veículo.

Alguns segundos se passaram e o som abafado retornou, tênue.

Era como o ronronar de um felino.

- Não é possível! Não caberia um gato nesta caixa! Será um filhote? – pensou, olhando o objeto pelo espelho retrovisor. – Não, não creio! Era importante demais para ser um bicho qualquer! Um pagamento muito alto!

Lucas sorriu ao pensar que muitas pessoas dobravam o valor da entrega, requisitando cautela igualmente dobrada. Entretanto, ele sabia que essa era uma atitude desnecessária, pois o entregador mantinha um padrão normal de cuidado, independentemente do que fosse o material... pelo menos na empresa em que trabalhava, a política era essa.

Olhou novamente por sobre o ombro, só que desta vez, não teve tanta sorte.

Algo aconteceu rápido demais: o veículo subiu na calçada contrária, abalroou um ponto de ônibus coberto, emitindo um som rascante e arrancando sua proteção, retornou à pista e tombou para o lado do passageiro. Com a pista parcialmente congelada, a caminhonete foi arrastada por, pelo menos, vinte metros do local da colisão.

Lucas desfaleceu por alguns minutos, despertando entorpecido e ofegante. Mantinha-se preso ao cinto de segurança, tronco caído sobre o banco lateral.

O vento uivava e transpunha as janelas frontais quebradas. A noite era escura e só um farol permanecia clareando o asfalto à frente e, de forma reduzida, a cabine.

Ouviu um gotejamento tilintar na lataria do veículo.

Primeiro, pensou na hipótese de vazamento de combustível, depois, cerrando os olhos no negrume parcial, verificou que era seu próprio sangue que escorria do topo da cabeça à porta lateral retorcida.

Ao varrer a visão ao redor, notou que tinha alguma razão... o combustível vazava sim, mas de forma intensa, não gotejando.

- Santa Maria! É o combustível! Tenho de sair daqui! – exasperou, movendo-se de forma inócua ao vislumbrar seu sangue misturando-se à poça de combustível que se avolumava no asfalto, ao redor da cabine.

- Calma! Tenho de ter calma! – sussurrou e mal pode se ouvir. Tentou retirar o cinto, mas estava preso.

Perdera a força e o ânimo... seu sangue esvaía-se pelo ferimento na cabeça e o cheiro do combustível deixava-o enjoado.

Finalmente percebeu o verdadeiro desastre: o baú jazia caído na lateral da porta traseira, com a tampa semiaberta, tão retorcida quanto a porta frontal da caminhonete.

De inopino, uma silhueta diminuta esgueirou-se pelo banco de trás, na penumbra.

Lucas olhou de revés, com certa dificuldade, pois sentira uma ardência insuportável em seu pescoço na primeira tentativa de visualizar o baú.

Dois pontos luminosos cintilaram.

- Jesus! O que é isso? – indagou, contorcendo a feição.

Lucas não vira o que se movimentara na escuridão quase total do banco traseiro, mas jurava que a dimensão daquela silhueta não condizia com o tamanho do baú.

Um gemido bafejado anunciou o início de um incêndio.

Suas forças haviam chegado ao limite. Permaneceu ofegante, inerte, corpo dormente.

A silhueta rastejara para fora como um animal ferido.

Ao passar pelo vão da porta lateral, avançando para o asfalto, Lucas notou que o ser havia crescido ainda mais, as costas largas sendo recobertas aos poucos por pelos, ronronando agora de forma gutural. Vira pouco, porém algo o fazia crer que aquela coisa não estava ferida, mas renascendo, revitalizando-se.

Um arrepio doentio percorreu-lhe o corpo enquanto a criatura afastava-se do veículo, trôpego, sumindo pela noite adentro, assim como o trem das vinte e duas horas.

Lucas permaneceu ali, preso pelo cinto, aturdido e sem forças, balbuciando as rezas que lembrava.

Inesperadamente, uma visão de trevas inundou seus olhos.

Seres diabólicos invadindo o plano terrestre, desastres e mortes brutais. Um período glacial nefasto havia começado, nevascas e sofrimentos.

Talvez aquele baú fosse a solução. Talvez aquele ser fosse o responsável pela alteração repentina do clima. Talvez o destinatário da entrega tivesse a solução para o caos que se instalava e soubesse como mandar a criatura de volta ao seu *habitat natural*...

Ao compreender seu imperdoável erro, que resultara na soltura de algo surreal, inimaginável, o que jamais poderia ter sido permitido, o frio da noite foi aquecido por uma fulfada fulminante de chamas e um estrondo mortal.

INSTÂNCIAS FORMAIS E INFORMAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

José SEMMER NETO⁶



Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre o Sistema de Segurança Pública Brasileiro, apresentando a sua formal estruturação e os órgãos públicos que o compõem, ressaltando as respectivas competências constitucionais, que ensejam em atuação preventiva e/ou repressiva voltada à preservação da ordem pública, e enfatizar a importância da participação de órgãos informais (família, escola, igreja, organizações não-governamentais, mídia e conselhos comunitários de segurança), cujas ações, uma vez fortalecidas e integradas ao controle formal da segurança pública, tendem a contribuir significativamente para a diminuição dos índices de criminalidade. Pretende-se, ao final, demonstrar a relevância de se alcançar uma “segurança pública participativa”, representada pela interação dos órgãos formais e informais inseridos no Sistema de Segurança Pública Brasileiro, que conte, ainda, com a participação efetiva de toda a comunidade, de maneira a se alcançar um novo modelo de policiamento, calcado na filosofia de Polícia Comunitária e no policiamento de proximidade, que garanta atuação policial proativa e orientada à resolução dos problemas, visando ao bem-estar social.

Palavras-Chave: Sistema de Segurança Pública Brasileiro. Instâncias Formais e Informais. Segurança Pública Participativa. Polícia Comunitária. Atuação Proativa e Orientada para a Resolução de Problemas.

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, a sociedade brasileira tende a estabelecer generalizações e a lançar um olhar de desconfiança sobre a atuação policial, classificando-a, muitas vezes, como ineficiente ou com indícios de comportamento arbitrário e/ou violento.

⁶ Tenente-Coronel da Ativa da PMPR. Atualmente agregado em exercício de função pública municipal como Chefe de Gabinete da Secretaria de Defesa Social e Trânsito do Município de Curitiba. Licenciado plenamente em Letras-Português pela UFPR. Bacharel em Direito pela PUC/PR. Pós-graduado em Polícia Judiciária Militar; em Administração de Pessoas com ênfase no Setor Público; em Administração em Segurança Pública (*Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais na PMSC*); em Direito Penal e Processual Penal aplicado à atividade policial; em Gestão da Aprendizagem; em Direito Militar; e em Estratégias em Segurança Pública (*Curso Superior de Polícia na PMPR*). Professor Titular da Academia Policial Militar do Guatupê. Professor de cursos de pós-graduação em Direito, cursos preparatórios e escritor. Autor das obras: Crimes Dolosos contra a Vida praticados por Militares Estaduais (AVM/2018); e Crimes Dolosos contra a vida praticados por militares contra civis, em coautoria com outros autores, sob a coordenação do Professor Dr. Jorge César de Assis (Jurúá/2021). Membro Efetivo/Fundador da Academia de Letras dos Militares do Paraná (Titular da Cadeira nº 06, patrono o Cel. PM Luiz Gonzaga da Rocha). E-mail: jsemmer@gmail.com

Esta visão preconceituosa, para muitos, é fruto da herança tradicionalmente deixada pelos abusos de poder efetivados durante o período de ditadura militar e seguiu corroborada por ações policiais que, embora isoladas, mostraram-se desastrosas e violentas em muitos Estados brasileiros, alcançando repercussão nacional e sendo capazes de criar um abismo no relacionamento estabelecido entre a polícia e a sociedade, a qual passou a enxergar os órgãos policiais como meros instrumentos coercitivos de controle estatal, sem lhes garantir legitimidade e aceitação.

Neste cenário, a adequada compreensão do papel da polícia perante a sociedade exige um debruchar sobre o próprio Sistema de Segurança Pública, inserido juridicamente na Constituição da República Federativa do Brasil. Destarte, torna-se necessário compreendê-lo sob a ótica formal e informal.

Deste modo, pretende-se analisar as competências dos órgãos policiais inseridos na estrutura formal de segurança pública, cujas atividades de cunho preventivo ou repressivo estão voltadas à preservação da ordem pública. Contudo, diante da obrigatória e cotidiana atuação e interferência do Estado na seara da segurança pública, com vistas à preservação do interesse público e do bem comum, a comunidade é diretamente envolvida e passa a ser coadjuvante deste complexo processo, evidenciando-se, assim, a importância da participação popular nas questões de segurança pública.

Esse processo participativo revela a importância das denominadas instâncias informais de segurança pública, representadas pela família, escola, igreja, organizações e entidades não-governamentais, mídia e conselhos comunitários de segurança, entre outros, cujas ações tendem, em um processo de interação com os órgãos estatais, a minimizar as mazelas sociais relacionadas à prática das infrações penais e a garantir, em consequência, a diminuição dos altos índices de criminalidade atualmente identificados.

Aliado a esta sistemática de participação popular, há se alcançar um novo modelo de atuação policial, cujo fundamento esteja aliado à filosofia da Polícia Comunitária, e no contexto da polícia de proximidade, que potencialize a execução de atividades policiais proativas orientadas para a resolução de problemas, cujos reflexos possam efetivamente garantir as liberdades individuais e a convivência social em níveis toleráveis.

2 O Sistema de Segurança Pública do Brasil

A Segurança Pública, nos moldes estabelecidos pelo artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, está inserida em um complexo sistema, envolvendo vários órgãos com missão, organização e características distintas.

Peter Senge (1990) *apud* Amorim (2009) definia sistema como uma palavra cuja raiz deriva do grego *synhistanai*, que significava “colocar junto”.

Amorim assim conceitua sistema:

Sistema é um todo percebido, cujos elementos mantêm-se juntos porque afetam continuamente uns aos outros, ao longo do tempo, e atuam para um propósito comum (AMORIM, 2009, p.77)

Fritjof Capra (1996) nos ensinava que o pensamento sistêmico deve ser contextual, permitindo a sinergia, isto é, um conceito onde o todo é maior do que a soma das partes e onde a soma dos esforços de dois ou mais agentes gera um resultado superior àquele que seria possível, se cada um atuasse de forma isolada. Sugere, assim, ação conjunta, agregação de esforços e integração, implicando em convergência de propósitos e cooperação entre os agentes envolvidos.

Nessa senda, compreender a segurança pública como um sistema é admitir a contínua interação entre os órgãos policiais e a sociedade em geral, focados no propósito comum de desenvolver atividades em prol da defesa social e do bem comum.

3 Sistema Formal e Informal de Segurança Pública

A segurança pública, cujo objetivo maior é promover a garantia da ordem pública e o cumprimento das leis, possui sistematicamente duas instâncias distintas de controle – uma formal e outra informal.

Neste particular, Calhau (2007) enfatizou:

(...) o controle social é entendido como o conjunto de instituições, estratégias e sanções sociais, que pretendem promover e garantir referido submetimento do indivíduo aos modelos e normas comunitários (RT, 2002, p.133). Segundo a criminologia, o controle dos crimes ocorre também pela integração da atuação social de dois tipos de controles: o informal e o formal. (...) O controle informal é o dia-a-dia das pessoas dentro de suas famílias, escola, profissão, opinião pública, etc. A imensa maioria da população não delinque, pois sucumbe às barreiras desse primeiro controle. O sistema informal vai socializando a pessoa desde a sua infância (ex: âmbito familiar), e ele é, em geral, sutil e não possui uma pena, além de ser mais ágil na resolução dos conflitos que os mecanismos públicos. O desprezo social (ex: a punição informal com o afastamento das amigadas ou de alguns membros da própria família) são sanções que para a grande maioria são mais que suficientes para inibir a prática de um crime. (CALHAU, 2007).

A instância formal é aquela constituída e mantida pelo Estado, envolvendo os órgãos que possuem a obrigação legal de manter a segurança e o cumprimento das leis, traduzindo-se nos organismos policiais positivados na Constituição Federal, no título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, capítulo III – Da Segurança Pública, previstos especificamente no Art 144:

Art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º - A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º - A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º - A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 4º - As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º - Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do Art. 39. (BRASIL, C.F/1988)

A instância informal, por sua vez, se constitui pela família, igreja, escola, imprensa e as diversas organizações e entidades não-governamentais, destacando-se entre estas, os Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEG), além de outras, que, embora não sejam formalmente constituídas para promover a segurança e a ordem pública, exercem influência direta sobre o sistema formal.

Estas instâncias informais desenvolvem intrinsecamente no ser humano um conjunto de crenças e valores que preservam a moral e os costumes, freando, em consequência, o *animus* daqueles que intencionam se envolver em conflitos sociais ou praticar atos contrário às leis.

Neste contexto, a instância informal, ancorada na valoração do sentimento de comunidade e na efetiva participação popular, contribui significativamente na promoção da

segurança pública quando passa a aceitar, a legitimar e a auxiliar à polícia que está, não meramente para controlá-la, mas, sobretudo, para lhe servir.

3.1. Da família

A família é a primeira comunidade na qual o indivíduo se vê inserido e é por meio dela que se alcançam as primeiras noções de convívio social, valores e princípios que devem ser observados para uma vida harmoniosa.

Gomes (1998) assim considera família:

(...) o grupo fechado de pessoas, composto dos genitores e filhos, e para limitados efeitos, outros parentes, unificados pela convivência e comunhão de afetos, em uma só e mesma economia, sob mesma direção (GOMES, 1998, p.33)

Lôbo (2009) aduz:

Sob o ponto de vista do direito, a família é feita de duas estruturas associadas: os vínculos e os grupos. Há três sortes de vínculos, que podem coexistir ou existir separadamente: vínculos de sangue, vínculos de direito e vínculos de afetividade. A partir dos vínculos de família é que se compõem os diversos grupos que a integram: grupo conjugal, grupo parental (pais e filhos), grupos secundários (outros parentes e afins). (LOBO, 2009, p. 2)

É fato que o indivíduo que cresce em um ambiente saudável, harmonioso, onde impera o afeto e o respeito mútuos, alcança valores que serão capazes de transformá-lo para a vida adulta como uma pessoa conscientemente preparada para as relações sociais, cujos princípios incorporados obstaculizam ações sociais indesejáveis ou inaceitáveis no meio social ao qual está inserido.

A família, embora não tendo a atribuição formal de zelar pela paz e pela segurança pública, exerce, assim, uma importante influência sobre o estado de normalidade da vida humana em sociedade, pois tem o dever de primar pela boa condução da educação de seus integrantes e, assim, contribuir para a paz e para a tranquilidade social.

Torna-se necessário, portanto, também repensar a segurança pública a partir da base da sociedade, refletindo-se sobre o papel da família na formação do indivíduo, no tocante à consciência, sob os aspectos humanitários, religioso, moral, ético e social, necessários a oportunizar reais condições para o desenvolvimento do indivíduo.

Daí ser fundamental a participação do Estado e dos próprios órgãos policiais, que, inseridos nas relações comunitárias, podem efetivamente viabilizar ou participar de programas sociais destinados a reforçar ou restabelecer os laços familiares.

Destarte, o Estado, além de zelar pela segurança pública, deve fortalecer os órgãos policiais sob uma nova perspectiva, inserindo-os em programas que contemplem a valorização das famílias e de todos os seus integrantes.

3.2. Da Igreja

A igreja historicamente estabeleceu uma série de orientações que resultaram em rígidos códigos de comportamento e de conduta social, principalmente calcados na filosofia religiosa.

Nesse sentido, a atuação da Igreja na sociedade, por meio da educação religiosa, pode ser considerada como um eficiente instrumento que influencia o cotidiano das pessoas, pois segue tradicionalmente contemplada com significativo conteúdo ético, moral e espiritual.

O Cristianismo, sendo parte integrante de nossa cultura, assume relevância para a maioria das pessoas e se constitui em ferramenta auxiliar para a formação e desenvolvimento do caráter, funcionando, de certo modo, como um freio para as condutas sociais reprováveis.

No contexto do relevante papel social prestado pela Igreja, destaca-se a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, dentre as diversas campanhas anualmente concebidas, já abordou temas relacionados à fraternidade e à segurança pública”, estabelecendo o debate sobre as questões relacionadas à segurança das pessoas e à importância da participação social para a busca de soluções diante da majoração dos índices de violência urbana, oportunizando, assim, a reflexão popular sobre o tema.

A igreja, portanto, como instituição social, indubitavelmente, exerce um importante papel de orientação para uma vida comunitária permeada por valores, que visam, sobretudo, ao respeito às diferenças e aos limites das liberdades individuais.

3.3 Da Escola

A escola é uma importante instância informal de disseminação de princípios e valores, que interferem na formação dos cidadãos e geram efeitos no tocante aos comportamentos sociais, com reflexos nas questões de preservação da ordem pública.

Destarte, a escola, compreendida como uma das mais importantes instituições sociais em um Estado democrático, precisa incorporar em sua estrutura e em sua prática pedagógica a educação para a participação cidadã, evidenciando o homem como um sujeito de direitos, mas também como ente de obrigações e deveres.

A escola é assim uma instituição que, ao lado da família, tem responsabilidade direta na educação das pessoas, sendo vista como um espaço formador do caráter dos cidadãos.

Neste sentido, além da escola caracterizar-se como uma instituição voltada ao ensino de conteúdos disciplinares, é também um dos lugares privilegiados para a reflexão das questões sociais, sendo instrumento eficaz na disseminação de valores éticos e morais, com efeitos na formação do caráter e no desenvolvimento humano.

Nesse diapasão, a temática da segurança pública também deve estar inserida nas escolas, como forma de conscientizar a comunidade escolar sobre a importância da

participação popular e da necessária inter-relação com a polícia, contribuindo para que a mesma proceda, com eficiência e eficácia, ao combate da criminalidade.

Segundo Royer (2002), a escola possui um importante papel na prevenção da violência e dos comportamentos agressivos:

(...) os professores, no decorrer de sua formação inicial ou mais adiante, têm que desenvolver a capacidade de intervir e de evitar comportamentos agressivos nas escolas. (ROYER, 2002, p.253)

Rodrigues (1985) assevera:

A função da escola é a de produção e transmissão do saber. É sua responsabilidade formar o indivíduo para o exercício da cidadania. Porém, o exercício da cidadania compreende a formação do homem social, participativo, responsável, político e produtivo. (RODRIGUES, 1985, p. 74)

Acredita-se, assim, que a efetiva participação da comunidade escolar nos assuntos de natureza estatal, sobretudo no que tange à segurança pública e atuação da polícia, também se constitui em importante ferramenta para o alcance de condutas sociais desejáveis permeadas pelos valores sociais, pelo ideal de liberdade e pelo sentimento de respeito mútuo, cujos reflexos tendem a harmonizar as relações sociais em todos os níveis.

3.4. Da Mídia

Os órgãos de imprensa, ao cumprirem o papel de conduzir a informação ao cidadão, devem atuar conjuntamente com as iniciativas de polícia comunitária, posto que ambos se destinam a atender a comunidade à qual estão inseridos.

É através da televisão, rádio, internet e dos jornais que grande parte da população tem acesso aos fatos que acontecem ao seu redor e em todo o mundo. Acontecimentos ocorridos em lugares muito distantes se tornam próximos e interferem no dia-a-dia das pessoas, a partir da sua divulgação. A mídia noticia temas dos mais variados, atingindo todas as classes sociais, cada qual reagindo de forma diferente, de acordo com os seus interesses e necessidades sobre o assunto em pauta.

Desta forma, as notícias jornalísticas têm um espaço significativo na vida das pessoas. Os fatos que geram a notícia são tornados de conhecimento público e passam a constituir uma base para a construção de um determinado comportamento, de acordo com a relevância do fato noticiado, que, muitas vezes fazem alusão a eventos criminosos ou a operações policiais destinadas a colibir a investida criminal.

Os órgãos policiais, conscientes de que a mídia influencia a opinião pública sobre a sensação de segurança ou insegurança, devem estabelecer parcerias com os órgãos de

imprensa, de modo a garantir aos cidadãos uma efetiva comunicação com o Estado, permitindo-lhes expressar as suas necessidades e opiniões.

Rolim (1996) destaca que a mídia pode também contribuir com o trabalho da polícia, mediante a obtenção de informações trazidas pelas pessoas que se sentem estimuladas a colaborar:

Quando se divulga um crime e se permite que determinados detalhes sejam conhecidos, procura-se também estimular eventuais testemunhas ou pessoas que disponham de informações relevantes a procurarem a polícia.

O papel esperado da mídia, portanto, é de um instrumento auxiliar em busca da verdade, deixando de ser sensacionalista, mas revestindo-se de um caráter mais colaborativo na cobertura de matérias policiais, permitindo à população conhecer e participar da construção de políticas públicas de segurança.

3.5. Das Organizações e Entidades Não-governamentais

As Organizações e Entidades não-governamentais, compreendidas como aquelas voltadas às finalidades públicas, sem finalidade lucrativa, revelam-se fundamentais pelo relevante desenvolvimento de projetos de cunho social.

Deste modo, podem efetivamente complementar a atividade estatal por meio do desenvolvimento de programas de interesse público, alcançando, inclusive financiamentos públicos ou privados, voltados à concretização de ações sociais, culturais e assistenciais.

Estas entidades são reveladoras de que a sociedade civil organizada pode efetivamente desenvolver ações ao lado do Estado, capazes de melhorar a vida comunitária, dentre as quais se incluem, obviamente, aquelas que geram efeitos benéficos à segurança pública.

Um dos reais exemplos desta participação são os Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGs, cuja atuação vem sendo estimulada pela filosofia de polícia comunitária com o objetivo de gerar um foro apropriado para a discussão dos problemas de segurança pública, identificando as suas causas e buscando as soluções. Assim, nessa importante filosofia de trabalho estabelecida entre a polícia e a comunidade, por meio de representantes inseridos em Conselhos Comunitários, o ente estatal busca estabelecer sólida relação com as pessoas em geral, aprimorando um sistema participativo de segurança pública por meio de um processo de prevenção criminal centrado na atuação policial proativa.

Há de se considerar que os CONSEGs também contribuem na redução de fatores de insegurança quando viabilizam providências necessárias a sanar dificuldades de ordem municipal ou estatal, que não possuem relação direta com a atividade policial, a exemplo de deficiências na iluminação pública, pavimentação, modificações na arquitetura viária e

sinalização de trânsito, limpeza e muramento de terrenos baldios, silêncio urbano, alteração nos itinerários de transporte urbano, prevenção e tratamento de dependentes de álcool e drogas, assistência a crianças e migrantes, entre outras providências que potencializa os mecanismos para a prevenção do crime.

Por fim, os CONSEGs, na busca de benefícios às suas respectivas comunidades, alcançam, com maior intensidade, a mobilização da opinião pública a favor da atividade policial, reforçando os vínculos estatais com a comunidade, que passa a se sentir valorizada por ser parte integrante do complexo processo de preservação e manutenção da ordem pública.

4. Conclusão

A análise do modelo tradicional de polícia inserido no sistema brasileiro de segurança pública revelou que a atividade policial historicamente privilegiou a atuação repressiva como instrumento de combate ao crime, à violência e aos comportamentos anti-sociais.

Todavia, o avanço desenfreado da criminalidade, observado nos últimos anos, tem revelado que o modelo tradicional de polícia está superado, impondo, em consequência, uma nova realidade às forças policiais que deve seguir ancorada no respeito ao ser humano e na irrestrita observância aos direitos e garantias individuais.

A polícia perde assim a simples condição de braço estatal destinado meramente ao controle social e insere-se, a cada dia, na filosofia de polícia comunitária, realizando um efetivo policiamento de proximidade voltado a servir a comunidade e a garantir o bem-estar social.

Observou-se, portanto, nas últimas décadas uma mudança de foco quanto à atuação policial, que passa a ser efetivamente proativa, alcançando-se em decorrência um processo interativo com a comunidade na construção de um novo modelo de segurança pública, que se aproxima em muito do comando constitucional calcado na ideologia de que a segurança pública é dever do Estado, mas direito e responsabilidade de todos.

Esse novo modelo de atuação policial não se consolida de modo estanque por mera intervenção estatal, sendo indispensável o engajamento e a interação entre a polícia (instância formal de segurança pública) e a família, a escola, a igreja, a sociedade civil organizada, representada pelas organizações e entidades não-governamentais, a mídia em geral, entre outros (instâncias informais de segurança pública), pois todos efetivamente possuem condições de influenciar o meio onde vivem, e, por consequência, o modo de vida das pessoas, e de contribuir direta e indiretamente para a não-ocorrência de condutas indesejáveis perante a lei, permitindo, assim, que realmente seja alcançado um sistema participativo de segurança pública.

Estima-se, assim, que a atuação policial proativa, calcada na filosofia de polícia comunitária, no policiamento de proximidade e orientada para a solução dos problemas, bem

como concretizada com o apoio e a colaboração dos membros da comunidade, possa fazer frente aos sérios e graves problemas que atualmente vêm assolando a segurança da sociedade brasileira, minorando-se as indesejáveis consequências e alcançando-se um mundo melhor para se viver.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Jorge Schorne de. **Sistema nacional de segurança pública**. Palhoça: Unisul, 2009.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n 13.675/2018**. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CALHAU, Élio Braga. **Controle social do crime**. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/artigos/o-controle-social-dos-crimes-7>> Acesso em 17 ago. 2012.

GOMES, O. **Direito de Família**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

LÔBO, P. **Direito Civil: família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RODRIGUES, Neidson. **Colegiado: instrumento de democratização**. Revista Brasileira de Administração Escolar, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 72-79, jan./jul. 1985.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

ROYER, Égide. **A violência escolar e as políticas de formação de professores** in: DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: Unesco, 2002.

PRESSUPOSTOS E CONJECTURAS: A SEGURANÇA PÚBLICA EM BUSCA DE SEU ESPAÇO NA CIÊNCIA

Dalton Gean PEROVANO⁷



A amplitude de fenômenos para o estudo científico de temas sobre a segurança pública trouxe à reflexão algumas inquietações necessárias e resultantes das experiências com a escrita e a docência sobre metodologia da pesquisa.

Vamos começar com o papel da pergunta na pesquisa científica.

Acredito que a pergunta seja a proposição mais evoluída do pensamento humano e nessa intenção encontramos o desenvolvimento do pensamento crítico, conforme postulado e amplamente discutido pelo psicólogo cognitivista Robert J. Sternberg.

Considero a pergunta de pesquisa o principal dos elementos estruturantes, e nasce do problema da investigação científica. Na educação encontra seu espaço na pedagogia da pergunta. No processo administrativo, penal comum ou militar e ainda o civil, a pergunta tem o papel de extrair do sujeito os fatos, memórias e as representações sobre o objeto em investigação. No cotidiano podemos encontrar as formas mais variadas de contextos para a produção de perguntas, seja nos relacionamentos pessoais, às perguntas confrontativas das variadas técnicas de trabalho. O fato é que uma boa crítica ou reflexão decorre de uma ou mais perguntas.

As reflexões podem estar à luz da crítica sobre o método anarquista ou dadaísta de Paul Feyerabend, adjetivados pelo seu amigo Imre Lakatos, para ilustrar sua rejeição ao uso dogmático das regras metodológicas. Mas podemos nos referir a Feyerabend quando temos o domínio do método científico, mais precisamente em nosso campo de estudos, a segurança pública. Vale aqui uma ponderação objetiva: na segurança pública os métodos científicos nos

⁷ Militar Estadual da Ativa (Ten.-Cel. QOPM). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Educação pela UFPR. Doutor em Educação pela UFPR. Possui Especializações em Gestão Educacional e as Especializações nas áreas de Planejamento e Gestão de Projetos. Possui quatro livros publicados, dos quais dois nas áreas de Metodologia da Pesquisa Científica e diversos artigos publicados em periódicos científicos. Membro Fundador/Efetivo da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná – ALMEPAR (Titular da Cadeira – 8). Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Ex-Coordenador-Geral do Projeto Paraná Seguro/BID da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR). Atualmente é Subdiretor da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da PMPR.

ajudam a lidar com a descoberta e o entendimento dos fenômenos que nos afetam no dia-a-dia, do fazer, refletir, entender e projetar o que laboramos/fazemos.

O estudo dos fenômenos, segundo Edmund Husserl, consiste investigar com o propósito de apreender as variadas dimensões dos eventos, ou seja, a aparição das coisas à consciência, como uma forma radical de pensar. O grande desafio para a pesquisa, segundo Husserl, é saber como as coisas do mundo se apresentam à consciência, como elas aparecem no sentido de captar a sua essência.

Minha percepção e convicção apontam que a segurança pública precisa de uma mudança radical no modo de produção científica. Destaco aqui a exigência de absoluto rigor científico, e para isso, contamos com a metodologia da pesquisa científica.

A metodologia da pesquisa científica pode ser considerada uma ferramenta, instrumento ou modo para a produção de conhecimento científico. Permeada na metodologia da pesquisa científica encontraremos correntes filosóficas, teorias e métodos que nos ajudarão explicar os fatos históricos, entender o cotidiano, realizar previsões, proposições para a construção de novas teorias, conceitos ou apenas para entender fenômenos sociais, físicos, médicos, entre outros.

Um importante aspecto neste momento da história da segurança pública é entendermos o papel da ciência e da metodologia de pesquisa na produção de conhecimento.

No entanto, vale nessa etapa da discussão uma digressão. Será que o conhecimento científico consiste na única forma de conhecimento válido para a segurança pública? O conhecimento prático laboral (preferentemente a *práxis*), talvez ainda não levado à discussão à luz da análise empírica pelo método científico, não seria tão benéfico e apropriado quanto o saber científico? Possivelmente a resposta seja: depende do tipo de conhecimento que precisamos!

Outra pergunta que frequentemente aparece para os estudiosos da segurança pública: será que qualquer cenário, contexto ou situação que nos deparamos, como as diversas naturezas de ocorrências atendidas por policiais, questões levantadas nas seções de estado maior (pessoal, inteligência, planejamento operacional, logística, legislação, projetos, comunicação social, orçamento e finanças, entre outros) podem se tornar um problema de pesquisa? A resposta é sim. Mas desde que esses fenômenos, fatos ou episódios sejam tratados e estudados por uma matriz de métodos de pesquisa.

Como discutimos até aqui já compreendemos sobre a pertinência, valor e significado de produzir conhecimentos científicos. Mas por que esse tipo de conhecimento é relevante para as instituições de segurança pública?

Certamente teríamos uma lista extensa de justificativas sobre as finalidades da pesquisa científica para a segurança pública. Podemos citar algumas delas: a importância no aumento

da compreensão dos problemas sociais, o desenvolvimento de uma ordem interna baseada nos fins e meios no fortalecimento dos princípios constitucionais, a consolidação do projeto educativo institucional, a participação da política de Estado, a criação de teorias e conceitos próprios, o fortalecimento do argumento técnico e científico no apoio às decisões do alto-escalão governamental e a produção de argumentos para a elaboração de projetos institucionais.

Ao pensar a pesquisa para a segurança pública podemos postular algumas perguntas e propor uma ontologia em busca dos pressupostos científicos.

Algumas interrogações são primordiais e carecem de muita reflexão e esclarecimentos. Essas questões, como as seguintes, vão muito além da letra da norma jurídica ou de metodologias adotadas nas instituições policiais: o que é segurança pública? O que é defesa social? Como se faz e por que fazer segurança pública? As estratégias de policiamento e/ou de prestação de serviço são adequadas nas comunidades? Por que ainda não conseguimos conter a criminalidade com os aparatos adotados na segurança pública? O indicador de homicídio é a melhor medida, parâmetro ou modelo para aferir a eficiência das instituições de segurança pública? Qual o lugar da prevenção na segurança pública? Temos teorias desenvolvidas no ambiente ou contexto da segurança pública para entender seus fenômenos? Qual epistemologia para pensar e fazer segurança pública? Segurança pública é ciência?

Além desse conjunto de questionamentos assinalo: até quando dependeremos de outras ciências para desvelar nossos problemas de pesquisa?

Vale lembrar a recente discussão sobre a inserção das Ciências Policiais no rol das ciências estudadas no Brasil, objeto de parecer (Processo nº: 23123.007756/2017-45), ainda não publicado, mas aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Câmara de Educação Superior (CES) no ano de 2019. O CNE e a CES reconheceu a *“necessidade, formal, de consideração dessa área de conhecimento, ou seja, Ciências Policiais, na formação de especialistas civis, evidenciando a proposição da Estratégia Nacional de Defesa”*.

No entanto, para que o conjunto de saberes científicos produzidos nos âmbitos da segurança pública, defesa social e defesa civil sejam consideradas ciência, além dos procedimentos normativos formais, será necessário o reconhecimento das comunidades científicas correlatas, a partir da constante/frequente divulgação dos conhecimentos produzidos nos âmbitos das academias policiais. Deverá seguir a caracterização dos saberes científicos nos critérios internos e externos.

Os critérios internos dizem respeito à produção de conhecimento que contemple o conjunto de conceitos e enunciados, o desenvolvimento de técnicas e instrumentos e objetos empíricos a serem estudados.

De forma complementar, os critérios externos determinam a formação de um corpo de pesquisadores com formação *lato* e *strictu sensu*, a validação de sociedade científica (academias de ciência), a publicação em espaços de divulgação do conhecimento (eventos científicos, revistas, etc.), entre outros aspectos.

Em áreas do conhecimento como a medicina, engenharias, farmácia, educação, psicologia, sociologia, direito, dentre outras, são reconhecidas pela comunidade científica internacional como ciências, e possuem métodos próprios ou adaptados para o estudo de seus objetos de pesquisa.

A segurança pública prescinde de métodos de pesquisa que deem conta e auxiliem na explicação dos seus fenômenos. Métodos de pesquisa, já existente ou não, que mais se identifiquem ao desvelamento de fenômenos sociais vinculados a esta área, assim como entender as amplas questões como as administrativas, jurídicas, educacionais, e outras, relacionadas aos ambientes do cotidiano dos quartéis e delegacias, dos Conselhos Comunitário de Segurança Pública, dentre outros.

A pesquisa contemporânea para a segurança pública necessita abordar aspectos sobre o multiculturalismo no sistema de justiça criminal e de outras áreas essenciais, como as da educação, sociologia, administração, filosofia, economia, contabilidade, educação física e demais áreas do conhecimento, a fim de fornecer uma visão geral dos problemas relacionados à diversidade cultural no sistema em estudo.

São emergentes para a sociedade o estudo sistematizado de temas sensíveis tais como a discussão das práticas policiais contemporâneas, a justiça processual, estratégias de recrutamento e seleção, as redes sociais, o policiamento preditivo, o estresse policial, a segurança dos policiais, violência policial, outros.

Os métodos de pesquisa como a pesquisa-ação, observação, estudos de caso e outros, permitem conhecer questões fundamentais sobre raça, etnia, grupos minoritários, a fim de superar hiatos e defasagens históricas impetradas, muitas vezes pelo senso comum e mitos fundantes institucionais, dos próprios profissionais da área e carregados ainda pelo olhar da sociedade sobre as Instituições.

A pesquisa científica deve ainda oferecer um olhar descritivo e analítico para os processos de policiamento, a partir do comportamento da polícia frente às demandas da sociedade. E ainda, nessa relação dialética, a pesquisa fornece e devolve elementos fundamentais às organizações de segurança pública, para o planejamento, melhoria contínua nos processos de gestão, para a formação inicial e continuada fundamentada nos princípios de direitos humanos (no sentido do aprimoramento das técnicas policiais), para o desenvolvimento da rotina de trabalho operacional e de operações, constituindo assim um novo desenho na perspectiva histórica dessas instituições.

Para que isso ocorra creio que as complexas técnicas metodológicas previstos nos tratados de metodologia de pesquisa científica sejam traduzidas, desenhados e aproximados ao ambiente da segurança pública. Essa ação permitirá que seus fenômenos sejam revelados e compreendidos pelas Instituições considerando a sua cultura de trabalho, padrões de planejamento, princípios, valores, práticas e costumes.

A pesquisa na área da segurança pública, predominantemente vinculada às ciências sociais aplicadas e humanas, considera a pesquisa no mundo real e a inserção do pesquisador no modelo histórico-cultural bioecológico do desenvolvimento humano, perspectivas trazidas por David Gray, Urie Bronfenbrenner e este pesquisador.

Esses contextos investigativos preveem a interação do pesquisador nos ambientes comunitários, em escolas, nas indústrias, em cursos de formação e outros que permitem a coleta de dados e a sua interpretação tal como são apresentados e significados pelas pessoas.

Outro ponto importante e predominante realizado na segurança pública é o uso da pesquisa aplicada em relação à pesquisa básica (acadêmica/teórica). A pesquisa aplicada tem a finalidade de melhorar o entendimento de problemas organizacionais específicos, criar as soluções para os problemas e ainda desenvolver conclusões de relevância prática. Por outro lado a pesquisa básica ou acadêmica tem como intenção ampliar o conhecimento de processos organizacionais, desenvolver princípios universais e ainda a produção de conclusões importantes e úteis à sociedade.

O foco fundamental da pesquisa científica sempre será a pesquisa básica, uma vez que é na pesquisa de base que as teorias e os conceitos são desenvolvidos. Assim, as organizações policiais devem priorizar essa modalidade de pesquisa, com o foco no bem estar social e público, e ainda, no progresso da ciência policial. Mas antes disso, o movimento lógico tem sido primeiramente entender seus fenômenos por intermédio da pesquisa aplicada, para então, avançar na pesquisa básica.

A pesquisa aplicada praticada nas instituições consiste em um esforço integrado e específico para a solução de determinado problema e possui um direcionamento prático. Oferece ainda, resultados práticos para o aproveitamento na organização, mas limitados para a generalização em outros contextos. Por outro lado a pesquisa aplicada esclarece potencialmente situações veladas nas organizações e a construção ou a validação de uma teoria.

Agora fica claro porque o movimento dialógico da pesquisa aplicada para a pesquisa básica é importante para a segurança pública. Por exemplo, as teorias utilizadas para o desenvolvimento de pesquisas nesta área são derivadas de outros campos do conhecimento, tais como o direito, a educação, sociologia, física, estatística, psicologia, medicina, odontologia, entre outras, com a adoção de uma postura inter e multidisciplinar.

Nesse ponto recorreremos mais uma vez a Husserl, quando trata da intencionalidade fenomenológica, que é a característica geral da consciência de ser consciência de alguma coisa. A análise dos fenômenos no âmbito da consciência do ser, no intuito de se tentar apreender as coisas como elas são, muito relevante para a pesquisa aplicada na segurança pública.

A pesquisa com elevado rigor científico ainda se faz embrionária às culturas institucionais das polícias. Tornar a segurança pública à condição de ciência é um dos grandes desafios a serem construídos por seus profissionais pesquisadores e por colaboradores externos. Essa intenção se configura necessária e urgente, e seus efeitos impactarão não apenas às instituições policiais, mas à sociedade e as comunidades acadêmicas como um todo e, certamente, esse será o ponto divisor na história da produção de conhecimentos para a segurança pública.

Heróis da Palavra

MARCO Antonio Silva⁸



“O mais útil de todos os talentos é o de não utilizar duas palavras quando uma é suficiente.”

Thomas Jefferson

Na sociedade hodierna, há várias profissões focadas diretamente na preservação de vidas humanas. Entre elas, podemos citar o trabalho dos médicos, enfermeiros, bombeiros e, até mesmo dos policiais militares, que durante a execução de seu trabalho e desenvolvimento das suas atividades constitucionais, evidenciam enormemente a proteção à vida das pessoas.

E, ainda, no contexto do labor policial militar, várias corporações apresentam em suas constituições, grupos de militares estaduais que se destacam no salvamento de vidas humanas e utilizam para tal uma ferramenta simples e, ao mesmo tempo, extraordinária: a palavra. Estamos falando dos negociadores policiais, especialistas treinados para resolver crises por meio da fala, do diálogo e do convencimento dos causadores dos eventos críticos (CEC), ou seja, pessoas que dão causa a uma crise.

As denominadas crises policiais são de diversos tipos, mas a mais lembrada, sem dúvida, é aquela em que há a figura do refém, pessoa ameaçada por indivíduo e serve como um “escudo” para si próprio, chamado aqui de causador do evento crítico, como visto. Sem dúvida, é essa a imagem clássica que define uma crise policial. Entretanto, além da ocorrência com reféns, outras ocorrências críticas se destacam nesse contexto, por exemplo, as situações com pessoas suicidas armadas ou desarmadas, criminosos armados e barricados contra ação da polícia, vítimas ameaçadas por questões emocionais e/ou vingança, ocorrências com atiradores/agressores ativos, ações terroristas, entre várias outras.

⁸ Militar Estadual da Ativa (Major QOPM). Graduado em História pelas Faculdades Integradas Espírita. É Psicólogo formado pela PUC/PR, com especialização em Psicologia Jurídica, também pela PUC/PR, e em Saúde Mental pela Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande/MS. Especialista em Gerenciamento de Crises e Negociação em Crises Policiais. Autor de 04 livros na área de gestão de crises policiais. Trabalhou na 3ª Seção do Estado-Maior da PMPR. Atualmente é Chefe do Gabinete do Chefe da Casa Militar da Governadoria. Membro Fundador/Efetivo da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná (Titular da Cadeira – 9).

Nesse contexto, o enfoque deste breve ensaio é enaltecer o trabalho desses profissionais que possuem a incumbência precípua de convencer aqueles que causam as crises, citados no parágrafo anterior. Certamente, é uma tarefa desafiadora, difícil, mas extremamente gratificante. Ao encerrar uma crise pacificamente e com a utilização de todas as técnicas disponíveis e estabelecidas pela doutrina, é algo que não tem preço. Negociadores são treinados para convencer pessoas em crise, e, as vidas humanas preservadas por sua atuação se tornam um prêmio transcendental e causam uma sensação inexplicável de bem-estar.

Na Polícia Militar do Paraná (PMPR), esse trabalho vem de longa data. Há tempos a corporação percebeu a necessidade de investir na área da negociação e, com um grande esforço de diversos integrantes, criou uma equipe de negociadores, exatamente no dia 20 de março de 2003, na estrutura da antiga Companhia de Polícia de Choque (unidade que deu origem ao atual Batalhão de Operações Especiais da PMPR). Depois, a equipe de negociação cresceu, evoluiu, ficou experiente, conseguiu autonomia operacional e hoje, com quase duas décadas de existência, é reconhecida como um dos melhores grupos de negociadores do Brasil, com uma doutrina forte e estabelecida, e, ainda, difusor de conhecimentos para outros estados e nações.

A atividade policial pressupõe grandes riscos inerentes com o atendimento direto às situações tensas. As crises, por sua própria natureza, trazem esses riscos aumentados aos policiais que primeiro se deparam com elas. Caso não tenham o preparo suficiente, resultados nefastos poderão aparecer. A preocupação com treinamentos e especializações sempre foi a tônica da Equipe de Negociação da PMPR, principalmente instrumentalizando os militares estaduais que atendem primeiramente as crises, os chamados primeiros interventores. A doutrina de primeira intervenção, aliás, nasceu no ano de 2005 no seio da equipe, quando os negociadores perceberam a necessidade urgente de instruir os policiais militares patrulheiros, os quais certamente representam o primeiro esforço quando da eclosão das ocorrências críticas.

Após a fase da primeira intervenção, entra o trabalho dos negociadores e dos demais operadores táticos, com suas alternativas táticas bem definidas. Sob comando, os negociadores trabalharão para o convencimento dos causadores, que estarão sozinhos ou na companhia de pessoas eventualmente ameaçadas por eles. O trabalho técnico e dedicado se concentrará na retirada de todas as pessoas do ponto crítico com vida. Os resultados positivos advindos do processo negocial ocorrem na maioria dos casos – em cerca de 70% delas – conforme as estatísticas da própria equipe, que registra os dados desde sua criação no ano de 2003.

Apesar de todos os indicativos positivos do trabalho dos negociadores, nem sempre há o reconhecimento esperado. Algumas vezes por falta de conhecimento, outras por vaidade.

Afinal, “para negociar, basta falar bem...” ou não? Definitivamente a resposta é não. Negociadores precisam apresentar um perfil psicológico adequado, participarem de uma formação específica, possuir materiais próprios para a atividade, estarem incluídos numa equipe estruturada, entre outras características peculiares, ou seja, muito além do apenas “falar bem”, defendido por alguns incautos ainda hoje em nossos tempos modernos.

A cada crise atendida, os negociadores ganham experiências importantes para a próxima ocorrência. Inexistem duas crises exatamente iguais, mas as similitudes entre elas as transformam em grandes aprendizados para a equipe, que cresce técnica e profissionalmente. Não raras vezes detalhes foram alterados, procedimentos foram modificados e técnicas foram aperfeiçoadas logo após a experiência adquirida na ocorrência anterior. Esse aspecto é muito importante, pois reflete diretamente na resolução positiva do evento quando a equipe chegar.

A evolução das crises policiais deixa transparecer que o despreparo dos interventores é extremamente nocivo ao resultado da ocorrência. Uma simples pesquisa nas plataformas de busca da Internet sobre ocorrências críticas policiais nos apresentará inúmeros casos atendidos de forma incorreta e não técnica, com a falta das equipes especializadas, principalmente, dos negociadores. Como vidas estão envolvidas, o trabalho técnico é mais que necessário, é crucial. Assim, as corporações policiais que entenderem tal problemática e investirem nos procedimentos técnicos, terão notáveis vantagens frente às crises. Pelo contrário, o insucesso será exposto quase que imediatamente nas redes sociais e na mídia. Nesse caso, governantes procurarão cabeças para cortar e os comandantes afastarão os envolvidos na crise. A recorrência desse tipo de fato é facilmente verificada.

Toda a contextualização acima conduz à reflexão de que negociadores policiais são profissionais diferenciados. Eles usam sabiamente as palavras. Utilizam as frases no contexto e no momento certo em que elas devem ser ditas. Além disso, procuram entender o que se passa com a pessoa que causa o evento crítico. Sabem que é um indivíduo mentalmente instável e que precisa ser acolhido para ser convencido. Entender sua condição é fundamental para o desfecho que se espera, ou seja, sem mortos ou feridos no local, principalmente de pessoas inocentes.

Na gênese do trabalho da negociação policial na década de 1970 nos Estados Unidos, os profissionais eram chamados de “negociadores de reféns”. Eles atuavam basicamente nas ocorrências de roubos frustrados com a tomada de reféns, ou seja, aquele tipo de ocorrência mais associado ao fenômeno das crises policiais, como visto no início desta análise. Com o passar do tempo e com a evolução dos procedimentos técnicos, os negociadores viram-se envolvidos também em outros tipos de crises, entre elas, nas crises com suicidas. Como esse tipo de ocorrência é peculiar, os negociadores precisaram se especializar no contato com pessoas com intenções autodestrutivas. Apesar de as técnicas de contato diferirem, o foco é o

mesmo, convencer a pessoa a não conseguir seu intento, preservando sua vida e a conduzindo para tratamento especializado de modo a ajudá-la com suas questões internas.

Os resultados bem-sucedidos registrados mostram cada vez mais a importância do trabalho dos negociadores policiais. Certamente, as corporações policiais que investem na atividade terão ganhos significativos, tanto para a sociedade em sua totalidade quanto para as autoridades que colherão os frutos das vidas preservadas. Como visto, esse é o principal objetivo do trabalho.

Entender o comportamento humano nos mais diversos contextos é a chave para a atividade da negociação. A partir daí é possível traçar estratégias para convencer os encontrados em situações extremas a não cometer os atos que ameaçam fazer. Mais do que simplesmente solucionar crises policiais, os negociadores se envolvem no processo de tal forma que buscam a compreensão completa do ser humano que causa aquela tensa ocorrência.

À guisa de conclusão, a Polícia Militar do Paraná percebeu e considerou acertadamente a necessidade de especializar policiais militares para o cumprimento desta nobre missão. Investiu na equipe de negociadores do BOPE que hoje representa a corporação com denodo e abnegação em qualquer canto do estado, desde 2003. É um grupo pequeno, mas com enorme anseio para salvar vidas. Com ferramentas peculiares, os operadores da Equipe de Negociação do BOPE da PMPR se concentram no bem maior da sociedade, nossa existência. Independente das condições das pessoas envolvidas, eles estarão lá, focados e atentos. São os verdadeiros “heróis da palavra”.

A lendária terra comprometida

Valmir de SOUZA⁹



Era o final do ano, o Brasil tetra campeão e já não ganhava uma Copa do Mundo havia quase uma década. Toda tropa acabara de chegar na cidade. A noite estava clara, a visão das Três Marias formando cinturão de Orion marcava o início daquela jornada.

O jovem Manoel Eufrásio, mais conhecido como Leonidas, estava eufórico e um tanto quanto receoso. Pois, os comentários sobre a região eram os piores e ao mesmo tempo os mais intensos. Ladrões, assassinos, muitos roubos, contrabando, tráfico e perseguições era o que se ouvia sobre o trabalho na fronteira.

A cidade, onde chegou com o grupo, era incrustada na faixa que separava o Brasil do país vizinho. As águas do lago eram o marco de separação. Leonidas estava em sua primeira missão na Força, conhecia vários companheiros que estiveram na fronteira e contavam feitos magistras que haviam realizado nas aventuras naqueles rincões.

Tiros, prisões e até explosões. Seus amigos narravam com glória as vezes que passaram uma temporada naquela região. Quando estava na turma de formação Leonidas, ouvia dizer que bastava estar na rua, vestido com uniforme, que os bandidos vinham oferecer propina aos agentes. Isso causava calafrios no jovem idealista.

Leonidas era assim chamado, pois, gostava muito de uma revista em quadrinhos que retratava os gregos de Esparta, porém, o rapaz não gostava do apelido. Eufrásio conhecia a história e sabia do mito dos espartanos, mas, que infelizmente não havia fontes confiáveis sobre a tão famosa bravura hesitosa daqueles gregos.

Leonidas angariou a antipatia de muitos de seus companheiros por conhecer o passado e assim desapontar os mais apaixonados pelos espartanos.

⁹ Militar Estadual da Ativa (Maj. QOPM). Atualmente lotado no 19º BPM (Toledo/PR). Bacharel em Direito. Especialista em Gestão Ambiental, em Direito Penal e Processo Penal, em Políticas Públicas, em Policiamento Montado, em Polícia Judiciária Militar, em Controle de Distúrbios Cíveis, em Negociação de Crises e no Programa de Resistência a Drogas e Violência (PROERD). Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Doutor em Ambiente e Desenvolvimento. Pós-Doutor pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Docente na Faculdade Sul Brasil, na Faculdade ISEPE, na UNIPAR, na UNIOESTE e na FASUL. Membro Fundador/Efetivo da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná – ALMEPAR. (Titular da Cadeira – 10).

O jovem estudioso sabia, por exemplo, que o agogê, o suposto treinamento dos infantes gregos, que teria por base uma rigidez extrema, não possuía referência na história da Grécia clássica, o termo só aparece séculos depois dos espartanos serem derrotados na Batalha de Leuctra. A lenda de que espartanos nunca recuavam e nunca se rendiam, se dava muito mais pela lei que pela honra.

Tendo em vista que se um espartano fosse desertor a punição era muito pior que a morte. Heródoto primeiro e depois Tucídides contam como os espartanos recuaram em guerras, como na de Peloponeso. Na Batalha de Esfactéria, em 425 a.C., os lacedemônios foram cercados pelos atenienses. Sendo que logo ficaram em pânico e recuaram para um forte e na sequência 292 espartanos se renderam aos atenienses.

Leonidas, era um grande observador e mantinha uma postura cética quanto aos comentários que ouvira sobre os habitantes locais. Logo que chegaram à cidade um de seus superiores ordenou que não podiam conversar com os integrantes da força que serviam na unidade local. Pois, conforme o chefe os agentes ordinários eram todos envolvidos com o crime da região.

Eufrásio sentiu um grande aperto no coração, quando soube desta ordem, porquanto, não poderia visitar seu colega de turma, José Gualbert, que servia na cidade há alguns anos.

Os dois eram amigos de infância e ingressaram na força juntos. Ambos idealistas, Leonidas sabia da índole de seu amigo, mas, agora se via impedido de até mesmo dar um abraço em seu irmão de armas.

Leonidas sempre ouvia histórias das mais cabulosas sobre a vida na fronteira. Ouvia muito companheiros se gabando dos feitos extraordinários que realizavam. Quando estava no poder central, Leonidas sempre se deparava com as narrativas dos resultados vultosos e virtuosos conquistados por aqueles que passavam uma temporada naquela região.

Ao percorrer as estradas empoeiradas no seco, e os atoleiros na chuva Leonidas descobriu que não era tão fácil a vida dos agentes locais. Descobriu a vida simples e humildes dos fronteiriços, bem como, o movimento que transcendia a linha que separava dois países.

Já com algumas semanas de trabalho, Leonidas, não se inquietava e passou a observar que os locais não se intimidavam ao cruzar a fronteira.

Esse simples ato de avançar a demarcação territorial, causava em Leonidas uma sensação de desconforto. Não era normal para ele estar num momento em um país e um passo depois estar em outro, com leis, costumes e idiomas diferentes. Tudo padecia de um estado de animosidade e tensão.

Final Leonidas foi educado a identificar o estrangeiro como inimigo, assim como os seus próprios compatriotas que viviam ali naquela região.

Com sua curiosidade aflorada ele observou um adolescente que nitidamente ao se expressar proferia um sotaque característico, que fundia os dois idiomas e ao falar parecia mais um declamador. Eufrásio interpelou o efebo, tentando extrair dele qual o sentimento dele ao atravessar a fronteira. O jovem refletiu e percebendo a ansiedade de Eufrásio disse: Lá e aqui para mim é a mesma coisa.

Leonidas entendeu que o rapaz teve uma sagacidade ímpar, pois, semanticamente lá e diferente de aqui, porém, ele se utilizou desta palavra para que um estrangeiro pudesse compreender.

Concluiu então que para os locais a linha imaginária da fronteira não é um espaço de separação. A divisão e a separação são muito mais efetivas para quem é distante da região, que para os que nela vivem.

Depois de dias de trabalho a fio, Leonidas não encontrou a famosa barranca do rio. Descobriu que as barrancas que possuíam ao em torno de 90 metros de altura não existiam mais. Há décadas foram encobertas, assim ele se deu conta que muitos daqueles que falavam da região nem mesmo sabiam o que era uma barranca.

Já se passaram 30 dias, a chuva havia encharcado o coturno de amarras pqd de Leonidas. Seu carro de trabalho atolou numa estrada de chão que dava acesso a um “porto clandestino”, conceito um tanto duvidoso depois que Leonidas, descobriu que as explosões das estradas que davam acessos a esses locais eram inúteis.

Tendo em vista que bastava contornar o lugar da explosão que se tinha acesso novamente as águas. O jovem agente percebeu que as histórias fantásticas já não pareciam tão fabulosas assim.

Com seu meio de transporte chafurdado na lama, ele descobriu também mais uma realidade local, a falta de comunicação, pois, os rádios não conseguiam se comunicar. A solução foi procurar o destacamento da unidade local que ficava ali próximo.

Ele ficou apreensivo em demonstrar a falta de habilidade para os agentes locais, contudo, não havia alternativa diante das circunstâncias, o jeito era pedir ajuda. Os pés molhados, o uniforme colado no corpo, até a cobertura estava suja de barro.

Em meio a uma chuva torrencial, depare-se com o portão de entrada. Grita para que seja aberto. Na chuva é recebido por um agente da Força aparentando uns 50 anos. Um homem magro, cabelo liso, bigode fino, fala grossa, o coldre amarrado na perna por um cadarço preto desgastado.

- Senhor Comandante, agente Silveira Ravedu se apresentando – uma breve pausa – Que mal vos pergunte o faz aí na chuva todo cheio de barro? – perguntou o agente impressionado.

Silveira Ravedu era um agente matuto, e trabalhava na região desde que ingressou na Força havia 33 anos. Era um excelente barqueiro, um astuto patrulheiro, e excelente cozinheiro nos momentos das longas missões de trabalho.

Imediatamente aquele homem que tinha idade para ser pai de Leonidas, se prontificou a ir até o veículo atolado. Rapidamente aquele agente matuto amarrou um pedaço de ripa transversalmente no pneu e de forma segura conseguiu tirar a equipe de Eufrásio do apuro que havia se colocado.

Uma parada para o almoço era inevitável, afinal, diferente de seus colegas ordinários, a equipe itinerante era agraciada com um abono que sempre melhorava a vida no final do mês. Assim solicitaram uma indicação a Silveira.

Um restaurante à beira de uma estrada vicinal, foi referenciado a Leonidas e seu grupo. Sentaram-se à mesa de ferro, cercada de quatro cadeiras dobráveis. Restava pedir o prato feito do dia: arroz, feijão, uma salada azeda, farofa e uma bisteca de porco.

Ao terminar de comer, pensou como era bem feito aquele prato de refeição. Sabendo das histórias fantásticas da fronteira, Eufrásio, com sua curiosidade insólita, queira saber qual seria a ação mais prodigiosa daquele agente ordinário.

- O Senhor sabe que nestes meus mais de 30 anos de Força vi muita coisa e enfrentei muitos desafios. Porém, a situação mais emblemática que eu tive foi quando um humilde ancião, nos procurou dizendo que há uns 5 dias furtaram dele seu botijão de gás. Nós estávamos tranquilos aquele dia e fomos em busca de encontrar aquele pertence – destacou Silveira ao novato atento.

- Passamos o dia, a noite e madrugada à procura. E depois de muito empenho encontramos o bem e prendemos os autores do crime. Devolvemos o botijão aquele senhor. No dia subsequente estávamos nós no destacamento, o velhinho apareceu com uma caixa de verduras e nos entregou agradecido.

No outro dia veio com gratidão e uma nova caixa de vegetais, recebemos a gentileza. E por mais uma vez, ele apareceu com as plantas em agradecimento, no que dissemos a ele que não era necessário aquilo, tendo em vista que apenas fizemos nosso dever.

Assim também imaginou Leonidas: - Não fizeram mais que a obrigação.

- Mas, Comando, aquele Senhorzinho com lágrimas nos olhos nos disse: “Vocês não sabem o bem que me fizeram. Sem o botijão de gás eu e minha senhorinha, tínhamos que levantar às 5 da manhã, ajeitar a lenha para o fogão, e com chuva era muito pior. Mas, com o botijão de gás era possível acordar mais tarde e ter uma vida melhor” – destacou Silveira, também com olhou marejados e o coração cheio de orgulho.

Leonidas escutou atônito àquela história singela, contudo, cheia de verdade e emoção. O agente matuto acabara de desfazer boa parte dos preconceitos que eram construídos no tempo de formação dos agentes da Força e pelos que vivem distantes daquela realidade.

Mais 30 dias se passaram, uma grande mudança aconteceu na mente daquele jovem agente, ele compreendeu que não era fácil o trabalho daqueles homens. Sabia o novato que nem tudo era um mar de rosas e por certo não só boas pessoas ali labutavam. A máxima das frutas podres também atingia o lugar. Porém, ele pode conhecer homens honestos e honrados que davam a vida pela comunidade que serviam e orgulhavam a Força com seus exemplos de vida e de profissional.

Eufrásio voltou para casa engrandecido, talvez como um filósofo grego, sabedor de que nada sabia sobre muita coisa. Contudo, cioso de que os pequenos feitos podem gerar grandes e boas reações transformando meninos em homens.

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO DE 1924

João Carlos TOLEDO Júnior¹⁰



1. INTRODUÇÃO

Estudar história é investigar o passado e seu processo de evolução. O conjunto de informações sobre os fatos ocorridos no passado nos remete a compreender o presente.

Segundo Marc Bloch, na obra *Apologia da História* (2001, p. 08), “*o passado é uma estrutura em progresso*”, indicando para seu estudo o método regressivo que consiste na “*leitura da história ao inverso e utilizando-se de temas do presente.*”

Para entender parte da história da Polícia Militar do Paraná é necessário buscar obras literárias que demonstrem as ações realizadas por essa Corporação, na busca de atingir o objetivo proposto na presente pesquisa.

A jovem República dos Estados Unidos do Brasil (atual República Federativa do Brasil) convivia com ações militares. Desde sua criação, em 1889, revoltas populares como a Revolução Federalista (1893 a 1895), a de Canudos (de 1896 a 1897), a Revolta da Chibata (1910) e a Guerra do Contestado, ocorrida entre os anos de 1912 a 1916, obrigaram o Governo Federal a agir belicamente.

¹⁰ Militar Estadual da Ativa (Maj. QOPM). Atualmente Chefe do Núcleo de Controladoria Interna da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Paraná. Mestre em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. Graduado em Direito. Pós-graduado em Direito Militar, em Direito Penal, em História Militar e em Regime Próprio de Previdência Social e Direito Previdenciário Militar. Membro Correspondente da Academia de Letras dos Militares Estaduais de Santa Catarina e da Academia de Letras dos Militares Estaduais da Paraíba. Membro Efetivo/Fundador e Secretário da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná (Titular da Cadeira – 12). Autor do livro “A participação da Polícia Militar do Paraná nos conflitos bélicos: Da Guerra do Paraguai ao Contestado” (2017) e do livro “A trajetória dos 90 anos da Casa Militar do Paraná” (2018).

Diante deste cenário, os militares descontentes com os Presidentes civis e com a política “café com leite”¹¹ buscavam reformas político-sociais na estrutura do poder do país, como o fim do voto de cabresto, a reforma da educação pública e o voto secreto.

Assim, em 1924, nos Quartéis do Exército e da Força Pública Paulista, irrompeu o movimento tenentista de 1922. No dia 5 de julho daquele ano, os militares, tendo como principal idealizador o General reformado do Exército Brasileiro Isidoro Dias Lopes, tomaram os quartéis e pontos importantes na região central da capital paulista, entre eles o Palácio Campos dos Elíseos, sede do governo.

Batalhas foram travadas e os revoltosos resistiram a severo bombardeio das tropas do Presidente Artur Bernardes até o dia 27 de julho, quando se retiraram para o interior paulista, sendo perseguidos por forças governistas.

A Força Militar Paranaense, atual Polícia Militar do Paraná, foi mobilizada atendendo convocação do Presidente da República e seguiu para o interior de São Paulo, onde travou combates com a retaguarda da Coluna Miguel Costa até as margens do rio Paraná.

Após a fuga dos revoltosos, os militares paranaenses retornaram e acamparam em Guarapuava, de onde percorreram por mais de três meses os sertões da região desconhecida do Alto Paraná¹², encerrando sua participação em Catanduvas, pequena vila que sediava um posto de telégrafo e que fora tomada pelos revoltosos.

A escolha do presente tema tem por objetivo descrever as principais ações realizadas pelos integrantes da Polícia Militar do Paraná no contexto da Revolução 1924, utilizando de fontes tanto de autores e locais no Estado do Paraná como também de autores e locais no Estado de São Paulo, buscando elaborar uma obra inédita no sentido de possuir informações sobre a Força Pública Paranaense sob o prisma de lados opostos nos conflitos bélicos ocorridos na década de 20, como também demonstrar os feitos realizados pelos militares paranaenses, pois segundo Marc Bloch (2001, p. 54), *“o objeto da história é, por natureza, o homem.”*

Trata-se de um trabalho científico de revisão de literatura histórica, utilizando como fonte de pesquisa bibliográfica, obras primárias de combatentes revoltosos paulistas, de militares do Exército Brasileiro e militares da PMPR que lutaram no conflito, bem como pelo material obtido em pesquisa de campo em alguns locais onde aconteceram conflitos bélicos citados nesta pesquisa.

Em suma, ainda utilizando dos ensinamentos de Marc Bloch (2001, p. 87), *“há no fundo de quase toda pesquisa documentária, um resíduo de inopinado e, por conseguinte, de risco.”*

11. “Café com leite” era a alternância da Presidência da República entre políticos de São Paulo e Minas Gerais.

12. Conforme Rosa Filho (2001) assim era chamada a região Oeste do Paraná que à época era desconhecida e sequer havia dela uma carta

2. Revolução de 1924

No dia 05 de julho de 1924, oficiais do Exército Brasileiro e da Força Pública Paulista (atual PMESP), rebelaram-se ao amanhecer do dia e quartéis foram tomados sem resistência na capital bandeirante, sendo iniciada nesta data uma luta em que envolveu por melhorias de condições ao povo brasileiro.

Para Heller (2007), ao irromper a revolta em São Paulo, aproximadamente 2.600 soldados do Exército e da Força Pública Paulista aderiram à revolução, comandada pelo Major da PM Miguel Costa. O primeiro alvo de ataque foi à tomada de quartéis e pontos estratégicos da capital paulista.

Por mais de 20 dias travaram-se sangrentas batalhas ao custo de muitas vidas de militares e civis, porém, as intenções dos rebeldes não se confirmaram em outros Estados que deixaram de aderir à revolução. Com isso, os rebeldes que estavam sitiados em São Paulo foram obrigados e se retirar para o interior, visando alcançar o Mato Grosso e o Paraná, pois a situação em São Paulo restou prejudicada na reorganização das forças e também pelos bombardeios da artilharia governista, causava pânico entre os moradores, que se refugiavam para outras cidades. Diante disto, após decisão dos líderes General Isidoro Dias Lopes e Major Miguel Costa, decidiu-se pela retirada pelo eixo ferroviário da São Paulo-Campinas-Bauru, com a sua retaguarda guarnecida.

A partir do início da revolução, segundo Rosa Filho (2001), toda a tropa paranaense permaneceu no Quartel, uniformizada e armada, ficando automaticamente suspensas todas as dispensas do serviço. Possuindo a PMPR, nessa ocasião, a seguinte estrutura orgânica: Estado-Maior e Menor do Comando-Geral, 1º Batalhão de Infantaria, 01 Esquadrão de Cavalaria, 01 Companhia de Bombeiros e 01 Pelotão de Metralhadoras. O efetivo era de 57 oficiais e 800 praças, havendo um grande número de vagas por serem completadas.

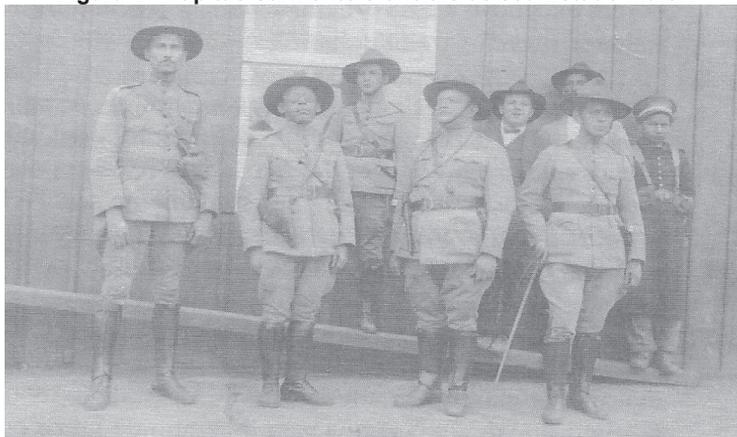
De prontidão, a Corporação recebeu ordem de marcha, sendo cassadas as licenças concedidas aos oficiais e praças, inclusive os licenciados para tratamento de saúde apresentaram-se às suas unidades. A ordem atingiu a totalidade dos integrantes da PMPR, passando todo o efetivo à subordinação do Comando da 5ª Região Militar do Exército Brasileiro.

No dia 14 de julho de 1924, o então Presidente do Estado do Paraná colocou o 1º Batalhão de Infantaria da Força Militar do Paraná à disposição do Governo Federal, pronto para seguir ao Estado de São Paulo. Continuando nas lições de Rosa Filho (2001, p. 23-24), *“tanto nos oficiais como nas praças notava-se a vontade heroica de compartilhar com as suas forças, sendo até alguns claros nas fileiras muito disputados entre os homens que deviam seguir para o campo de luta e os que deviam ficar para o policiamento do Estado.”*

O efetivo da PMPR empregado no primeiro contingente ficou constituído da seguinte maneira:

- a. Comandante: Capitão PM Joaquim Antônio de Moraes Sarmento;
 - b. Comandantes de Companhias: Capitão PM Joaquim Antônio da Silva, 1º Tenente PM Virgílio de Oliveira Mello e 1º Tenente PM Francisco José de Moura;
 - c. Secretário: 1º Tenente PM Hermínio da Cunha César;
 - d. Contador: 2º Tenente PM João Masteck;
 - e. Oficiais Subalternos: 2º Tenentes PM José Scheleder, José Busse, Adherbal Fortes de Sá, Custódio Raposo Netto, Antônio de Azevedo, Francisco Gonçalves Guimarães, João Dolms, Carlos Bardelli e Augusto de Almeida Garret;
 - f. Médico: 1º Tenente Aramys Athaydes;
 - g. Farmacêutico: 2º Tenente José Basílio da Silva;
 - h. Praças: 278 (duzentos e setenta e oito).
- Efetivo total:** 295 (duzentos e noventa e cinco).

Figura 1 - Capitão Sarmento e oficiais de seu Estado-Maior.



Fonte: Rosa Filho (2001, p. 24).

A certeza das dificuldades que seriam enfrentadas pelos militares paranaenses destacada pelo integrante do efetivo paranaense, 2º Sargento Floriano Napoleão do Brasil Miranda (1954, p. 34), senão vejamos:

“...quando da despedida da tropa de Curitiba, relatando que “entrelaçam-se pela última vez, numa chocante cerimônia, pais, esposas, filhos e irmãos. Muitas faces que agora se contemplam, não tornarão jamais avistar-se”.

No dia 16 de julho, por trem, o efetivo iniciou sua viagem com destino ao Estado de São Paulo, sendo que no dia seguinte a tropa chegava em Itararé, primeira cidade depois da divisa com o Paraná.

Depois, em Porto Feliz, o efetivo da Força Militar Paranaense entrou pela primeira vez em combate, conseguindo prender 02 (dois) Sargentos e 05 (cinco) Praças do 4º R.A.M, bem como armas, munições e veículos. Na continuidade da campanha, partiram para Botucatu, depois Porto Epitácio, São Roque, Santo Anastácio, entre outras cidades.

As ações no Estado de São Paulo encerraram-se no dia 14 de setembro, quando o Batalhão retornou ao Paraná. Após uma breve parada em Ponta Grossa, onde familiares deslocaram para rever seus entes, a tropa percorreu de trem até Irati e de lá se deslocou para Guarapuava, onde passa por um período de treinamento e descanso.

O efetivo militar paranaense permaneceu 40 dias em Guarapuava, aguardando a chegada do General Cândido Mariano da Silva Rondon, Comandante daquele setor.

O General Rondon foi designado Comandante-em-chefe das forças legalistas, sendo que sua nomeação se deu em virtude de seu conhecimento da região, uma vez que fora o responsável pela instalação da linha de telégrafo ligando Guarapuava a Foz do Iguaçu no ano de 1902.

2.1 A força militar paranaense: de São Paulo a Catanduvas

Segundo o Militar Estadual Renato Marchetti (2013), outros contingentes da Força Pública foram mobilizados no mês de agosto de 1924 e marcharam para as regiões Norte, Paranaguá e o rio Paraná.

O Tenente da Força Pública Aristóteles Xavier, que era responsável pela guarda da Ilha do Pacu, próximo à Guaíra, com apenas 06 homens, tentou conter a descida dos revoltosos, mas entregou-se e foi preso após acabar a munição. O 2º Tenente Arthur Borges Maciel, que exercia o cargo de Delegado de Polícia em Foz do Iguaçu também foi incorporado ao Regimento que defendia Guaíra, sob o Comando do Capitão do Exército Dilermando Cândido de Assis.

No dia 14 de setembro, logo que a ilha do Pacú foi tomada e os explosivos desativados pelo Tenente Aristóteles, que fora capturado pelos revoltosos após uma embarcação governista ter sido apreendida e os planos serem revelados por um piloto (barqueiro) paraguaio, Guaíra foi tomada de assalto, sem que ocorresse resistência efetiva. A tomada de Guaíra permitiu o avanço dos rebeldes à região Oeste do Paraná.

Entre os oficiais, além dos Tenentes Aristóteles Xavier e Arthur Borges Maciel, estava o 2º Tenente Dagoberto Dulcídio Pereira e o 2º Tenente Médico Dr. Cândido de Mello e Silva,

sendo que diante de tão inexpressiva força contra o efetivo dos revoltosos, Guaira cedeu aos 1.200 homens comandados pelo Coronel João Francisco.

Segundo Heller, (2007, p. 92), *“com a chegada de toda a tropa na cidade, foi determinado seu avanço para o Leste na tentativa de ocupar Guarapuava e Ponta Grossa e estabelecer ligação com os revolucionários do Rio Grande do Sul”*.

Ainda, Catanduvas foi invadida por tropas comandadas pelo Tenente-Coronel Estilac Leal, tomando o posto de telégrafo, importante para a comunicação dos rebeldes com demais pontos dominados pelos revoltosos paulistas no Oeste do Paraná.

2.2 As ações da Força Militar Paranaense na região de Catanduvas

A partir do mês de outubro de 1924, os militares paranaenses são remanejados para Mallet¹³, atuando como guarda avançada na retaguarda das forças que se encontram acampadas na Serra dos Medeiros.

Um efetivo do Batalhão Paranaense se deslocava até a localidade do Passo dos Borman onde ainda na madrugada *“subitamente rompe violenta fusilaria que se generalisa numa espantosa rapidez”* (MIRANDA, 1954, p. 50). Assim ocorreu o primeiro contato dos milicianos com os rebeldes nos sertões do Paraná.

O contingente da PMPR deslocou até chegar à Serra da União, estando os revolucionários entrincheirados no lugar denominado Belarmino, estando a 1ª Companhia da Força Pública Paranaense sob o Comando do Tenente Augusto Garret e recebeu ordem de tomar posse do reduto revolucionário, sendo acompanhado da artilharia do 4º Regimento de Artilharia Montada, na picada telegráfica que ficava próxima dos revoltosos.

Conforme Miranda (1954), iniciou-se uma troca de tiros que perdurou por mais de 6 horas, sendo que nesse confronto as tropas legalistas tiveram que retroceder. A tristeza abateu o efetivo da PMPR, pois nesse dia o primeiro militar paranaense tombou em combate, sendo enterrado na margem do rio Borman em singela sepultura, ali foi colocada a primeira cruz para indicar onde ficaria assinalado o lugar onde descansaria o Cabo Felix Alves da Conceição.

Ainda, nesse combate foram feridos e encaminhados em ambulâncias para o Hospital em Guarapuava, o Cabo Palmiro Gomes de Oliveira e os Soldados Arnaldo Rodrigues, Aníbal Maurício Domingues e Antônio Lopes.

Após, o Batalhão deslocou para Boa Vista do São Roque¹⁴, onde encaminha alguns revoltosos sob escolta para Guarapuava e no mês de dezembro, na localidade de Lageado Liso de São Roque (atual cidade Espigão Alto do Iguaçu), acontece mais uma baixa no efetivo

13 Atual cidade de Laranjeiras do Sul/PR.

14 Atualmente localizado na região da cidade de Espigão Alto do Iguaçu/PR.

paranaense quando o 2º Sargento Pedro Higino dos Santos foi morto em uma emboscada ao realizar uma patrulha de reconhecimento.

O efetivo da PMPR deslocou para a localidade de Campo Novo (atual cidade de Quedas do Iguaçu/PR), passando o Natal e início do ano de 1925 acampados nas matas dos pinheirais que eram abundantes.

Em janeiro, a tropa segue abrindo picada na direção da estrada real que liga Guarapuava a Foz do Iguaçu, sofrendo com as dificuldades de movimentar um efetivo de mais de 400 homens entre as matas fechadas.

No dia 06 de janeiro de 1925, depois de deslocar por caminhos inóspitos, a tropa paranaense chegou à estrada real no local denominado 24¹⁵, sendo que os milicianos se alegraram em chegar novamente a um lugar onde o sol pudesse ser visto, além do movimento de pessoas, caminhões e carroças pela estrada real.

O escritor Domingos Meirelles conceitua Catanduvás e seu valor estratégico da seguinte forma:

As forças revolucionárias lutam por Catanduvás, um arraial miserável, encarapitado no alto de uma serra, no oeste do Paraná, por causa do seu valor estratégico. Desse ponto privilegiado, os rebeldes podem controlar a única passagem do planalto de Guarapuava para o canyon do Médio Paraná, além de dominar o importante entroncamento telegráfico que liga Foz do Iguaçu a Porto Mendes. Com o telégrafo nas mãos, os rebeldes podem comunicar-se com o resto do país e, principalmente, com o exterior. [...] (MEIRELLES, 1995, p. 313).

O primeiro contato da tropa paranaense com os revoltosos em Catanduvás foi marcante e sangrento e o batismo de sangue dos milicianos nas trincheiras começou no dia em que foram para a linha de frente. Segundo Miranda (1954), ao meio-dia e trinta minutos do dia 11 de janeiro de 1925, a tropa alcançou uma pequena clareira onde pode avistar os revoltosos do lado oposto do Rio Medeiros¹⁶, sendo que enquanto os revoltosos atiravam em um avião de reconhecimento, a tropa avançou cautelosamente em tempo de colocar as metralhadoras pesadas em condições de pronto-emprego.

Após o final do combate, o 2º Tenente Joaquim Tabora Ribas, Cabo Alfredo Schmidt e o Soldado Olímpio Nunes do Nascimento morreram no campo de batalha, ficando outros milicianos feridos, entre eles o Sargento Antonio Fernandes Vicedo, Sargento Francisco de

¹⁵ Denominado "Posto das 24" em 1888 quando a expedição da fundação da Colônia Militar do Iguaçu abria picada até a Foz do Iguaçu. Conforme instrução do Chefe da Comissão, a 24 léguas a contar do rio Xagú, deveria ser criada uma roça de 10 alqueires para a produção dos víveres das próximas expedições e uma casa para o depósito dos víveres.

¹⁶ O autor pode ter confundido indicando como Rio Medeiros, o qual não existe no Estado do Paraná. Pela condição geográfica, tudo indica que tenha se referido ao rio Adelaide ou rio Passo Liso, ambos em Catanduvás e locais onde lutaram tropas entrincheiradas.

Paula Cruz, Aspençada José Cavalheiro Mendes e os Soldados Horácio Veiga, Josino de Souza, Francisco Paraná e João Clemente de Brito.

No dia 12 de janeiro, a tropa retornou em direção ao local do primeiro combate, sendo as trincheiras cavadas com pás e picaretas pequenas, usando ainda troncos, pedras e galhos como anteparos.

Ao serem percebidos pelos revoltosos, foram recebidos com violento fogo e extrema precisão, perdendo a Força Pública Paranaense os seguintes integrantes: Sargento Francisco Frederico Schultz ferido mortalmente, Cabo João Lima da Silva Porto e o Sargento Pedro Martins, alvejados e socorridos pelos padioleiros.

Entre os dias 13 a 17, a troca de tiros continuou, mas os policiais da Força Pública já estavam mais adaptados à guerra nas trincheiras, sendo que enquanto os dias passavam, jogavam truco e lembrava-se de seus familiares que há seis meses haviam deixado para trás.

Segundo o contido na obra de João Cabanas (1926, p. 310), *“a fome da tropa era saciada aos poucos por milho cozido ou assado, palmito e às vezes por brotos de taquarussú”*.

Além da escassez de alimentos, sofriam os rebeldes com a falta de medicamentos e munição, que era poupada por não ter previsão de reposição, enquanto aguardavam a tropa de Luís Carlos Prestes que vinha do Rio Grande do Sul e que nunca chegou à Catanduvas.

Além de combater um forte inimigo, as tropas rebeldes sofriam baixas nas trincheiras, porém, causadas pela sarna e disenteria em virtude da falta de higiene nas trincheiras, conforme explica Meirelles:

Há várias semanas sem tomar banho e sem trocar de roupa, com os uniformes sujos de barro e engordurados pelo suor, eles são esfolados por um inimigo pior que Rondon: a sarna. As forças revolucionárias enfrentam há 15 dias uma epidemia de sarna para qual não encontram alívio. A doença, provocada pela falta de higiene, espalha-se por quase todo corpo. A maioria dos soldados apresenta graves lesões entre os dedos das mãos e dos pés, embaixo dos braços, na virilha e nas nádegas. A sarna mina a resistência dos rebeldes, mas não seu ânimo. Mesmo coçando-se dia e noite sem parar, com a pele do corpo toda avermelhada, eles enfrentam o inimigo. Muitos soldados lutam descalços e sem camisa para melhor se coçar, o que agrava mais as lesões. A epidemia é combatida com remédios caseiros, mas com resultado praticamente nulo, porque eles continuam imundos, usando o mesmo uniforme impregnado de parasitas imperceptíveis a olho nu [...] (MEIRELLES, 1995, p. 314).

A Força Pública Paranaense permaneceu entrincheirada até o dia 17 de janeiro, quando recebeu ordem para se retirar e descansar para o ataque à Catanduvas, programado para o dia 21 de janeiro. Os combatentes sentiram as agruras de uma luta por ideais distintos, ou seja, enquanto as tropas paranaenses defendiam o Governo Federal, junto com o Exército Brasileiro e outras polícias, os revoltosos paulistas lutavam pelos ideais que os levaram a revolução, contrários a política do Presidente da República Artur Bernardes.

Segundo o Capitão João Alves da Rosa Filho (2001), mesmo tendo desempenhado sua missão de forma satisfatória, o custo dessa semana foi alto: 04 (quatro) homens da tropa de Sarmento foram mortos nos combates. Após dois dias de repouso, mesmo não acreditando no ataque ao reduto de Catanduvas, a tropa paranaense tentava descansar à retaguarda dos combates, em enervante expectativa, porém, ao amanhecer do dia 21 de janeiro, os militares acordaram com intensa artilharia que vinha da retaguarda.

Logo perceberam que Formigas estava sendo atacada, sendo que nessa localidade estavam instalados os serviços de saúde e de reabastecimento das tropas legalistas.

Além de Formigas, outras posições legalistas seriam tomadas de assalto simultaneamente no entorno de Catanduvas.

O ataque foi realizado no amanhecer e, segundo Cabanas, assim aconteceu:

As sentinelas dormiam, armas entre as pernas, sentadas nos parabolas das trincheiras [...] Os primeiros raios de sol se filtravam suavemente através das árvores [...] não me continha de alegria e prazer, por ver meus inimigos descuidados, calmamente entregues ao descanço [...] Quanto maior surpresa, mais mortandade, mais alegria! [...] canhões monstros, em tocaia, se enfileiravam à direita da casa do Estado maior, assinalada pelo pavilhão nacional hasteado na toska fachada [...] quando de todos os lados, rompe sobre o descuidado acampamento um terrível fogo de fuzilaria acompanhado de uma assuada formidável, salientando-se os gritos de 'Cabanas chegou!' [...] De todas as barracas e das casas saltava gente tomada de assombro, correndo em todas as direcções, sem ordem, sem comando [...] Raro aquelle que estava vestido completamente e muitos os que estavam nus [...] Um oficial só, com uma metralhadora pesada, bravamente fazia fogo e já magotes de soldados, mesmo sem comando, estendiam-se em linha de atiradores [...] travou-se combate a arma branca, ou para melhor dizer, a facção, porque não dispúnhamos de bayonetas; e após alguns minutos, os soldados governistas ante os golpes das nossa arma, cuja defesa não lhes ensinaram nos quartéis, foram presos outra vez de terror pânico. Debandaram abandonando o terreno. Sumiram pela espessura da matta, deixando armas e bagagens. [...] (CABANAS, 1926, p. 277-279).

O plano de Cabanas quase fez refém o Comandante-em-chefe das operações no Paraná: General Rondon. Por um problema mecânico seu veículo não conseguiu chegar a Formigas, tendo permanecido o Comandante em Mallet.

Na casa principal do vilarejo, as tropas da Coluna da Morte apreenderam mapas e relatórios dos efetivos governistas.

Conforme Miranda (1954), os militares paranaenses eram a única força disponível para contra-atacar os revoltosos, portanto seguiram para frente de combate e no caminho encontraram oficiais e soldados que fugiam, quase sem roupas, descalços e com os pés sangrando da marcha forçada na estrada com pedregulhos, destacando que os fugitivos revelaram que haviam sido atacados pela manhã pelo Batalhão comandado por Cabanas.

Enquanto a tropa da PMPR deslocava, Cabanas ordenou aos prisioneiros que cavassem covas para enterrar os militares mortos naquele combate, sendo uma das vítimas o médico Antonio Baptista Leite, que abandonou o hospital legalista durante o fogo intenso.

Continuando, Miranda relata que seguiram com extrema prudência ao se aproximar de Formigas, sendo que logo se iniciou o combate com os revoltosos, assim descrito:

O Batalhão embora reduzido a 120 homens, imediatamente contratou em cumprimento das ordens recebidas. E entrincheirados na orla da mata e na boca da picada telegráfica, mantivemos cerrado e ininterrupto fogo até a madrugada; a velha imbuía em que nos abrigamos inicialmente, sérvio também para nos assegurar um sono tranquilo. Pela madrugada, cessou completamente o fogo inimigo e pelas 5 horas da manhã uma patrulha de reconhecimento constatou que os rebeldes haviam se retirado de formigas.[...] (MIRANDA, 1954, p. 71).

Cabanas (1926, p. 286) relatou que *“a luta era geral e vigorosa em todos os pontos [...] as balas choviam dentro do povoado de uma maneira extraordinária e minha metralhadora [...] mudava de posição de momento em momento.”*

Enquanto a tropa de Cabanas retirou-se para a região de Salto (próximo a Cascavel), as forças legalistas o perseguiram incansavelmente, sendo que segundo Cabanas o retorno da “Coluna da Morte” até Catanduvas demorou 11 dias.

Ainda, no dia 22 de janeiro, os paranaenses deslocaram até a localidade de Colônia Paraguaia, ao norte de Formiga e por volta das 19 horas as patrulhas de reconhecimento perceberam que havia forças naquele local.

Segundo Miranda (1954), a tropa paranaense perdeu mais de 30 policiais que desertaram, sendo essa baixa sentida profundamente e o Batalhão ficou com 90 homens, uma seção de metralhadoras pesadas da polícia paulista reforçou o efetivo paranaense.

Continuando, relatou que na vila Sítio, os militares paranaenses passaram longos e enervantes dias, pois apenas realizavam exercícios sem qualquer atividade de campanha, reconhecimentos cotidianos eram realizados e às vezes a tropa ficava atenta a tiros disparados no mato por “praças imprudentes” contra porcos selvagens (catetos).

Enquanto as tropas do Coronel Estilac Leal permaneciam entrincheiradas em Catanduvas, demais forças iriam atacar esporadicamente as bases governistas enquanto aguardavam o reforço prometido por Luís Carlos Prestes. O local escolhido por Cabanas foi à vila Sítio. Assim, Cabanas (1926, p. 313) fez avançar *“a vanguarda para cair de surpresa dentro das trincheiras inimigas, e quando já considerava a posição tomada, foi descoberto.”* Ainda, relatou que *“estavam tão próximos que ouvíamos e víamos tudo [...] Parece que a patrulha saíu de mau humor”.*

Contudo, a Coluna da Morte não contava com o profissionalismo do Comandante Sarmento que, segundo Miranda (1954, p. 80), *“determinou rigorosa segurança da tropa que*

lhe foi confiada. Assim a patrulha de reconhecimento percebeu Cabanas com a Coluna da Morte e logo que adentraram a mata, subitamente o gargalhar sinistro da metralhadora quebra o longo silêncio, ecoando pelas matas, como se outras tantas respondessem ao apelo da morte”.

A versão de Cabanas revela que a ação de ataque somente não foi bem sucedida porque um soldado rebelde precipitou-se e disparou um tiro na patrulha inimiga, matando um paranaense. Assim “os restantes destes em rápida meia volta, foram, como flechas, cair nos seus entrincheiramentos [...] abriram cerradas descargas de fúsis e metralhadoras em todas as direcções varrendo a mattaria”.

O militar paranaense Miranda descreveu o ataque da seguinte forma:

Já ouvimos por cima do acampamento o assobiar das balas dos atacantes, entrando em contato com o reconhecimento que, providencialmente, saiu em hora oportuna. As guardas avançadas recolhem-se rapidamente para o centro do acampamento e abrigam-se no entrincheiramento, há muitos dias preparado com carinho. Logo depois, recolhem-se também para lá, praças do reconhecimento. Rôto, arranhado e sem gôrro, aparece o cabo SILVANO DE LIMA, informando ter dado com os rebeldes a 150 metros de distância, emboscados, e que atacaram o reconhecimento à metralhadora. O chefe do reconhecimento pode vêr ainda o cabo RAIMUNDO CARDOSO DOS SANTOS, levar a mão ao ventre e cair à beira da picada.[...] (MIRANDA, (1954, p. 80).

O Comandante da tropa paranaense, percebendo que os disparos entre a floresta não tinham o efeito desejado, adotou uma tática para abandonarem suas posições: atirava com a metralhadora nos galhos dos pinheiros (fartos na região), sobre a cabeça dos revoltosos. Miranda (1954, p. 81) explica que, “sabíamos que ao impacto dos tiros os galhos fatalmente viriam abaixo e, assim, uma chuva de madeira verde fustigaria incessantemente os nossos atacantes”.

Esse ataque adentra à noite e continua pela madrugada, e ao amanhecer vai diminuindo, sendo que na manhã de 28 de fevereiro entra em ação a 9ª Companhia de Metralhadoras Pesadas – CMP do Exército que substituiu o Batalhão do Comandante Sarmento.

A 9ª CMP flanqueou os revoltosos, obrigando-os a bater em retirada. Sobre a decisão de encerrar o assalto, Cabanas (1926, p. 315) relata que “vendo a inutilidade do sacrifício que estava fazendo para desalojar o inimigo entrincheirado na minha frente, formei a tropa e recolhi novamente à Floresta”.

Assim, o ataque de Cabanas na localidade de Sítio só não atingiu seu objetivo devido às manobras de defesa determinada pelo Comandante Sarmento, além da rigorosa vigilância estabelecida pelo Comandante paranaense que não subestimava os revoltosos, mesmo sabendo que estavam sendo rechaçados nas suas posições.

Findo esse combate, na manhã de 28, os paranaenses são substituídos e marcham para Formigas onde o Comandante Sarmento organiza o comboio de regresso com carroças. Os

milicianos foram para casa sem qualquer lamento ou reclamação, apenas queriam o quanto antes rever suas famílias (MIRANDA, 1954).

Para Rosa Filho (2001, p. 64-65), *“a desmobilização do 1º Batalhão de Infantaria somente se deu depois de que o Tenente José Busse, que lutava em Catanduvas foi a Curitiba para tratamento de saúde, pois o referido oficial colocou o General Rondon a par das ações do Batalhão, de seu efetivo, que já era reduzido e principalmente da saúde do Capitão Sarmento, que era debilitada em virtude de sofrer de insuficiência mitral.”*

Segundo Miranda (1954), no regresso a tropa paranaense viu com estranheza duas fileiras de soldados do Exército ladearem a estrada, sendo que quando o Batalhão passou, os soldados os receberam com prolongada salva de palmas.

Ao chegarem a Colônia Mallet (Laranjeiras do Sul), encontraram-se com a tropa do 2º Batalhão de Infantaria da Força Pública Paranaense, vindo de Curitiba, os quais iriam substituí-los, estando esse contingente sob o Comando do Capitão PM Deocleciano Gomes de Miranda.

Segundo Rosa Filho (2001), o 2º Batalhão da PMPR foi mobilizado no final de janeiro de 1925, sendo composto por 152 oficiais e praças, ficando a tropa dividida em frações, rumando para as localidades de Pensamento e Sítio, local onde esteve posicionado o 1º Batalhão da PMPR. Após reagrupar os homens, acantonou na localidade de Formigas onde permaneceu depois da queda de Catanduvas. Por fim, o 2º Batalhão de Infantaria foi desmobilizado e retornou a Curitiba após ocupar Porto Mendes e Guaíra.

Com relação aos revoltosos, não resistiram à fome, às intempéries, à sarna, à falta de higiene, de munição e a superioridade das tropas legalistas e no dia 29 de março de 1925 renderam-se ao cansaço conforme previa o Comandante-em-chefe das tropas legalistas.

Os prisioneiros que resistiram em Catanduvas marcharam a pé até Irati, onde foram de trem até Paranaguá, seguindo de navio para o presídio militar de Clevelândia do Norte, no Amapá.

Com relação à queda de Catanduvas, cabe ressaltar a narração feita por Lourenço Moreira Lima, integrante das tropas revolucionárias, em sua obra “A Coluna Prestes”, com as seguintes palavras:

*Com a concentração de um efetivo esmagador pelo número e emprego de quase todos os engenhos de guerra conhecidos, **os asseclas do bernardismo, na data de 29 do mês findo, conseguiram seccionar as forças da Divisão São Paulo, atacando fortemente os elementos da 2ª Brigada e outras tropas que heroicamente defendiam Catanduvas.** [...] Conseguiram escapar muito poucos desses abnegados revolucionários, contando-se entre eles o comandante daquela Brigada, Sr. Tenente-Coronel Newton Estillac Leal, seu chefe de E.M, Sr. Capitão Felinto Muller, Sr. Capitão Philogonio Antonio Theodoro com parte da sua companhia, Sr. 1º Tenente Deusdedit Loyola com parte de sua cavalaria e outros cujos nomes serão oportunamente publicados.” [...] (MOREIRA LIMA, 1945, p. 540-541, grifo nosso)*

Segundo Rosa Filho (2001, p. 69-70), no dia 04 de maio de 1925, o General Cândido Mariano da Silva Rondon comunicou o Presidente do Estado do Paraná *“ter voltado o regime de ordem na região do Alto Paraná, onde as tropas sob seu comando, levaram vencidas os revoltosos retirantes de São Paulo, após renhidos e sucessivos combates.”*

Ainda, continuando o historiador paranaense, no dia 05 do referido mês, o General Rondon expediu a seguinte Ordem-do-Dia:

*A vitória da Lei
Está terminada a luta com a completa derrota dos rebeldes.
Esses maus brasileiros, vergonhosamente aliados a mercenários estrangeiros, não conseguiram a derrocada da terra que os criou e hospedou com carinho.
Está de parabéns a Nação brasileira. E não podia ser de outro modo.
Uma rebelião que se caracteriza pela traição, pelo saque e pelo mercenarismo dos seus combatentes, não podia vingar nesta terra habitada por gente leal, tão honesta e tão brasileira. Ao iniciarem a luta em São Paulo, só conseguiram com traição, com embustes, com dinheiro e com saques os seus primeiros combatentes.
Não havia ideal nesse agrupamento mesclado. Engrossaram suas fileiras, aliciando nas baixas camadas dos aventureiros internacionais. Repelidos das fronteiras do Mato Grosso, após aniquilamento dos seus tão decantados batalhões de estrangeiros, vieram para os sertões do Paraná e aí, apoiados na ferocidade de novos mercenários semi-bárbaros, continuaram a fazer correr sangue brasileiro com a insensatez de desvairados.
Os fuzilamentos que fizeram dos seus próprios companheiros, atestam o desequilíbrio mental da horda mercenária.
Devemo-nos regozijar pela vitória porque sentimos que, durante longos meses de luta e de tentativas de novas rebeldias, a Nação inteira conservou-se firme ao lado da Constituição, prestigiando o Supremo Magistrado da Pátria na sua ação calma e valorosa de homem superior.
Agora resta castigar os tresloucados para que fique o exemplo para as gerações futuras.
É preciso que os crimes contra a Pátria não fiquem impunes.
Congratulo-me com as tropas legais! Abraços de imorredouro reconhecimento aos camaradas da 5ª Região Militar que souberam cumprir com nobreza e estoicismo o seu dever de patriota.
Uma eterna saudade no túmulo dos heróis que tomaram na defesa da Pátria querida.*

Segundo Rosa Filho (2001), para comemorar a vitória das forças legais, o General João Nepomuceno da Costa, Comandante da 5ª Região Militar, realizou no dia 24 de maio de 1925 uma grande parada militar, sendo que para maior brilhantismo do evento, compareceu um Batalhão da então força Militar do Paraná, que *“com muita bravura e dedicação constituiu um dos baluartes da vitória contra os perturbadores da ordem”*, segundo palavras do referido Oficial General.

2.3 Relação dos integrantes da Força Militar Paranaense mortos em combate

Segundo o contido na obra de Rosa Filho (2001), o 2º Sargento Otávio Bueno da Rocha, integrante do Esquadrão da Cavalaria, foi morto no dia 22 de outubro de 1924 na cidade

Guarapuava/PR. O Cabo Félix Alves da Conceição tombou em combate travado na Serra dos Medeiros (região Oeste paranaense), em 24 de novembro de 1924.

O 2º Sargento Pedro Higino dos Santos e o Cabo Vicente Américo de Moraes, ambos excluídos do estado efetivo da Corporação no dia 02 de janeiro de 1925, por terem falecido em combate o primeiro quando fazia um reconhecimento na Serra dos Medeiros e o segundo por ocasião da ocupação na cidade de Guaíra/PR.

O 2º Tenente Joaquim Taborda Ribas, morto em combate no dia 11 de janeiro de 1925 na região de Catanduvas/PR, o 2º Sargento Fernando Frederico Schutz, morto em combate no dia 12 de janeiro de 1925 na região de Catanduvas/PR. Ainda, no dia 19 de janeiro de 1925, o Presidente do Estado do Paraná sancionou o Decreto nº 46, promovendo *“Post-mortem”* o 2º Tenente Taborda Ribas e o 2º Sargento Fernando Schutz por ato de bravura, aos postos de 1º e 2º Tenente, respectivamente, determinando que os seus corpos fossem trasladados para Curitiba/PR.

O Cabo de esquadrão Alfredo Schimidt e o Soldado Olímpio Antônio do Nascimento mortos em combate no dia 11 de janeiro de 1925, nas proximidades de Catanduvas/PR, o 3º Sargento Francisco da Costa Souza, morto no dia 23 de janeiro de 1925 quando fazia um reconhecimento na região Oeste paranaense e o Cabo da esquadra Raimundo Cardoso dos Santos morto em combate no dia 26 de fevereiro de 1925 na região Oeste paranaense.

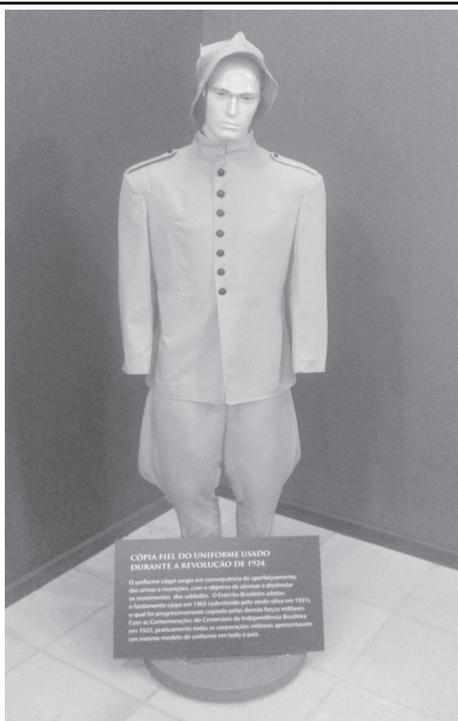
O Anspeçada Vicente Américo de Moraes e o Soldado do Esquadrão de Cavalaria José de Oliveira Dias, mortos em combate na região de Guaíra/PR.

O 3º Sargento Nicácio Gomes Ferreira morto em consequência dos ferimentos recebidos no combate travado nas proximidades de Catanduvas/PR. O Soldado Abílio Cândido de Azevedo morto no combate no dia 22 de maio de 1925, no lugar denominado Pensamento (região Oeste paranaense).

2.4 Levantamento fotográfico na região de Catanduvás

Figura 2 – Placa de inauguração do Memorial.

Figura 3 – Réplica fardamento forças legalistas.



Fonte: Memorial da Revolução 24, Catanduvás/PR.

Catanduvás vista do alto das trincheiras das forças revolucionárias, após a ocupação.



Fonte: Memorial da Revolução 24, Catanduvás/PR.

Figura 5 – Imagem da Estação Telegráfica de Catanduvás, com as tropas legalistas em destaque.



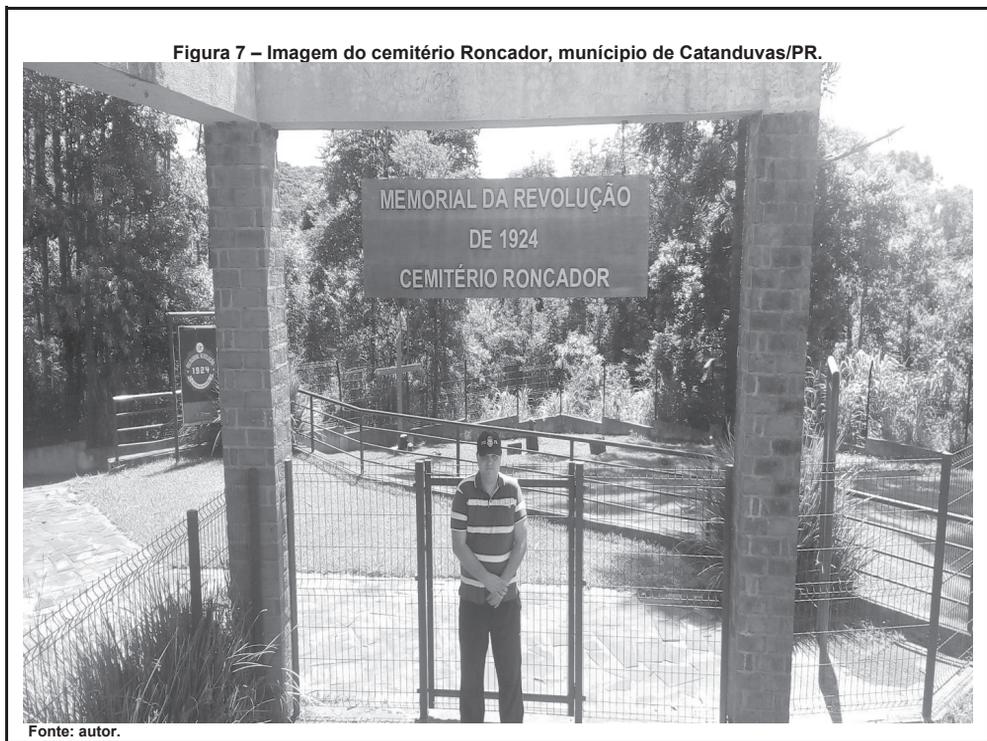
Fonte: Memorial da Revolução 24, Catanduvás/PR.

Figura 6 – Materiais encontrados nos locais dos combates na região de Catanduvás.



Fonte: Memorial da Revolução 24, Catanduvás/PR.

Figura 7 – Imagem do cemitério Roncador, município de Catanduvas/PR.



Fonte: autor.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação à participação na Revolução de 1924, a então Força Militar Paranaense após ser mobilizada pelo Governo Federal, deslocou para o interior do Estado de São Paulo, apoiando as forças legalistas nas ações repressivas que culminaram na saída das forças revolucionárias do Estado de São Paulo.

Em outra situação, o efetivo aplicado no Estado de São Paulo da Força Militar paranaense deslocou para os Campos Gerais chegando a Mallet (atual cidade de Laranjeiras do Sul/PR), sendo designada para exercer a segurança da retaguarda das tropas legalistas, tendo seu batismo de fogo em solo paranaense no dia 15 de novembro na Serra dos Medeiros.

Após, deslocou a região do atual município de Quedas do Iguaçu e, na sequência, deslocou a pé, procedendo com patrulhas de reconhecimento até próximo de Catanduvas, destacando as ações desenvolvidas pelos integrantes da tropa das araucárias que, mesmo desconhecendo a região onde aconteceram os conflitos bélicos, demonstraram atitude disciplinar no cumprimento das missões recebidas do escalão superior.

Continuando, no mês de janeiro de 1925, tiveram início os combates na região de Catanduvas/PR, sendo que vários militares paranaenses perderam suas vidas após serem alvejados pelo armamento das forças revolucionárias, como também ocorreram várias baixas dos policiais militares paranaense por ferimentos recebidos em combate.

Merece ser enaltecido que, a força militar paranaense estava entre as primeiras forças legalistas que combateram a “Coluna da Morte”, que havia tomado à localidade de Formigas importante ponto de apoio logístico e hospital de sangue das forças legalistas durante a campanha na região Oeste paranaense.

Ainda, após a retirada dos revoltosos de Formigas, a tropa comandada pelo então Capitão Sarmento permaneceu por mais de um mês na localidade de Sítio onde novamente travou combate com a Coluna da Morte e, devido às medidas adotadas pelo Comandante da tropa paranaense, novamente obrigou o adversário a realizar ações evasivas.

Assim, os militares das araucárias foram substituídos, em fevereiro de 1925 pelo 2º Batalhão de Infantaria da Força Pública Paranaense, destacando que no retorno a pé, próximo de Laranjeiras do Sul, foram ladeados por militares do Exército que cumprimentaram com abraços de reconhecimento e calorosas salvas de palmas.

Buscando uma melhor compreensão dos fatos ocorridos na região de Catanduvas (Oeste paranaense), este autor procedeu com uma visita ao Memorial da Revolução de 24, bem como deslocamento pela estrada antiga de Foz do Iguaçu à Guarapuava a fim de observar os locais onde estavam localizadas as trincheiras das forças legalistas e forças revolucionárias e, registrar a preservação do cemitério Roncador que até os dias atuais possui túmulos sem identificação de combatentes legalistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. 1ª edição. Editora Unesp, São Paulo, 2014.

HELLER, Milton Ivan. **De Catanduvas ao Oiapoque**. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 2007.

LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes**. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasilense Ltda, 1945.

MARCHETTI, Renato. **As ações do 1º Batalhão de Infantaria da Força Pública Paranaense na região de Catanduvas na Revolução de 1924**. Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, PMPR, Academia Policial Militar do Guatupê, 2013.

MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MIRANDA, Floriano Napoleão do Brasil. **Revolta! Relato das operações do 1º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar do Estado do Paraná na Campanha de 1924**. Curitiba: Tipografia Max Roesner, 1954.

Movimento subversivo de julho. Relatório Geral da Comissão do Inquérito composta por: Raphael Cantinho Filho, Virgílio do Nascimento, Octavio Ferreira Alves, Alfredo de Assis, Andrelino de Assis e Achilles Guimarães. São Paulo, 1925.

ROSA FILHO, João Alves da. **Revolução de 1924**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2001.

O Chamado do Tempo

Rodolfo KREDENS Silva¹⁷



O tempo nasce, quando então se começa a contar o tempo.

Demora o tempo a passar e ele passa.

Começamos a ter saudades do tempo, mesmo não tendo tempo e esperando o tempo de fazer.

Fazemos então nosso tempo, com aquilo que dele nos permite.

Manhã, tarde e noite como ciclo diário do tempo.

Inverno, outono, primavera e verão o tempo no ano passando.

Foi um tempo é um novo tempo, teremos então tempo de novo.

Segundos, minutos, horas e já se foi mais um tempo.

Sonhos, buscas, pesquisas e precisamos de mais tempo.

Conquistas e realizações e se foi o tempo.

Seria o tempo o caminho, ou seria ele o destino?

Se for caminho devemos escolher bem.

Caminhando já faz tempo, não temos volta só em frente.

Sendo em frente seguimos, será que temos tempo de continuar?

No destino já não temos mais tempo.

Foi-se o tempo de fazer e por menos tempo que tivemos, muito foi feito.

Faz-se o tempo e o tempo nos faz.

Nos faz aprender que não podemos perder o tempo.

O tempo de aproveitar o tempo.

Teremos saudades do tempo, mesmo não tendo mais tempo e sendo então todo o nosso tempo.

¹⁷ Militar Estadual da Ativa (Maj. QOPM). Condecorado com a Medalha de Mérito Escolar - Cel. PM João Gualberto de Bronze (3º lugar), Medalha do Mérito Intelectual de Bronze da PMMS, dentre outras condecorações. Graduado em Direito pela Faculdade Campo Real (2008). Pós-Graduado em Docência no Ensino Superior, em Gestão Pública, em Ciências Policiais e Gestão de Segurança Pública e em Direito Administrativo. É especialista em: Procedimentos de Inteligência – Operações e Organização e Técnica de Patrulhamento. Mestre em Direito pela UNICURITIBA. Membro Fundador/Efetivo da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná (Titular da Cadeira – 13).

SEGURANÇA PÚBLICA: DOS DIREITOS DO HOMEM AOS DIREITOS HUMANOS

Marcelo Trevisan KARPINSKI¹⁸



INTRODUÇÃO

O tema que nos propomos a debater tem relação direta com os valores de uma sociedade humanizada, livre de preconceitos e discriminações, que deve se renovar e adaptar às novas tendências, que surgem a cada dia, principalmente ao passo que os cidadãos se tornam conscientes de seus direitos e deveres.

Para atingir nosso intento, tomamos o rumo da Segurança Pública, assunto com o qual estamos familiarizados, mas, acreditamos que podemos fazer ainda melhor, e para isso é necessário o trabalho conjunto, em sintonia e parceria com toda a sociedade organizada.

Ao longo do texto, conceitos e autores vão conversando conosco e ao final pretendemos que o leitor tenha recebido uma notícia esclarecedora de há uma ligação direta entre Segurança Pública e Direitos Humanos, e que ambos os assuntos são interdependentes e referem-se exclusivamente a pessoas, em que pese toda a complexidade que envolve a discussão.

SEGURANÇA VALOR SUPREMO

Em nossos textos, falas e bate-papos temos destacado que Segurança é um valor supremo, no melhor entendimento da palavra, sem necessitarmos recorrer a dicionários, esclarecemos que é algo que está em um patamar elevado de significância.

Para avaliação assertiva de que nosso discurso está correto, verificamos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com destaque para Preâmbulo, onde consta a Segurança ao lado de outros valores:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte, para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a

¹⁸ Militar Estadual da Ativa (Cap. QOPM). Atualmente lotado na 1ª Seção do Estado-Maior da PMPR. Doutorando em Educação pela UFPR. Mestre em Educação pela UFPR. Graduado em Direito. Pós-graduado em Administração Pública e Políticas Públicas. Membro Efetivo/Fundador e Tesoureiro da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná (Titular da Cadeira – 14). Autor dos livros “Arquitetura contra o crime: prevenção, segurança e sustentabilidade” (2017); “Introdução à Segurança Pública” (2019); e “Controle Social e Segurança” (2019).

segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil. (grifo nosso). (BRASIL, 1988).

Extraíndo o cerne do que nos interessa, constatamos “os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, no supracitado Preâmbulo Constitucional.

QUADRO 1- Valores Supremos segundo o Preâmbulo da CF/88

Valores Supremos Preâmbulo da CF/88	Quantas vezes é citado na CF/88	Ranking na CF/88 entre os valores preambulares
Direitos sociais	3	7º
Direitos individuais	3	7º
Liberdade	77	3º
Segurança	71	4º
Bem-estar	16	6º
Desenvolvimento	149	2º
Igualdade	70	5º
Justiça	317	1º

Fonte: Autor (2022).

Quantificando com a simples contagem de palavras e ou expressões, encontradas no texto da CF/88, podemos não dar o real sentido aos conceitos que estão acima representados. Observamos que a segurança, entre os valores citados como supremos, ocupa a quarta posição no *Ranking*, que nós estabelecemos, cuja finalidade é de mero destaque, tendo em vista que todos são complementares e interdependentes.

Obviamente, que não podemos nos furtar de comentar, é que a Segurança em sentido *lato*, como é apresentada na Carta Magna Brasileira, em nosso texto vai tomar o sentido de Segurança Pública, cujo conceito, abarca as demais manifestações de segurança, seja ela individual ou a qualquer outro segmento, exemplo patrimonial, sanitária etc., pois falar em segurança, Segurança Pública, é falar sobre pessoas e isto que desejamos destacar e esclarecer.

Em neste início lançamos a questão que norteia nossas preocupações, debates e a busca por melhorias no atendimento da Polícia Militar, ou seja: a violência e discriminação praticadas

por policiais que, na maioria das vezes, acaba por afetar diretamente as minorias - crianças, jovens, idosos, mulheres e homens, com destaque para os negros e aqueles considerados *queer*¹⁹ -, resultam da falta de políticas públicas que assegurem a cidadania por meio da difusão dos Direitos Humanos.

Devemos compreender a cidadania, conceito já muito debatido, de senso comum, como sendo o fato de uma pessoa pertencer a um meio social, a uma comunidade e ter seus direitos, deveres e valores assegurados, como está garantido na Constituição Federal de 1988. Fizemos acima uma tabela elencando-os: direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça.

Temos que lembrar e bateremos nessa tecla incansavelmente, falar de Segurança Pública é falar de gente, de pessoas, de seres humanos e nesta categoria maior estão incluídos: crianças, jovens, idosos, mulheres e homens, negros, pessoas *queer* e os policiais, enfim gente sem distinção ou discriminação.

SEGURANÇA PÚBLICA, COISA DE GENTE

Ao longo da nossa carreira policial militar, estudamos sobre muitos assuntos, e não poderia ser diferente pois, outra “pregação” que fazemos é a de que Segurança Pública é tema multidisciplinar. Aprendemos isto na Matriz Curricular para Ações Formativas dos Profissionais de Segurança Pública²⁰ (MACUNA, 2014), e conosco corrobora Souza (2013, p. 29) dizendo que:

A Segurança Pública é um tema multidisciplinar, que não se esgota em si mesmo, mas flui mediante o estudo de outros temas, categorias, como controle social, ordem pública, participação, descentralização, cidadania, direitos humanos, dignidade da pessoa humana, violência, criminalidade, dentre outros.

O emaranhado de conhecimento que se faz presente para formação do Policial Militar é algo denso e abarca várias áreas do saber, destacando Souza (2013) esta multidisciplinidade que podemos chamar complexa.

Trabalhar com pessoas e para pessoas é difícil, e o treinamento que recebe o Policial Militar é voltado para essa realidade, mas nem sempre é destacado o quão denso é o potencial impacto na vida das pessoas do trabalho por ele prestado.

E ao falar em policial, aqui o militar:

19 Um adjetivo utilizado por algumas pessoas, em especial pessoas mais jovens, cuja orientação sexual não é exclusivamente heterossexual. De modo geral, para as pessoas que se identificam como *queer*, os termos lésbica, gay, e bissexual são percebidos como rótulos que restringem a amplitude e a vivência da sexualidade. O termo *queer* também é utilizado por alguns para descrever sua identidade e/ ou expressão de gênero. Quando a letra Q aparece ao final da sigla LGBTI+, geralmente significa *queer* e, às vezes, *questioning* (questionamento de gêneros) (GLAAD, 2016 *apud* REIS, 2018, p. 31).

20 Art. 39. A matriz curricular nacional constitui-se em referencial teórico, metodológico e avaliativo para as ações de educação aos profissionais de segurança pública e defesa social e deverá ser observada nas atividades formativas de ingresso, aperfeiçoamento, atualização, capacitação e especialização na área de segurança pública e defesa social, nas modalidades presencial e a distância, respeitados o regime jurídico e as peculiaridades de cada instituição. (BRASIL, 2018).

Estamos falando de um sujeito. De um indivíduo. Um indivíduo humanizado que se compreenda individual, singular e planetário. Morin explica que “A ideia de sujeito origina-se no ser vivo mais arcaico, mas não se reduz a ele. Desenvolve-se com a animalidade, com a afetividade e, no homem, aparece essa novidade extraordinária: o sujeito consciente. (MORIN, 1996, apud GUÉRIOS, 2021, p. 104).

E esta consciência que leva à plenitude, à Cultura da Paz e aos Direitos Humanos, deve permear a mente do sujeito que atua na formação do profissional e como profissional da Segurança Pública em sua complexidade.

FORMANDO HOMENS E MULHERES DA LEI, NÃO DAS ARMAS

Eis um equívoco que muitas vezes é cometido durante a formação de policiais militares e demais profissionais de Segurança Pública, prejudicando a formação, ou seja, conduzindo-os, erroneamente, a acreditar que são profissionais das armas.

O raciocínio correto é o de que o policial militar e os demais são profissionais das leis que regem o Estado e que devem proteger o cidadão e, o próprio profissional de segurança pública.

Quando as leis são violadas, quando o cidadão, a cidadania e qualquer um dos valores supremos da Democracia, é colocado em xeque, deve o homem ou a mulher das leis, profissional de Segurança Pública, por delegação do próprio Estado, utilizar o que Weber (2011) chamou de “Violência física legitimada”, tomando agora de armas, se necessário for, para garantir o restabelecimento da Ordem Pública²¹.

A noção de homem e mulher das leis, que atribuímos ao policial, neste caso em ao militar, está contida nos conceitos do “Uso Seletivo ou Diferenciado da Força”, onde a presença policial é a primeira demonstração de força e deve causar nas pessoas de forma geral a Sensação de Segurança²² e tranquilidade, e aos possíveis violadores da ordem a sensação de insegurança ao pretenderem delinquir.

Caso ocorra a ruptura da Ordem Pública, mesmo com a presença policial já manifestada, verbalizada e perdurando os riscos à comunidade, os desdobramentos podem ser, em último caso, o uso da força letal.

Mas, frisando, há uma crescente necessária na utilização da força que deve ser mensurada a cada passo dado pelo profissional de segurança pública, e esta lógica o faz profissional, por não utilizar força desnecessária em momento inoportuno em que pode fazer uso de meios menos agressivos.

21 Ordem Pública - Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum. (BRASIL, 1983).

22 Sensação de Segurança, refere-se ao principal “produto” oferecido pelos profissionais de Segurança Pública. Assim como profissional de saúde não pode garantir a saúde, mas os meios para se atingir a melhor saúde, assim como o jurista não pode garantir a justiça, mas o melhor caminho para se atingir o melhor resultado, também o profissional de segurança pública não individualmente sinte-se mais protegido.

GERALMENTE ÀS 20 HORAS...

...este é o horário, ao menos no Paraná em que costumam ocorrer às trocas de serviço noturno para os policiais militares que trabalham na atividade-fim, pode variar este intervalo devido à necessidade de não deixar a cidade desguarnecida, então há trocas de serviço começando por volta das 19 horas e se estendendo até às 20 horas.

Temos destacado isso em nossas falas, principalmente quando o horário noturno das aulas, palestras etc., coincide com o horário das trocas de serviço dos batalhões operacionais. Sempre lembrando que naquele momento policiais militares estão dando início ao patrulhamento nas mais diversas cidades do Brasil e assim é incessantemente, durante todos os dias e noites.

Cada profissional que conduz uma viatura policial, ou que está embarcado junto com o motorista e demais integrantes da equipe, leva consigo não apenas equipamentos de proteção individual, armas e munição, mas também uma gama de conhecimentos e responsabilidades, pela segurança dos demais membros da equipe, além da população local a qual vai atender.

As responsabilidades multidisciplinares e complexas estão personificadas no policial, que conforme afirmamos não é o único responsável²³ pela Segurança Pública e nem poderia ser diante da teia de assuntos que formam o tema.

O patrulhamento, policiamento, ato de policiar é um inibidor ao crime, um dos momentos em que o Estado manifesta-se estendendo os cuidados ao cidadão por meio do trabalho policial, e é neste momento em atuação voltada à atividade-fim, principalmente, que o policial exerce o seu *mister*.

E qual seria este ofício, ocupação, ou como chamamos, *mister*? A resposta: a Preservação²⁴ da Ordem Pública, executada pelo policial militar, conforme previsto constitucionalmente, ao fazer o policiamento ostensivo, visando dar segurança para o cidadão.

E quem é o cidadão? A quem o policial militar está defendendo, buscando dar a melhor garantia de segurança? A resposta: a todos os seres humanos, sem exceção - esta é a resposta adequada.

DOS DIREITOS DO HOMEM AOS DIREITOS HUMANOS

Ao nomear nosso texto com o título “SEGURANÇA PÚBLICA: DOS DIREITOS DO HOMEM AOS DIREITOS HUMANOS”, nossa intenção não foi outra a não ser provocar, no

23 Art. 144. A **segurança pública**, dever do Estado, direito e **responsabilidade de todos**(...). (grifo nosso). (Brasil, 1988).

24 Art. 144.(...) § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;(...). (Brasil, 1988).

sentido positivo, e trazer a reflexão de que há muito o que ser feito em relação às garantias dos direitos de maneira geral, mas como nós somos otimistas e, assim, não podemos deixar de constar que em nossa opinião, muito de melhor foi construído e deixado para as gerações que estão se sucedendo todos os anos.

Ao nos referirmos aos Direitos dos Homens, sabemos que sim, ainda há muito que se conquistar para igualar a patamares aceitáveis o tratamento para os gêneros, e nos primórdios o Direito, todos sabemos era apenas para o homem em sentido estrito.

Doutrinariamente Gonçalves (2019) nos esclarece que “Direitos dos Homens”, são direitos que se aplicam para os povos, de todas as épocas, de uma forma geral. Estão ligados à noção de direitos naturais, inerentes a cada indivíduo. Ao que nos parece não houve a intenção de limitar ao indivíduo masculino, e sim utilizar a palavra Homem no sentido de Humanidade de espécie humana, contudo o emprego de expressões e contextos podem divergir em relação à amplitude do que pode representar a expressão “Direitos Humanos”, que Gonçalves (2019), dá o sentido de que foram consignados, positivados em documentos que dão legitimidade internacional pública aos direitos, por exemplo, a Convenção Americana de Direitos Humanos.

Há ainda os chamados “Direitos Fundamentais”, Gonçalves (2019) explica que são os que foram recepcionados pelas cartas constitucionais ou ordenamento jurídico de cada país ou Estado, estando positivados e protegidos inclusive das próprias ações do Estado.

E nesta seara que ao confrontarmos a Segurança Pública, com os Direitos Fundamentais, verificamos no ponto “protegidos, inclusive, do próprio Estado”, e sendo o profissional, em nosso caso especialmente policial militar, homem ou mulher das leis, ele deve proteger o cidadão do próprio Estado.

POR FIM, QUEM SÃO OS HUMANOS?

Quem é gente, quem é homem ou mulher, quem está inserido no conceito de humanidade, quem é cidadão? Começando pelo fim a responder, são aqueles que os órgãos de Segurança Pública, em especial a Polícia Militar, por ser esta a Instituição que estudamos, e não por ter mais ou menos obrigações do que as demais, devem proteger, cuidar, recepcionar todos.

Contudo, lembramos que é a Polícia Militar a responsável constitucionalmente, conforme verificamos, pelo policiamento ostensivo, por estar diuturnamente nas ruas das cidades, áreas rurais e em contato direto com os seres humanos vitimizados.

Neste contexto, as vítimas são representadas pelos negros, mulheres, crianças, idosos, a crescente comunidade LGBTIQ+ e ainda os pobres de maneira geral. Não deveria ser necessário, mas é, afirmar que estas pessoas estão inseridas no conceito de humanidade e são cidadãos.

Assim, entre tudo o que *en passant* tentamos argumentar neste curto ensaio sobre Segurança Pública, dando a ela o *status* de Valor Supremo, Tema Multidisciplinar e Complexo, aliada dos Direitos Humanos, afirmamos que se os responsáveis pela Segurança Pública, que frisamos não são apenas os policiais, mas também estes enquanto profissionais, unidos com a comunidade de maneira geral, não passarem a proteger aqueles que deles necessitam, ou seja, os próprios necessitados, não haverá mais sensação de segurança, pois chegará o dia em que todos terão alguma característica correspondente de “excluído social”, inclusive policiais, médicos, arquitetos, jornalistas, intelectuais e todos os demais membros da sociedade.

REFERÊNCIAS

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos: coisa de polícia**. 3. ed. rev. e amp. Passo Fundo: CAPEC, 2003.

BORSATTO, R.S; OTTMANN, M.M.A; FONTE, N.N da; FERREIRA, C. de M. L. **Teoria do Pensamento Complexo: uma nova abordagem do mundo**. São Paulo (2017). Disponível em: <<http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170411131304.pdf> > acesso em: 30 de maio de 2022.

BRASIL. **Decreto n. 88.777, de 30 de setembro de 1983**. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 1983. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D88777.htm. Acesso em: 30 ago. 2019

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Justiça. **Matriz Curricular Nacional: Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública**. Disponível em < <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/2320> >. Acesso em: 30/5/2022.

_____. **Lei n. 13.675, de 11 de junho de 2018**. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 04 set. 2019.

GONÇALVES, F. Diferenças entre Direito dos Homens, Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. 2019. Disponível em: <https://linkconcursos.com.br/diferencas-entre-direito-dos-homens-humanos-efundamentais/>. Acesso em 13 de jun. de 2019

GUÉRIOS, E. **Prática pedagógica na perspectiva da complexidade: articulação entre educação matemática e educação para a vida**. Revista Polyphonia, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 100–117, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/67393>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

KARPINSKI, M. T. **Formação do oficial da polícia militar do Paraná**. 127 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/33832>. Acesso em 30 maio 2022.

REIS, T., org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. ISBN: 978-85-66278-11-8. Disponível em:<
<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>. Acesso em: 14 de Ago. de 2021.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. Tradução de Lonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18 ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

UTILIZAÇÃO DE GRAVAÇÕES AUDIOVISUAIS DE AÇÕES POLICIAIS PARA EFEITO DE CONSTITUIÇÃO DE PROVA

Adirley WITTKOWSKI²⁵



Não é rara, nos dias atuais, a utilização, sem muita regulamentação específica quanto ao seu emprego, de aparatos tecnológicos pelos policiais militares em ações ou operações diversas, com o fim de registrar os fatos a que se deparam e constituir prova para o processo através de filmagens ou outras gravações, por intermédio de câmeras acopladas na indumentária do agente policial, ou mesmo mediante a gravação *in loco* por equipamentos particulares que eles detêm.

A questão, de toda maneira, redundará na prática corriqueira de buscar conferir maior segurança jurídica e elevar ainda mais a presunção de legitimidade dos atos públicos que são afetados aos operadores da área. Nesse cenário, a consequência da lícita utilização dos registros captados, na ocasião oportuna, tende a acarretar frutíferas provas e validar outras evidências que de antemão já se apresentam de modo invariável no campo pré-processual. No entanto, a má gestão no curso do trato de tais registros, sem a devida observância a diversas normas legais, pode conduzir a responsabilidades em face daqueles desacompanhados.

De início, pensemos na hipótese de pessoa capturada em flagrante delito, por cometimento de suposto furto e porte de drogas, associado à emissão válida de decreto judicial de prisão preventiva expedido por juiz competente, pessoa aquela que alegue, durante audiência de custódia, ter sido agredida e lesionada pelos policiais militares que a abordaram. Associemos, ainda, que, do relato do custodiado, na mesma audiência, cite-se que a arguida agressão em face da pessoa tenha ocorrido com a utilização de meio cruel. Diante de mencionadas exposições em concreto, sem outras associações probatórias ao contexto, não se terá a certeza se o fato mencionado pelo sujeito custodiado ocorreu, indubitavelmente, ou não.

²⁵ Capitão da Polícia Militar do Paraná. Graduado pela Academia Policial Militar do Guatupê no Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (2007). Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2014). Especializado em Direito Processual e Penal pela Faculdade Educamais em parceria com o Instituto Superior Novo Ateneu de São Paulo (2019). Membro Efetivo/Fundador da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná (Titular da Cadeira - 15). Autor do livro "Anotações de direito civil aplicadas à atividade policial" (São Paulo: All Print, 2017, 180 p.). Atualmente está lotado em função de assistente técnico-jurídico da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná.

Tender-se-ia a expor, com margem considerável de probabilidade, que o membro do Poder Judiciário, ouvido o representante do Ministério Público, avaliando as alegações do ouvido, não convalidaria a prisão em flagrante e, por força da norma processual em vigor, seria concedida, com a mesma margem considerável de probabilidade, a soltura do inicial enclausurado, com sua conseqüente liberdade, inobstante a concorrência de mandado de prisão preventiva. É que, como se sabe, ante a dúvida e a certeza da conduta do detido ao que se lhe impôs como prática delituosa, *“não é possível, em um sistema de liberdades democráticas, onde o ônus de provar é exclusivamente da acusação, que se inverta em desfavor do detido a imposição de prova negativa ou cabal de sua inocência”*, como já sinalizou a justiça brasileira em caso concreto no passado, com a consideração de que a falta dos recursos de informação para verificar os fatos relatados em audiências prévias ao processo criminal, como os do exemplo acima referido, *“tenciona o conflito entre palavras e versões, o que é sempre insuficiente para trazer um grau de segurança e plausibilidade que permitam um trabalho de repressão mais eficaz”* (autos do processo nº 0000976-45.2017.8.16.0113, da Vara Criminal de Marialva, Paraná).

Contudo, o caminho pode ser diverso, se, no corpo do invariável inquérito (civil ou militar, a depender do agente público noticiado) ou procedimento preliminar de investigação que o substitua, as alegações derivadas de tais relatos preliminares em concreto, como os exemplificativos acima, de quaisquer pessoas sejam, venham acompanhadas dos registros que no direito se admitem, especialmente produzidas pelos prepostos do Estado – paradoxalmente, possíveis figurantes no polo de averiguação de suas ações. A eternização da realidade, captada pelos instrumentos oportunos, tende a sustar qualquer dúvida e mesmo mácula da atuação consecutiva dos profissionais da segurança pública.

Não se exclui, por decorrência, que a via de captação do ocorrido, ainda que não sujeita a qualquer necessidade de utilização de plano no momento em que é efetivada, traça circunstância limítrofe de aparente quebra da intimidade, da vida privada e da imagem do sujeito captado, acaso submetida a tratamento tal que dilate para terceiros seu acesso não devido. E a legislação trata dessas questões em realces esparsos que nem sempre estão clarividentes, especialmente aos operadores policiais.

O tema, logo, demonstra notória importância.

Inicialmente, no arcabouço normativo brasileiro, são vedadas para o processo, unicamente, as provas obtidas por meios ilícitos. Nesse sentido, expõe a Constituição Federal:

Art. 5º. [...] LVI – são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos [...].

E o Código de Processo Penal, definindo, ao seu turno, em que consistem as provas ilícitas:

*Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, **assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais [grifei].***

Como se percebe, as provas obtidas mediante a inobservância das normas constitucionais ou legais, aí incluídos os princípios decorrentes, são, para os efeitos processuais, tidas como ilícitas.

Normatizando, ainda, o princípio constitucional quanto à inadmissibilidade da prova ilícita de *per si*, bem como a obtida por meios ilícitos, o Código de Processo Penal acrescenta, no § 1º do art. 157:

*São também **inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras [grifos meus].***

Nesse assunto, adotou-se à norma brasileira, como regra à obtenção da prova ao processo, a teoria dos frutos da árvore envenenada (*fruit of the poisonous tree*), e, como exceção, a teoria da independência das fontes. Naquela, qualquer prova angariada através de meios lesivos à Constituição Federal ou à legislação ordinária é ilícita; nesta, ilícita continua sendo a prova originária se obtida através da lesão às normas constitucionais ou legais, porém, consoante o estabelecimento de vínculo absolutamente independente de prova eventualmente derivada da primeira ilegal, admite-se a sua utilização.

Entre inúmeras outras jurisprudências, cito algumas oriundas do Supremo Tribunal Federal:

*Recurso ordinário em habeas corpus. Constitucional. Processual Penal. Crimes de corrupção passiva e advocacia administrativa. Interceptações telefônicas realizadas em primeiro grau de jurisdição. Operação Vegas. Surgimento de indícios do envolvimento de Senador da República, detentor de prerrogativa de foro, em fatos criminosos em apuração. Competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar originariamente a causa (CF, art. 102, I, b e c). Necessidade de imediata remessa dos autos à Corte. Não ocorrência. Usurpação de sua competência constitucional configurada. Prosseguimento das investigações em primeiro grau. Tentativa de arrecadar maiores elementos de informação por via oblíqua sem a autorização do Supremo Tribunal Federal. Violação do princípio do juiz natural (CF, art. 5º, LIII). Operação Monte Carlo. Surgimento de indícios do envolvimento de detentor de prerrogativa de foro nos fatos em apuração. Sobrestamento em autos apartados dos elementos arrecadados em relação ao referido titular de prerrogativa. Prosseguimento das diligências em relação aos demais investigados. Desmembramento caracterizado. Violação de competência exclusiva da Corte, juiz natural da causa. **Invalidez das interceptações telefônicas relacionadas ao recorrente nas operações Vegas e Monte Carlo e das provas diretamente delas derivadas. Teoria dos frutos da árvore envenenada (fruit of the***

poisonous tree) [grifos meus]. Precedentes. Recurso parcialmente provido. (STF. RHC 135683/GO. Rel. Min. Dias Toffoli. Julgamento: 25/10/2016. Segunda Turma. Publicação: DJe-066 03/04/2017).

AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA – BANDO OU QUADRILHA – PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL – CONSUMAÇÃO. O prazo prescricional do delito, à luz da pena máxima cominada em abstrato, é de oito anos. Recebida a denúncia há mais de treze, à míngua de qualquer causa ulterior interruptiva ou suspensiva, opera-se a prescrição da pretensão punitiva estatal. **AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA – ARTIGO 1º, INCISO I, DO DECRETO-LEI Nº 201/1967 – TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA – ADEQUAÇÃO.** **Mostrando-se ilícita a prova originária, porque obtida por Comissão Parlamentar de Inquérito, anulada por pronunciamento jurisdicional transitado em julgado, absolve-se o réu em razão de o acervo probatório restante ser dela derivado** [grifei]. Precedente: Habeas Corpus nº 69.912, Pleno, relator ministro Sepúlveda Pertence, julgado em 16 de dezembro de 1993, Diário de Justiça de 25 de março de 1994. (STF. AP 341/MG. Rel. Min. Marco Aurélio. Julgamento: 25/08/2015. Primeira Turma. Publicação: DJe-198 02/10/2015).

HABEAS CORPUS. NULIDADES: (1) INÉPCIA DA DENÚNCIA; (2) ILICITUDE DA PROVA PRODUZIDA DURANTE O INQUÉRITO POLICIAL; VIOLAÇÃO DE REGISTROS TELEFÔNICOS DO CORRÉU, EXECUTOR DO CRIME, SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL; (3) ILICITUDE DA PROVA DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS DE CONVERSAS DOS ACUSADOS COM ADVOGADOS, PORQUANTO ESSAS GRAVAÇÕES OFENDERIAM O DISPOSTO NO ART. 7º, II, DA LEI 8.906/96, QUE GARANTE O SIGILO DESSAS CONVERSAS. VÍCIOS NÃO CARACTERIZADOS. ORDEM DENEGADA. [...] À guisa de mera argumentação, mesmo que se pudesse reputar a prova produzida como ilícita e as demais, ilícitas por derivação, nos termos da teoria dos frutos da árvore venenosa (*fruit of the poisonous tree*), é certo que, ainda assim, melhor sorte não assistiria à defesa. É que, na hipótese, **não há que se falar em prova ilícita por derivação. Nos termos da teoria da descoberta inevitável, construída pela Suprema Corte norte-americana no caso *Nix x Williams* (1984), o curso normal das investigações conduziria a elementos informativos que vinculariam os pacientes ao fato investigado** [grifos meus]. **Bases desse entendimento que parecem ter encontrado guarida no ordenamento jurídico pátrio com o advento da Lei 11.690/2008, que deu nova redação ao art. 157 do CPP, em especial o seu § 2º** [grifei]. (STF. HC 91867/PA. Rel. Min. Gilmar Mendes. Julgamento: 24/04/2012. Publicação: DJe-185 20/09/2012).

É nessa esteira de raciocínio que se deve visualizar a análise sobre a admissão de registros capturados unilateralmente, ainda que sem conhecimento da outra parte, pelo agente policial, para futura e até hipotética disponibilidade de aferição de correição dos atos realizados, se questionados oficialmente. A tal desiderato, tem-se que, irremediavelmente, a gravação de ações em serviço do policial militar, seja através da obtenção de imagens ou da coleta de áudio, deve seguir o rigor a respeito da mensuração quanto à licitude dessa medida.

A par dos princípios estampados sobre a prova para o processo, necessário arrazoar que

o ato em concreto proposto revela a ponderação que se deve ter em relação àqueles princípios processuais e os princípios vinculados aos de direito à imagem do personagem alvo da diligência.

Pela oportunidade, antes de ponderá-los, discrimina a Constituição Federal quanto à imagem das pessoas:

Art. 5º. [...]

V- é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação [...] [grifos meus].

Ora, percebendo as exposições constitucionais do ordenamento pátrio, especialmente os já citados (art. 5º, V, X e LVI), o cerne da ponderação se traduz no limite em que se autoriza, sem constituir ilicitude, o uso de imagem ou direito de personalidade correlato de alguém como prova para a persecução processual.

Sintonizando o assunto e, dessa maneira, delineando a plausibilidade da utilização de uma peça instrumental do gênero, o legislador ordinário, no Código Civil brasileiro atualmente em vigor, assim estabeleceu normatização específica e esclarecedora acerca do uso de imagem e seus aspectos conexos:

Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária [grifos meus].

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais [grifos meus].

Mais recentemente, também previu a conhecida “Lei Geral de Proteção de Dados” (LGPD – Lei Federal nº 13.709/2018), no seu sancionado texto, que “o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado”, tem “o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural” (artigo 1º), cuja íntegra proteção absoluta, no entanto, não se opõe, entre outros cenários, para fins da segurança pública ou de investigação e repressão criminais.

É a autêntica previsão da Lei, para o que se destinaram previsões complementares e excepcionais. Relevante transcrevê-las – já incluídas as redações derivadas de leis posteriores:

Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;

II - realizado para fins exclusivamente:

a) jornalístico e artísticos; ou

b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;

*III - **realizado para fins exclusivos de:***

*a) **segurança pública;***

b) defesa nacional;

c) segurança do Estado; ou

*d) **atividades de investigação e repressão de infrações penais;** ou*

IV - provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei.

§ 1º O tratamento de dados pessoais previsto no inciso III será regido por legislação específica, que deverá prever medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, observados o devido processo legal, os princípios gerais de proteção e os direitos do titular previstos nesta Lei.

§ 2º É vedado o tratamento dos dados a que se refere o inciso III do caput deste artigo por pessoa de direito privado, exceto em procedimentos sob tutela de pessoa jurídica de direito público, que serão objeto de informe específico à autoridade nacional e que deverão observar a limitação imposta no § 4º deste artigo.

§ 3º A autoridade nacional emitirá opiniões técnicas ou recomendações referentes às exceções previstas no inciso III do caput deste artigo e deverá solicitar aos responsáveis relatórios de impacto à proteção de dados pessoais.

§ 4º Em nenhum caso a totalidade dos dados pessoais de banco de dados de que trata o inciso III do caput deste artigo poderá ser tratada por pessoa de direito privado, salvo por aquela que possua capital integralmente constituído pelo poder público [grifos meus].

Das transcrições expostas, fica evidente que somente a lei pode restringir, ou mesmo estabelecer critérios adequados, para atribuir o uso não propriamente autorizado de imagem de seu correspondente titular. E como também colacionado do texto do Código Civil, os direitos inerentes à liberdade de expressão, que eventualmente podem também se comunicar aos de imagem, só se restringem quando não autorizados pelo sujeito detentor dessas liberdades ou – e este é o específico argumento que motiva o presente debate – na ocasião de interesse à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública. Quando tratados esses dados particulares, especificamente, ainda, para o interesse da segurança pública, da investigação criminal ou da repressão a infrações penais, a LGPD não se aplica integralmente, com a cautela de que não sejam violados os princípios fundantes da proteção à personalidade humana e o acesso específico restrito ao manto do interesse público, segundo o processo legal cabível.

Corroborando, pois, à interpretação em pauta, é inegável que a atividade policial militar,

dada a fonte constitucional do art. 144, § 5º, que dispõe ser de sua natureza a preservação da ordem pública, insere-se no contexto autorizatório, independentemente de concessão, para registros de suas ações colhendo imagens ou gravações, ainda que isso venha a expor individualidade pessoal, desde que para o mesmo interesse de ordem pública.

Ademais, na institucionalização das atividades vinculadas à Polícia Militar por regência do art. 42, § 1º, da Constituição Federal, e a rigor do texto do art. 3º, “a”, do Decreto-Lei nº 667/1969, estampa-se a competência da Corporação para assegurar o exercício dos poderes constituídos. Analisada, ainda, sob a legislação ordinária estadual, nos termos do art. 1º, da Lei Estadual nº 1.943/1954, combinada essa norma com a do art. 2º, I, VI e VII, da Lei Estadual nº 16.575/2010, a competência atribuída à Polícia Militar do Paraná também revela o auxílio ao Ministério Público e ao Poder Judiciário em atividades de polícia judiciária militar, bem como, genericamente, ao exercício de ações para a garantia do cumprimento da lei.

Não é demais ressaltar, ainda, que, dado o regular andamento das atividades de polícia e havendo a constatação de alguém em flagrante delito, não existe margem para que os agentes policiais se furtem a prender aquele encontrado, visto ou perseguido na prática delituosa. E nesse ponto, o cumprimento das imediatas medidas processuais penais é ação que se impõe, entre as quais a apreensão de instrumentos, a coleta de todas as provas relacionadas ao evento e a custódia do preso até a autoridade delegada para a atividade de polícia judiciária comum, a rigor dos arts. 6º, 301, 302 e 304 do Código de Processo Penal.

Tudo isso, pois, resulta na inegável conclusão de que a atividade policial militar também presta aos magistrados auxílio efetivo à administração da justiça, fato que, inexoravelmente, realça possibilidade plena para a captação de imagem e aspectos a ela ligados sem autorização do sujeito capturado, diligenciado, custodiado, abordado, enfim, relacionado à fiscalização da polícia. Na senda ora ilustrada, a jurisprudência também é firme. Abaixo, colacionam-se dois julgados para ilustrar, um dos quais dados em repercussão geral no âmbito da Corte Suprema:

ACÇÃO PENAL. Prova. Gravação ambiental. Realização por um dos interlocutores sem conhecimento do outro. Validade. Jurisprudência reafirmada. Repercussão geral reconhecida. Recurso extraordinário provido. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC. É lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem conhecimento do outro [destaques meus]. (STF. RE 583937 QO-RG/RJ. Rel. Min. Cezar Peluso. Julgamento: 19/11/2009. Tribunal Pleno. Publicação: DJe-237 18/12/2009).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO PENAL. LICITUDE DA GRAVAÇÃO AMBIENTAL FEITA POR UM DOS INTERLOCUTORES. JURISPRUDÊNCIA REAFIRMADA EM REPERCUSSÃO GERAL. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO ART. 5º, INCS. LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO DA

REPÚBLICA: AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO [grifos meus]. (ARE 933530. Min. Cármen Lúcia. Julgamento: 01/03/2016. Publicação: 15/03/2016).

Resta claro, pois, que, em relação a potenciais provas a serem obtidas mediante a repetição delas em mídias obtidas por agentes de polícia, não se desautoriza sua juntada aos processos judiciais, administrativos ou até mesmo cíveis, eis que, em absoluto, não lesam os princípios de inviolabilidade do direito à imagem e seus direitos vinculados, bem como não se constituem em provas ilícitas. Isso significa dizer que é legal o uso de câmeras, gravadores, microfones ou outros meios tecnológicos ligados aos policiais que captem áudio ou vídeo em ações ou operações da prática profissional.

Adverta-se, porém, como referido nos excertos jurisprudenciais, que deve ao menos um dos interlocutores saber da medida, especialmente o agente que detém o meio de prova, sob o temerário risco de ser conduzido à nulidade o procedimento.

Também, da interpretação que se vislumbra do art. 20 do Código Civil, a imagem, a transmissão da palavra, a publicação ou a exposição desses direitos de uma pessoa não pode violar a sua honra, sob pena de responsabilidade. E não é por menos, já que a autorização legal que se tem ao uso dos recursos que captem esses direitos de personalidade do indivíduo só se revelam hábeis para o interesse da justiça e para a ordem pública. Na prática, impossibilita que um recurso midiático obtido por policial em ação ou operação seja usado para fins diversos ao do destino da prova, como divulgação a terceiros que não ao interesse processual. Se esta última circunstância ocorrer sem autorização da pessoa senhora do direito, provável será a responsabilização do agente, nos termos da lei.

É preciso referir, em complemento, que, de todo o sintetizado, muito embora não exista impedimento legal para o uso dos meios tecnológicos que objetivem composição de lastro probatório com uso de imagens ou áudios de pessoas nas atividades de polícia ostensiva, tais meios, de nenhum modo, podem ferir a intimidade do policial que deles dispõe.

Nesse aspecto, analogamente, como sedimentado em sede jurisprudencial, bem como na doutrina afeta ao tema, mesmo nos ofícios, serviços ou empregos públicos, não cabe fiscalização por instrumentos que, por si só, firam a íntima liberdade do agente prestador, senão vejamos:

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito do Trabalho. Fiscalização do empregador. Revista. Abusividade da medida não caracterizada. Dever de indenizar. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Precedentes. 1. O Tribunal Superior do Trabalho, com base nos fatos e nas provas dos autos, concluiu que, a despeito de os empregados terem direito à intimidade e à privacidade no ambiente de trabalho, a revista das bolsas na saída do expediente, no caso, não se caracterizaria como medida abusiva, haja vista a

possibilidade de ela ser evitada em razão do fornecimento de armários pelo empregador aos empregados e, também, pela necessidade de sigilo que envolve a atividade desenvolvida pela empresa - produção de equipamentos aeronáuticos para os setores civil e militar [...] [grifos meus]. (STF. ARE 689593/SP. Rel. Min. Dias Toffoli. Primeira Turma. Publicação: DJe 17/10/2013).

Não há violação da intimidade do empregado. O próprio Ministério Público reconhece que **não há monitoramento nos banheiros e refeitórios, mas nos locais de trabalho**, nos terminais bancários e portas principais. Por conseguinte, a vigilância ocorre somente no local efetivo de trabalho. Ora, **não verifico qualquer violação à intimidade.** Os empregados trabalham com telemarketing e inexistente abuso em filmá-los trabalhando. A justificativa da empresa é razoável no sentido de ser necessário proteger o patrimônio, pois há peças de computador, de valores consideráveis e que podem ser facilmente objeto de furto. Ressalte-se que não há sequer gravação, mas mera filmagem. O que de tão íntimo se faz durante 06 horas, trabalhando na atividade mencionada, que não possa ser filmado? Não verifico nenhuma atitude do empregado, exercente dessa atividade, que deva ser resguardado de uma filmagem. Máxime porque não há filmagens em banheiros e refeitórios [grifos meus]. (TST. AIRR 69640-74.2003.5.17.0006. Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado. Julgamento: 01/12/2010. 6ª Turma. Publicação: 10/12/2010).

A discussão posta nos autos encerra grande relevância e complexidade jurídica: diz respeito à licitude da prova produzida pela empresa, à luz do artigo 5º, LVI, da Constituição Federal de 1988, vinculada à gravação de imagens do Autor, realizada de forma reservada e unilateral, durante o horário de trabalho, em local público, no qual, inclusive, havia presença de terceiros. O preceito constitucional invocado encerra garantia de índole fundamental e objetiva assegurar um processo justo, despido de armadilhas e estratégias que poderiam comprometer a própria dignidade do processo enquanto instrumento estatal de composição de disputas, envolvendo o Estado em ações censuráveis sob o prisma ético. No caso concreto, o Tribunal Regional manifestou-se no sentido de que a prova – gravação de imagens em que o trabalhador promove desvio de mercadorias da empresa - foi produzida no horário de trabalho, em local público, na presença de terceiros, sem que fosse utilizado qualquer artifício para indução ao censurável comportamento que corresponde a ato de improbidade. **A conduta empresarial questionada, longe de afrontar quaisquer dos direitos iminentes à personalidade (art. 5º, X, da CF), traduziu exercício regular do direito de aferir a forma como executados os serviços confiados ao prestador, que, lamentavelmente, incorreu em tipo penal, com reflexos trabalhistas, como decidiu a Corte Regional. Precedentes do STF e desta Corte. Recurso de revista não conhecido [grifos meus]. (TST. RR 735-14.2010.5.03.0086. Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues. Julgamento: 08/06/2016. 7ª Turma. Publicação: 17/06/2016).**

Em decorrência, por óbvio através de regulamentação própria pelas autoridades competentes sobre o assunto, não há meio legal disponível para obrigar o policial militar a manter ligado o dispositivo para esse fim concedido se, eventualmente, necessitar fazer uso de

alojamento, espaço para alimentação ou ambiente sanitário, a menos que, nesses locais, se dirija para atendimento de ocorrência. Tudo porque a diligência da autoridade com poder de fiscalização só pode ser feita nos instrumentos de trabalho do agente designado à missão, nos espaços públicos ou nos locais de comum acesso ao público, e nunca lesando a intimidade do profissional.

Lesão da espécie, de todo modo, não ocorrerá pelo uso de meio tecnológico de gravação quanto à captação das conversas do próprio agente durante seu turno ou jornada de trabalho, uma vez que, regulamentados e de conhecimento dele, é lícito o acesso ao conteúdo por autoridade superior, independentemente de ordem judicial ou consentimento, como exposto.

Questão final e necessária a ser delineada, nas ocasiões de possível regulamentação quanto à adoção de instrumentos de captação de áudio ou vídeo em vestes de agentes policiais, principalmente em benefício de efetivo de forças militares para as finalidades ora discutidas, é a sobreposição da aparelhagem ao ou alocação dela em parte diversa do fardamento. A adoção da estratégia, se institucionalizada, exige compatibilização às normas relativas ao uso de uniformes das corporações, no fim de não ocorrer qualquer hipótese de ofensa ao bem jurídico protegido tanto pelo art. 171 do Código Penal Militar – excepcionalmente como última razão (“usar o militar ou assemelhado, indevidamente, uniforme, distintivo ou insígnia de posto ou graduação superior”) –, quanto pelos dispositivos internos regulamentares afetos aos trajes militares – cujo desrespeito pode caracterizar transgressão disciplinar se vista, ilustrativamente, a disposição do item 65 do Anexo I do Regulamento Disciplinar do Exército (“*apresentar-se, em qualquer situação, sem uniforme, mal uniformizado, com o uniforme alterado ou em trajes em desacordo com as disposições em vigor*”, aplicável à Polícia Militar do Paraná nos termos de sua legislação precípua), como também a previsão constante no art. 10 do Regulamento de Uniformes da mesma Corporação (“*não é permitido alterar as características dos uniformes, nem aos mesmos sobrepor peças, artigos, insígnias ou distintivos que não os previstos neste Regulamento*”).

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21/06/2022.

BRASIL. Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. *Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências*. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm>. Acesso em: 23/06/2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. *Código de Processo Penal*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm>. Acesso em: 21/06/2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969. *Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências*. Brasília: Presidência da República, 1969. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0667.htm>. Acesso em: 21/06/2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. *Código Penal Militar*. Brasília: Presidência da República, 1969. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm>. Acesso em: 23/06/2022.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2001. *Institui o Código Civil*. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em: 21/06/2022.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais*. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em: 21/06/2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AP nº 341/MG. Relator: Ministro Marco Aurélio. Julgamento: 25/08/2015. Primeira Turma. Publicação: DJe-198 de 02/10/2015. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2152064>>. Acesso em: 21/06/2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ARE nº 689593/SP. Relator: Ministro Dias Toffoli. Primeira Turma. Publicação: DJe de 17/10/2013. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4248136>>. Acesso em: 22/06/2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ARE nº 933530 AgR/RS. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. Julgamento: 01/03/2016. Segunda Turma. Publicação: DJe-048 de 15/03/2016. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4892882>>. Acesso em: 22/06/2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC nº 91867/PA. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Julgamento: 24/04/2012. Segunda Turma. Publicação: DJe-185 de 20/09/2012. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2534858>>. Acesso em: 21/06/2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE nº 583937 QO-RG/RJ. Relator: Ministro Cezar Peluso. Julgamento: 19/11/2009. Tribunal Pleno. Publicação: DJe-237 de 18/12/2009. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2610668>>. Acesso em: 22/06/2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RHC nº 135683/GO. Relator: Ministro Dias Toffoli. Julgamento: 25/10/2016. Segunda Turma. Publicação: DJe-066 de 03/04/2017. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5019312>>. Acesso em: 21/06/2022.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. AIRR nº 69640-74.2003.5.17.0006. Relator: Ministro Mauricio Godinho Delgado. Julgamento: 01/12/2010. 6ª Turma. Publicação: 10/12/2010. Disponível em: <<https://jurisprudencia-backend.tst.jus.br/rest/documentos/4839edf834677e7e13360e05a2a18edc>>. Acesso em: 22/06/2022.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. RR nº 735-14.2010.5.03.0086. Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues. Julgamento: 08/06/2016. 7ª Turma. Publicação: 17/06/2016. Disponível em: <<https://jurisprudencia-backend.tst.jus.br/rest/documentos/944f6a9d6f963731f25a64c02cecd96>>. Acesso em: 22/06/2022.

PARANÁ. Decreto nº 3.568, de 2 de março de 2001. *Aprova o Regulamento de Uniformes da PMPR*. Curitiba: Palácio do Governo, 2001. Disponível em: < <https://legislacaopmpr.wordpress.com/2012/09/13/regulamento-de-uniformes-rupm-dec-3568-2-mar-01/>>. Acesso em: 23/06/2022.

PARANÁ. Decreto nº 7.339, de 8 de junho de 2010. *Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais da Polícia Militar do Paraná, Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP*. Curitiba: Palácio do Governo, 2010. Disponível em: < <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?act> >

alRegistros=1&dt=23.5.2022.22.47.31.702>. Acesso em: 23/06/2022.

PARANÁ. Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954. *Código da Polícia Militar do Estado*. Curitiba: Palácio do Governo, 1954. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=52415&indice=1&totalRegistros=1&dt=22.5.2022.0.1.42.14>>. Acesso em: 22/06/2022.

PARANÁ. Lei nº 16.575, de 29 de setembro de 2010. *Dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) destina-se à preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na legislação federal e estadual*. Curitiba: Palácio do Governo, 2010. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56275&indice=1&totalRegistros=1&dt=22.5.2022.0.4.29.721>>. Acesso em: 22/06/2022.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Vara Criminal de Marialva da Comarca da Região Metropolitana de Maringá. Ação penal nº 0000976-45.2017.8.16.0113. Relator: Juiz. Max Paskin Neto. Decisão em audiência de custódia de: 31/03/2017. Disponível em: <https://consulta.tjpr.jus.br/projudi_consulta/arquivo.do?_tj=8a6c53f8698c7ff7e57a8effb7e25219b43fc50a040d2a172ff71a83b400666ee9dd0b0b975d50f7>. Acesso em: 21/06/2022.

CRIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

O Primeiro Soldado da Polícia Militar do Paraná

IZAQUIEL Leal Miranda²⁶



EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO PARANÁ

Até 1853, o Paraná era a 5ª Comarca da Província de São Paulo. Vivia entregue ao abandono e à inércia devido à grande distância que a separava metrópole paulista.

Os habitantes do Paraná, na época, viam possibilidades de desenvolvimento da região e exploração das riquezas e julgavam-se no direito de administrá-la e deram início em 1821, a um movimento denominado “Conjuntura Separatista”.

Muitas tentativas foram feitas, porém em 29 de agosto de 1853, o movimento separatista saiu-se vitorioso, quando a Câmara de Deputados do Império, aprovou a Lei nº 704, assinada pelo Imperador Dom Pedro II, criando a Província denominada de PARANÁ, desligando a então 5ª Comarca da Província de São Paulo.

INSTALAÇÃO OFICIAL DA PROVÍNCIA DO PARANÁ

Para organizar a Província do Paraná, foi nomeado por Carta Imperial de 27 de setembro de 1853, o estadista baiano Zacarias de Góes e Vasconcellos. A chegada do Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos, na Cidade de Curitiba.



Fonte: <https://www.wikiwand.com/pt/Emancipação Política do Paraná>.

²⁶ Militar Estadual Inativo (Subten. PM RR). Bacharel em Pedagogia. Pós-Graduado em História e Geografia. Membro Efetivo/Fundador da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná (Titular da Cadeira – 17). Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Autor dos livros “História dos Comandos e das Operações Especiais” (2018) e “Biografia do Capitão PM João Alves da Rosa Filho” (2018).

A 19 de dezembro de 1853, ocorria a emancipação política com a posse do primeiro presidente da província.



Foto: Acervo Pessoal do Cel. Washington Alves da Rosa.
O primeiro Palácio do Governo do Paraná em 1853, Rua 15 com a Praça Generoso Marques.

Quando o Presidente Zacarias tomou posse da Província, um dos principais problemas que encontrou foi o da ordem pública e a segurança individual da população, devido à ineficiência das tropas responsáveis pela manutenção da ordem na ex-5ª Comarca Paulista.

Foi seu decidido e ilustre colaborador nesta obra de reforma de costumes, o Sr. ANTONIO MANOEL FERNANDES JUNIOR (nomeado Chefe de Polícia, por Carta Imperial de 20 de outubro de 1853) que por sua vez dividiu a Província em distritos, nomeando as respectivas autoridades e criou a efêmera “GUARDA DE PEDESTRES”, para atender o policiamento de Curitiba, cujos integrantes em número de nove, foram nomeados a partir de abril daquele ano.

Por proposta do 2ª Comandante-Geral Cap. Diogo Pinto Homem, tornar sem efeito a Lei nº 4, de 09 de abril de 1856, que autorizava a criação da Guarda de Pedestres na Província.

Fatores que motivaram a criação da atual PMPR

As organizações policiais encarregadas da segurança não tinham força suficiente para implantar a ordem e não podiam soffrear os impulsos criminosos dos bandos de foragidos que cometiam assaltos e praticavam desordens desvairando a opinião pública.

Existiam na época as seguintes organizações policiais:

Guardas Municipais Permanentes – guarneciam os campos de Palmas, Guarapuava e a Estrada da Mata;

Guarda Nacional – desorganizada e sem traquejo de armas, fornecia serviço de polícia e postal no interior da Província;

Guarda Policial – pequena força de guarda policial, criada pelo Decreto nº 7, de 25 de junho de 1834, por Resolução do Conselho Geral de São Paulo;

Exército Nacional – a Força de Primeira Linha do Exército também colaborava na manutenção da ordem pública.

CRIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

O Presidente Zacarias, certificando-se da necessidade de oferecer aos provincianos todas as garantias que precisavam, propôs à Assembleia a organização de uma força formada nos princípios básicos da ordem, da disciplina, da lealdade e com objetivos voltados para a segurança da população.

Assim, a primeira lei que sancionou foi a de 28 de julho de 1854, que fixou a Vila de Curitiba como capital da Província e, ainda nessa mesma legislatura, foram votados e sancionados mais dezenove projetos, entre eles a Lei n.º 7, de 10 de agosto de 1854, que autorizou a organização da COMPANHIA DA FORÇA POLICIAL, a qual veio a ser, de fato e de direito, a primeira organização policial do Paraná:

Lei n.º 7, de 10 de agosto de 1854

NOTA: OS PRIMEIROS SOLDADOS QUE INGRESSARAM NA POLÍCIA MILITAR

“Nicolau José Lopes ingressou na Companhia da Força Policial, no dia 1º de outubro de 1854, oriundo da extinta Guarda de Pedestres, tendo sido o primeiro cidadão provinciano a envergar a farda de Policial-Militar”.

ORGANIZAÇÃO INICIAL DA COMPANHIA DA FORÇA POLICIAL

A organização da Cia. Da Força Policial foi moldada no tipo militar, com instrução de caçadores. Subordinava-se diretamente ao Presidente da Província, única autoridade que a poderia empregar na manutenção da ordem e no interesse da tranquilidade pública, e que, tinha por dever atender as requisições das autoridades policiais, para o fim de fazer efetivos as suas ordens. Sob a vigilância dos policiais militares surgiram as primeiras fazendas; diante de sua proteção ergueram-se as primeiras chaminés de nossas fábricas e se estenderam os trilhos das primeiras ferrovias rumo ao sertão desconhecido; seus homens acompanharam os fundadores de numerosas cidades, assistindo o seu crescimento e garantindo a segurança da população.

É frisante e sintomático o fato de a Corporação ter conservado, sempre, o caráter militar, originário de sua criação.

“Não é correta a concepção de que se militarizou por influência da Revolução de 1964, como muitos apregoam”.

Tanto é verdade essa assertiva que o oficial escolhido para a comandar foi o Capitão de primeira linha do Exército, Joaquim José Moreira de Mendonça (imagem abaixo), que a convite do Presidente Zacarias, veio diretamente da Corte do Rio de Janeiro com esse encargo.



A ele coube, portanto, a difícil tarefa de organizá-la nos moldes estabelecidos e com base na hierarquia e disciplina, mecanismos ágeis de saneamento de seus quadros.

Além de a sua criação ter sido alicerçada nas tradições seculares de “Assegurar a paz pública e auxiliar a justiça”, competia-lhe, de acordo com a legislação vigente, a prisão de criminosos, o patrulhamento e rondas nas cidades, vilas e freguesias, estradas, além de outras diligências.

Todos os destacamentos policiais do interior da província também ficaram a seu cargo, consoante ao disposto no artigo 1º da Lei nº 7, de 10 de agosto de 1854, passando seus integrantes a realizar, diuturnamente, o policiamento ostensivo e desempenhar, cumulativamente, atividades de polícia judiciária.

E lá, naqueles longínquos lugares, onde a dinâmica vida moderna não levara ainda a estrada e o conforto, já se achava o soldado de polícia. Muitas vezes, era o único representante do governo; era o homem mais conhecido e respeitado do lugarejo; o representante da Lei e da Justiça; era a palavra da ordem e da civilização que, embora de maneira tosca, se fazia entender.

Denominações Históricas

- 1854 - **Companhia de Força Policial da Província do Paraná;**
- 1874 - **Corpo Policial da Província do Paraná;**
- 1891 - **Corpo Militar de Polícia do Estado do Paraná;**
- 1892 - **Regimento de Segurança do Estado do Paraná;**
- 1917 - **Força Militar do Estado do Paraná;**
- 1932 - **Força Pública do Estado do Paraná;**
- 1939 - **Força Policial do Estado do Paraná;**
- 1946 - **Polícia Militar do Estado do Paraná.**

A Força Militar foi constituída pela união do *Regimento de Segurança* com o *Corpo de Bombeiros*, o qual passou a designar-se como Companhia de Bombeiros Pontoneiros da Força

Militar. Pela Lei nº 2.547, de 30 de março de 1928, o Corpo de Bombeiros readquiriu sua autonomia e denominação.

A Força Pública foi também constituída pela união, com comandos autônomos, da Força Militar (que então passou a denominar-se como Polícia Militar) com o Corpo de Bombeiros. Pelo Decreto nº 86, de 18 de janeiro de 1934, a união foi desfeita e o Corpo de Bombeiros readquiriu sua autonomia e denominação.

Histórico das instalações e quartéis da Polícia Militar do Paraná

1854

Ao ser organizada a Companhia de Força Policial foi sancionada a Lei 36, de 7 de abril de 1855, prevendo um crédito especial para a construção do aquartelamento.

Entretanto, devido à falta de verbas a corporação acabou alojada em uma casa simples, pertencente ao cidadão **Mariano Torres de Almeida**. Essa instalação estava localizada no Largo da Ponte do Rio Ivo (Praça Zacarias), e posteriormente foi adquirida pelo Governo Provincial para servir como sede do Mercado Municipal de Curitiba.

“Sendo então o primeiro Quartel da Polícia Militar, (Comando-Geral), Largo da Ponte, Rio Ivo, Atual Praça Zacarias.” (Não temos a foto).

1860

Em 12 de agosto de 1860 a corporação foi transferida para um sobrado colonial na Rua do Comércio (Avenida Marechal Deodoro da Fonseca), esquina com a Rua Ipiranga (Avenida Marechal Floriano Peixoto). Esse sobrado deveria servir provisoriamente, mas acabou permanecendo em uso por vinte e quatro anos, devido à progressiva redução do efetivo ocasionada pela Guerra do Paraguai.

Em 23 de maio de 1880, nele foi recepcionado o Imperador D. Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina, por ocasião de suas visitas à Província do Paraná.

Sendo o Segundo Quartel da Polícia Militar, (Comando-Geral). (Não temos a foto).

1881

Em 02 de julho de 1881 o Corpo Policial foi transferido para a *Rua do Mato Grosso* (Rua Comendador Araújo), propriedade locada pelo Sr. *Gabriel Chorrial*.

Sendo o Terceiro Quartel da Polícia Militar, (Comando-Geral). (Não temos a foto).

1882

Em 11 de abril de 1882 a corporação foi instalada na *Rua Aquidaban* (Rua Emiliano Perneta).

Sendo o Quarto Quartel da Polícia Militar, (Comando-Geral). (Não temos a foto).

1883

Em 31 de julho de 1883 o aquartelamento foi transferido para a Rua Direita (atual Rua 13 de Maio), devido ao prédio anterior não apresentar boas condições de segurança.

Sendo o Quinto Quartel da Policia Militar, (*Comando-Geral*). (*Não temos a foto*).

1885

Em 18 de novembro de 1885 o Corpo Policial mudou-se para o Palacete Wolf, na Rua do Liceu (atual Rua Dr. Murici), Centro Histórico de Curitiba. Posteriormente, em 1894, esse imóvel serviu de Quartel General do 5º Distrito do Exército na Revolução Federalista.

Sendo o Sexto Quartel da Policia Militar, (*Comando-Geral*).



Fonte: <https://www.google.com/quartel da Policia Militar>

1891

Com a Proclamação da República, o aquartelamento do Corpo Militar de Polícia foi transferido para o antigo prédio da Assembleia Provincial, na esquina das ruas Dr. Murici com Cândido Lopes, que posteriormente foi também sede do Museu Paranaense e quartel do Corpo de Bombeiros. As construções não mais existem e atualmente nesse local está instalada a Biblioteca Pública do Paraná. Durante a Revolução Federalista todo o efetivo foi mobilizado para a Lapa.

Sendo o Sétimo Quartel da Policia Militar, (*Comando-Geral*).



Fonte: <https://www.google.com/quartel da Policia Militar>

1896

O aquartelamento atual na Avenida Marechal Floriano com a Avenida Getúlio Vargas (então Avenida Ivaí) foi adquirido em 01 de fevereiro de 1896.



Foto Acervo Pessoal do Cel. Washington Alves da Rosa.

QCG com a fachada de 1903, olhando da Avenida Ivaí (atual Av. Getúlio Vargas).



Foto Acervo Pessoal do Cel. Washington Alves da Rosa.

Formatura Semanal para o Comandante Geral, Cel. João Gualberto, 1912

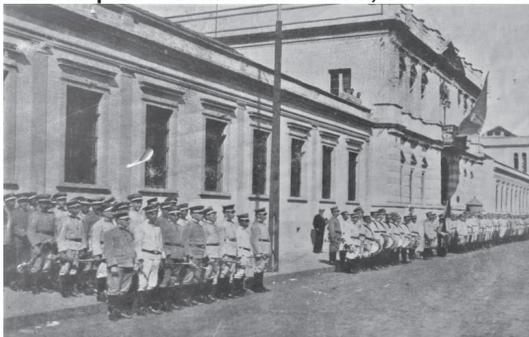


Foto Acervo Pessoal do Cel. Washington Alves da Rosa.

Formatura para o Desfile de Sete de Setembro 1922.



Foto Acervo Pessoal do Cel. Washington Alves da Rosa.

E devido o prestígio adquirido com o engajamento político-militar na Revolução de 1930 e a Contrarrevolução de 1932, o quartel foi ampliado e sua fachada remodelada; adquirindo em 1938 sua atual aparência.

Quartel do Comando-Geral, Inauguração da Nova Fachada, 1938

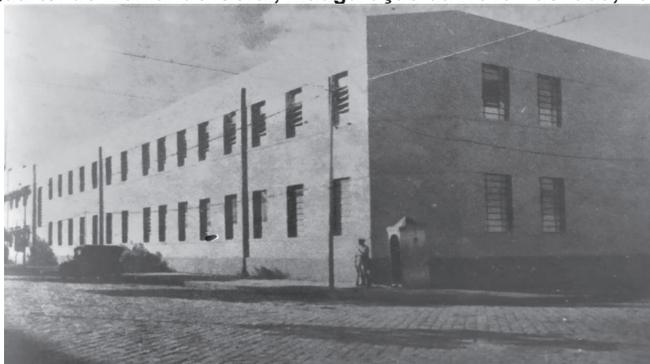


Foto Acervo Pessoal do Cel. Washington Alves da Rosa.

Fachada do Quartel do Comando-Geral, ainda existias as magnólias - 1945

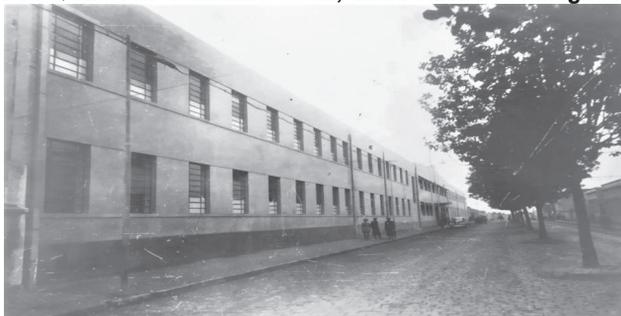


Foto Acervo Pessoal do Cel. Washington Alves da Rosa.

Fachada do Quartel do Comando-Geral, sem as árvores - 1956



Atual Prédio do Quartel do Comando-Geral



Fonte: <https://www.google.com/maps>

O Quartel do Comando-Geral (QCG) é a sede do comando administrativo e operacional da corporação. No local estão instalados os principais órgãos de direção: o Estado-Maior e a Ajudância-Geral (uma espécie de prefeitura que administra as instalações do quartel, através de: correio, arquivo, segurança, etc.); além de outros órgãos de direção, tais como a Diretoria de Apoio Logístico e Finanças; Diretoria de Ensino e Pesquisa; Diretoria de Pessoal; Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Qualidade e Diretoria de Inteligência.

Em suas dependências estão também alojados o Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque), a Companhia de Comandos e Serviços (CCS).

O quartel é ainda sede do Centro de Educação Física e Desportos (CEFID) e seu Ginásio, o Centro de Operações Policiais Militares (COPOM), central de controle e atendimento unificado com o Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Guarda Municipal de Curitiba.

BIBLIOGRÁFIAS:

<https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Criacao-da-Policia-Militar-do-Parana>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Policia Militar do Paraná](https://pt.wikipedia.org/wiki/Policia_Militar_do_Paran%C3%A1)

<https://www.pmpr.pr.gov.br/>

Epopéia da Lapa/ João Alves da Rosa Filho

Campanha do Contestado/ João Alves da Rosa Filho

Guerra do Irani/João Alves da Rosa Filho

Acervo Pessoal do Cel. Washington Alves da Rosa.

“MEMORIAL DO GUARDA-VIDAS DO ESTADO DO PARANÁ”

Marlon Ricardo de Assis BASTOS²⁷



O 1º Memorial dedicado exclusivamente ao serviço de Guarda-vidas do Brasil, inaugurado em 15-02-2013 no município de Guaratuba/Pr. Foi construído a partir do projeto estudado e elaborado por mim, bombeiro e Historiador, durante a Op. Verão 2011/2012, que após apresentação e aprovação da ideia pelo Comando-Geral do Bombeiro, começou a ser colocado em prática junto com outros projetos objetivando a comemoração do centenário do Corpo de Bombeiros do Paraná daquele período, como exemplo a escultura da Praça Rui Barbosa, entre outras.

Aproveitando das festividades do centenário, o guarda-vidas também comemorava seu cinquentenário, visando à valorização daqueles que se dedicaram a atividade de salvamento aquático, e com o aval do Comandante do Bombeiro do Paraná naquele período, na temporada seguinte, dei início a construção histórica do memorial do guarda-vidas. Iniciei uma pesquisa de campo a fim de complementar aquilo que já existia de assuntos referentes à atividade de guarda-vidas.

Os passos tomados para construção histórica foram aqueles adotados pelo historiador, “busca de campo”, foram recolhidos todos os materiais possíveis para construção histórica, desde fotos, boletins internos, pesquisas, livros e recortes de jornais da época entre outros. De início, retomei da década de 1970, pois eu já havia realizado um trabalho contando a História do Guarda-vidas do Paraná das décadas 1950 e 1960, publicado pela AVM, partindo deste ponto, comecei todo o trabalho de pesquisa, foram catalogadas fotos e separadas por décadas, toda história analisada, apresentada e discutida junto ao Comandante do Litoral e ao Comandante da subárea III, naquele período, preocupando-me com a veracidade dos assuntos referentes à atividade de guarda-vidas, atentando para que os assuntos expostos no memorial

²⁷ Militar Estadual da Ativa (3º Sgt. QPM 2-0). Atualmente lotado no Quartel Central do Corpo de Bombeiros da PMPR (Curitiba/PR). Graduado em História pela Universidade Tuiuti do Paraná (Bacharelado e Licenciatura), Pós-Graduado pela Universidade dos Estudos de Pádua, Itália (“Università degli Studio di Padova” – Master II livello in Conservazione Dell Patrimonio Storici Industriali): Mestrado em Conservação do Patrimônio Histórico Industrial. Membro Fundador/Efetivo da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná (Titular da Cadeira – 18). Autor do livro “História dos guarda-vidas no litoral paranaense: décadas 50/60” (2006). Coautor do livro “Manual técnico de salvamento aquático”, Capítulo 1, parte histórica. Autor do Projeto e da Pesquisa Histórica do “Memorial do guarda-vidas do Paraná”, localizado no Município de Guaratuba/PR, primeiro memorial dedicado ao serviço de guarda-vidas do Brasil (Jan. 2012). Autor da “Oração dos guarda-vidas do Paraná”. Coautor da “Escultura do centenário do Corpo de Bombeiros do Paraná”, duas esculturas em bronze colocadas na Praça Rui Barbosa, em Curitiba/PR, primeiro monumento de bombeiro colocado em uma praça pública do Brasil

fossem compreendidos pelo cidadão de modo geral, numa linguagem simples e clara. Após toda catalogação dos materiais pertinentes à historicidade, e posterior à construção histórica, dei início a preocupação com a disposição dessa historicidade dentro do memorial, de como deveria ser colocado cada painel e cada material que representa a memória do Guarda-vidas.

Seguindo, dentro da possibilidade, aquilo que fiz como projeto prévio para construção do memorial, no qual também fui responsável, solicitei ao Oficial responsável pela subárea III a possibilidade de construirmos a réplica do “LandLine” 28 os painéis, a “Oração do Guarda-vidas” 29, e azulejarmos as paredes internas, conforme o projeto, com imagens em preto e branco sobre a história do Guarda-vidas, no entanto o Comando optou por um “Banner” com todo o litoral paranaense dando destaque aos pontos mais importante do nosso litoral.

E orçamos também a possibilidade de mandarmos confeccionar a Escultura em Bronze (pelo processo cera perdida) 30, análoga a da Rui Barbosa de autoria do Subtenente e Escultor Walmir Weber, e coautoria minha, da qual, até o momento, ainda não foi realizada. A principal ideia é que o visitante possa compreender alguns dos assuntos referentes à atividade de Salvamento Aquático, conhecer um pouco da história dos Guarda-vidas, entender como as pessoas adquiriram o hábito de frequentar as praias.

Através do acervo iconográfico em cada painel espalhado pelo memorial, o visitante observará a evolução histórica das cidades litorâneas, trajes de banho da época, residências, crescimento e mudanças da faixa litorânea, evolução dos uniformes de guarda-vidas e dos equipamentos utilizados em cada década, além de compreender historicamente o avanço e o desenvolvimento da atividade de Guarda-vidas dentro de um ambiente especial e iluminado com uma atmosfera que o aproximará do mar, com lâmpadas verdes e azuis, além de itens internos como a raiz da figueira recuperada de uma queda e trabalhada artesanalmente representando a formação de uma onda, sendo superada pela “moto aquática” primeira da corporação em atividade aquática.

Entre outros itens já mencionados, como: a oração do Guarda-vidas, painéis, enfim, aproximar o cidadão comum ao serviço de salvamento e das atividades desenvolvidas, procurando além de informar, orientar o visitante dos riscos escondidos nos mares, desde buracos, marés, correntes, valas e valões, usos das bandeiras pelos guarda-vidas, bem como cuidados com animais marinhos, águas-vivas, caravelas, ou seja, um memorial que resgata a história e a valorização do profissional bombeiro Guarda-vidas dedicado a todos os militares e civis que se doaram ou se doam para a atividade heroica de salvamento aquático ao redor do mundo.

28 “Landline” carretel com corda usado no início da atividade de guarda-vidas.

29 Letra do, na época, Soldado Marlon Ricardo de Assis Bastos. (Sgtº Bastos)

– Processo de construção de Escultura em bronze de modo artesana

O Memorial do Guarda-vidas possui registro de direito de autoria na Biblioteca Nacional Brasileira, número: 651370, autoria do Bombeiro Militar e Historiador, Marlon Ricardo de Assis Bastos. (BASTOS, M.R.A)

A Construção Histórico Atual.

Partindo da pesquisa do livro: A História dos guarda-vidas no Litoral paranaense, décadas de 50 e 60, publicado por este autor, dei continuidade ao restante da pesquisa, passando pelas décadas faltantes, 70, 80, 90, até os dias atuais, buscando construir a história, ainda escondida desta atividade.

A História:

O hábito de frequentar as águas como lazer, surge por volta do século II d.C., em locais denominados de Termas Romanas, com o objetivo de proporcionar “um estilo de vida”, algo para o bem-estar e uma melhor qualidade de vida. Para os Portugueses do sec. XV e XVI, o mar era, simultaneamente, uma fonte de alimentação, um caminho para descobertas e conquistas e um convite à aventura.

No Brasil, a presença de banhista deu-se inicialmente por questões terapêuticas e de saúde, eram comuns prescrições médicas indicando a melhor maneira de se aproveitar o mar, o banhista não dispunha de nenhuma liberdade, era o médico quem prescrevia a praia, a hora, a duração e o lugar de exercícios, além do número de banhos. Por vez, os costumes da época iam ao sentido de que preservar o tom pálido era sinal de distinção e “galhardo³¹”, daqueles que não precisavam trabalhar sob o sol, sendo que o uso de chapéus e sombrinhas, roupas longas e luvas eram comuns.

Após a Primeira Guerra Mundial, todo esse modismo, “cai por terra”, e explode uma grande “febre esportiva”, as tendências da moda são por roupas leves e “esportivas”, inicia-se o culto ao corpo, a cena agora passa a ser outra, existe uma intenção deliberada em demonstrar trabalho, banhos de mar com receitas médicas ou durante a madrugada, já não bastam mais, iniciam-se os banhos de sol, caminhadas, exercícios físicos e tudo mais que acompanha essa nova ideia, ocorrendo um aumento significativo no fluxo de pessoas em meio aquático.

No Estado do Paraná, o serviço de Guarda-vidas tornou-se necessário e relevante mediante a um contexto histórico de comprometimento cada vez maior com a população, inserido em uma sociedade em pleno desenvolvimento, pelas quais estradas eram construídas, tecnologias mais avançadas surgiam, meios de transportes cada vez mais acessíveis, enfim, uma gama de fatores que facilitavam o surgimento de veranistas em nosso litoral e faziam crescer o número de vítimas em meio líquido.

31 Adjetivo: que tem aparência garbosa, elegante; que tem modos finos e sentimentos delicados; generoso, gentil.

Diante desse diapasão, o Corpo de Bombeiros e nossos representantes políticos veem-se como necessidade a criação do grupo especializado em salvamento aquático, em específico, de uma tropa especializada com a finalidade de atuar nas praias habitadas do litoral paranaense em períodos de maior movimento populacional. Para tanto o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná resolve criar em 01 de março de 1956 a S.S.P. - Serviço de Salvamento e Proteção, localizado na capital do Estado e composto por Militares capacitados ao atendimento em mar, que em períodos de férias escolares e feriados, eram destacados para o nosso litoral, complementando os civis do município que já atuavam nesta atividade de salvamento aquático, desde o início da década de 1950 em Guaratuba e a partir de 1954 em Matinhos, na época distrito de Paranaguá, nomeados pelo Governo de Estado, e destacados nos Postos de “Cayubá” e “Matinhos”, perdurando de forma exclusiva por civis, até o ano de 1960, e composta por civis e militares até o ano de 1976 naquele município.

O ano de 1958, marca a primeira e a mais extensa, até então, operação dessa tropa especializada (S.S.P.), do dia 02 de janeiro a 22 de fevereiro de 1958, realizado o salvamento de 31 (trinta e uma) pessoas 32, sendo que os guarda-vidas ficavam alojados no late Clube de Guaratuba, conforme convênio realizado entre ambas as instituições, e eram escalados para o serviço nos municípios de Guaratuba e Matinhos. A partir deste ano, o deslocamento do grupamento especializado em salvamento aquático para o litoral torna-se mais frequente, não somente nos feriados, mas por todo o verão os Bombeiros se fixam no litoral, inicialmente nas escolas ou estabelecimentos ofertados pelos municípios e posteriormente em estruturas mais adequadas e quartéis da instituição.

No ano 1961 alguns Bombeiros são enviados ao Estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro, a fim de se aperfeiçoarem, técnica e profissionalmente, em salvamento aquático, técnicas essas, repassadas aos Bombeiros interessados em atuarem no serviço em mar no Estado do Paraná. Com isso, no dia 03 de Janeiro de 1962, na cidade de Guaratuba/PR, cria-se oficialmente, de forma solene, um destacamento, mais efetivo, com pessoal e equipamentos, destinado especialmente para a execução do serviço de guarda-vidas, durante o período de verão no litoral, o “1º Destacamento de Guarda-vidas” da história do Estado do Paraná, perpetuando como data inicial das atividades organizadas de guarda-vidas pelo Corpo de Bombeiros do Paraná. Em 1963 foi construída a sede do Grupamento de Bombeiros de Guaratuba, na Rua Antônio Rocha, local em que os guarda-vidas passariam a se alojar e que seria a sede do Corpo de Bombeiros do município até o ano de 1976, retornando em 1979 até os dias atuais, sendo que no período de 1976 a 1979 a sede do Corpo de Bombeiros de Guaratuba passou a ser no Barravento, na praia central do município.

32 No livro: “A História dos Guarda-vidas no Litoral Paranaense, déc. 50/60”, você encontra o nome das vítimas salvas, e outros assuntos interessantes.

Com o início de um serviço mais organizado de guarda-vidas e as dificuldades encontradas pelos inúmeros salvamentos realizados até então, houve a necessidade de aprimoramento técnico e buscar novos conhecimentos, com isso, inicia-se na década de 60 estágios e cursos na área de salvamento aquático. No ano de 1966 realizou-se o 1º Curso de Formação de Guarda-vidas do Paraná com duração mais extensa e organizada, em torno de quatro meses, finalizando com a entrega solene do certificado de conclusão do curso, tornando-se, posteriormente, frequentes ao longo dos anos dentro da instituição.

Matinhos

O serviço de Guarda-vidas, executado por Bombeiros Militares, no município de Matinhos, começou no verão da temporada 1962/63, advindos inicialmente de Guaratuba, baseados no late Clube Guaratuba, e por civis contratados pelo Estado, sendo ativados os Postos de Caiobá, Matinhos e posteriormente Praia Mansa. Em 1964 o efetivo de guarda-vidas de Matinhos não mais se deslocava do late Clube Guaratuba, mas de suas próprias residências ou alojamentos no próprio município.

Em 1966, inaugura-se o Posto de Guarda-vida nº 7, obra realizada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá e pelo Corpo de Bombeiros e na temporada de 1966/1967 cria-se mais um Posto de Guarda-vidas, Posto SESC, e desativa-se o Posto Caiobá.

Somente em 1967 o serviço de guarda-vidas em Matinhos passou a ser desempenhado exclusivamente por Militares. A fim de amenizar as dificuldades de deslocamento do efetivo e conceder uma base de apoio ao serviço de guarda-vidas, em 1969 o Corpo de Bombeiros recebeu, como doação, um imóvel na Rua Castro, construído em 1970 e inaugurado na temporada de 1970/1971. No ano de 1983 foi doado pela “Paranatur” 33, um imóvel dentro do próprio terminal turístico de Matinhos, nas atuais instalações, para o fim específico de apoiar o serviço de guarda-vidas e do próprio efetivo operacional destacado no município.

Pontal do Paraná

O serviço de guarda-vidas em Pontal do Paraná começou na temporada de 1972 e era desempenhado pelo efetivo de Matinhos que se deslocava todo dia, em viaturas, para a execução do trabalho. Posteriormente, devido a grande necessidade, os guarda-vidas de Pontal do Paraná passaram a ficar baseados no quartel da Polícia Militar do Paraná, sendo que na temporada de 1983/1984 se dividiram entre o alojamento do quartel da Polícia Militar e na escola municipal do Balneário de Shangri-lá e no ano de 1984 inaugurou-se a sede do Grupamento do Corpo de Bombeiros de Pontal do Paraná, localizado no balneário de Santa Terezinha, com estrutura toda em madeira, que se originou da desmontagem do quartel antigo

de Matinhos. A implantação oficial do Quartel Central do Corpo de Bombeiros de Pontal do Paraná ocorreu em 25 de julho de 1987, já em alvenaria.

Em 1991 o Corpo de Bombeiros recebeu 04 (quatro) motocicletas Agrale motor SST 13,5 que seriam usadas na Operação Praia ainda daquele ano. Em janeiro de 1992 foi entregue ao Corpo de Bombeiros 05 (cinco) motos aquáticas para uso no litoral. Elas se tornariam um instrumento essencial no auxílio dos guarda-vidas nas operações de incidente em meio líquido, representando uma maior efetividade no atendimento às vítimas.

Na temporada de 1996-1997, cria-se a competição “Copa Elite” hoje conhecida como “Troféu Elite”. A competição conta com a participação de boa parte do efetivo de guarda-vidas, e tem o intuito de realizar a integração e o conagraçamento entre o efetivo, chegando-se ao guarda-vidas mais completo fisicamente e tecnicamente, o chamado “guarda-vidas de ferro”. As provas realizadas avaliam a técnica e a resistência dos bombeiros e foram idealizadas inicialmente nos moldes da ILS (Internacional Life Saving) quais sejam: aquathlon (1000 metros de corrida na areia fofa, 1000 metros de natação no mar e 1000 metros de corrida na areia fofa), salvamento de vítimas com pranchão, salvamento de vítimas com cinto de salvamento e a divertida corrida ao pé-de-pato.

Paranaguá

No município de Paranaguá, o serviço de guarda-vidas se torna presente a partir da década de 90, em período de operação verão, efetivando-se com o aumento da presença populacional e a frequência de banhistas nas localidades da Ilha dos Valadares (Posto de Guarda-vidas Ilha dos Valadares antigo mar de La) e Ilha do Mel (Posto de Guarda-vidas de Encantadas e Nova Brasília).

No início do ano 2000, por necessidade de serviço, o Corpo de Bombeiros do Paraná começou a trabalhar com civis voluntários, como guarda-vidas. A situação pretendida era proporcionar um melhor e mais eficiente atendimento através do aumento do número de Postos de Guarda-vidas, mediante a adesão de civis voluntários, que atuariam em suplemento e sob a supervisão dos Bombeiros Militares.

A formação consistia em uma parte teórica e outra prática, com carga horária de 285 horas/aula, que se realizava durante todo o período da operação verão desempenhada somente se o guarda-vidas civil fosse considerado apto através de exaustivos testes teóricos e práticos.

Equipamentos se aperfeiçoaram e novas técnicas surgiram com a implantação da prancha de salvamento aquático adotado pelo Corpo de Bombeiros do Paraná na temporada de 2004-2005. Sua utilização evidencia-se pela facilidade em vencer grandes deslocamentos de forma rápida, além de ser um equipamento eficiente na parte de prevenção. As técnicas de

salvamento com pranchão permitem o resgate de vítimas consciente e inconsciente. Suas dimensões podem variar conforme as características de mar e a forma de utilização, sendo ideal que seja no mínimo de 9 (nove) pés e que tenha uma boa capacidade de flutuação para sustentar no mínimo uma vítima e um guarda-vidas.

Morretes e Antonina

Nesses municípios o serviço de guarda-vidas se faz presente na localidade de Ponta da Pita (Antonina) e Rio Nhundiaquara (Morretes), em período de operação verão, desenvolvendo-se dentro da rotina dos Postos de Guarda-vidas.

Na temporada de 2004-2005 o Corpo de Bombeiros do Paraná adota novos padrões de fardamentos para os guarda-vidas, bem como padrões mínimos de equipamentos de proteção individual para tripulantes de embarcações.

No ano de 2005 realiza-se o primeiro concurso público para a contratação de mulheres dentro da corporação, fato histórico desde sua criação em 1912. Na temporada de 2005-2006, as formandas participaram do Curso de Guarda-vidas para Bombeiros. Na história do guarda-vidas as mulheres fizeram parte pela primeira vez na temporada de 2000-2001, quando da criação do “Guarda-vidas Civil” contratadas pelo sistema de voluntariado.

Em 2007 retoma-se o uso das bandeiras nos padrões internacional. Em 2008 estabelece algumas regras para seu uso e em 2009, reestabelece critérios aplicáveis em todo o Estado do Paraná para a sinalização por bandeiras nas praias do litoral e nos balneários de água doce, naturais ou artificiais, fluviais ou lacustres, de acordo com a Portaria nº. 002 de 09 de Abril de 2009 revogando a Portaria nº. 005, de 01 de julho de 2008.

Na temporada 2007/2008 o Corpo de Bombeiros do Paraná passou a tratar o afogado através dos GRAUS DE AFOGAMENTO, graduado de 1 (um) a 6 (seis), do mais leve para o mais grave, além das denominações de Resgate (vítima não aspirou líquido) e Óbito.

O Centro de Treinamento Aquático de Guaratuba (CTA), construído na temporada de 2007-2008, teve sua inauguração em 23 de janeiro de 2008. Os guarda-vidas dantes alojados de forma precária passaram a contar com uma estrutura de 2000 (dois mil) metros quadrados, suítes para 6 (seis) guarda-vidas num total de 96 (noventa e seis) leitos, 2 (duas) salas de aulas, academia de ginástica e área para implantação de piscina.

O Corpo de Bombeiros do Paraná na “Operação Verão” conta, desde 1994, com o apoio do helicóptero do Governo do Estado. Em outubro de 2010 o Serviço Aeropolicial foi transformado em Grupamento Aeropolicial - Resgate Aéreo (GRAER). A missão do GRAER é o apoio aéreo no policiamento ostensivo, no socorro público, nas ações de defesa civil, nas ações e operações policiais militares e bombeiros militares, no apoio a órgãos federais, estaduais e municipais em todo território nacional, em missões de segurança pública, no

transporte de autoridades e em todas as demais ações de preservação da ordem pública. Para o serviço de guarda-vidas a aeronave tornou-se fator essencial para a execução de rondas ostensivas, apoio em salvamento, busca e resgate aquático, além de transporte aeromédico de vítimas de incidente em meio líquido, aumentando efetivamente o tempo de sobrevivência dessa vítima. “Hoje, o GRAER, é conhecido como BPMOA, Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas.

Cria-se o memorial do guarda-vidas do Corpo de Bombeiros do Paraná no ano de 2013 possuindo em seu acervo materiais didáticos, documentos internos da instituição, fotografias, equipamentos e fardamentos da época que relatam a história das atividades de salvamento aquático no Estado do Paraná. O Memorial relata e perpetua ao longo dos anos o cinquentenário do serviço de guarda-vidas tornando-se um instrumento histórico em constante construção. É o resgate e valorização da história dos guarda-vidas e de sua identidade. Um trabalho realizado com muita pesquisa e dedicação exclusiva por mãos de bombeiros militares.

ENSINO

A década de 70, mais precisamente em novembro de 1975, foi publicado o primeiro material didático denominado “Manual de Procedimentos Padronizados Guarda-vidas do Corpo de Bombeiros da PMEP” descrevendo as fases de atendimento do afogado, ações pós afogamento, o que o guarda-vidas deve fazer em situações de afogamento, deveres, obrigações e competências atribuídas à função, procedimentos com menores perdidos, cães na praia, sinalizações, limitações de áreas de banho, utilizações de placas e um formulário de pertences encontrados.

Na parte de ensino, em 1983 foi elaborado pelo então Maj. QOBM Fredy Weigert, o “Manual de Salvamento de Praia” de forma mais aperfeiçoado, descrevendo os fenômenos aquáticos, os animais marinhos que podem oferecer riscos aos banhistas, as características da função guarda-vidas (capacidade de trabalho, treinamento, uniforme, equipamentos, comunicação, sinalização de praia, orientações aos banhistas, competência, deveres, obrigações), o salvamento (fases, com nadadeiras, com pranchas, com tubo de salvamento, com auxílio da corda, com helicópteros, com auxílio das embarcações, com ultraleve, judô aquático), cuidados de emergência, graus de afogamento e uma pequena cartilha quanto ao condicionamento físico mínimo com instrução de educação física para os guarda-vidas.

No ano de 2004, foi elaborado o “Manual do Guarda-vidas” pelo Centro de Ensino e Instrução do Corpo de Bombeiros do Paraná, atualizando os procedimentos padrões a serem adotados pelos guarda-vidas, principalmente quanto ao tratamento de vítimas de afogamento e protocolos de atendimentos.

Em 2006, criasse a construção da história dos Guarda-vidas do litoral paranaense, com a pesquisa histórica realizada pelo bombeiro militar e historiador, Marlon Ricardo de Assis

Bastos, na época soldado e, hoje Sargento do Corpo de Bombeiros do Paraná, com construção histórica, foi permitido reativarmos o uso das bandeiras, já utilizado no passado, descobrirmos a data comemorativa do aniversário do Guarda-vidas do Paraná, entendermos as dificuldades enfrentadas, o avanço para um futuro melhor e principalmente a valorização de nossos imolados que tanto se dedicaram a essa atividade.

Em 2013, foi publicada a atualização do “Manual de Guarda-vidas do Corpo de Bombeiros do Paraná”, tendo vários colaboradores, que buscaram os procedimentos mais atuais e adequados para a atividade de guarda-vidas, incluindo o sistema de sinalização internacional de bandeiras, limites de competências, deveres e responsabilidades da função, basiladas pela Magna Carta de 1988, tratamento do afogado, classificação do afogamento, sistema de cadastramento e registro de incidentes em meio líquido.

Sua Missão

Como uma constante e em busca do aprimoramento institucional a fim de dar à sociedade proteção e segurança em meio líquido tem cumprido sua função através do aperfeiçoamento gradativamente das técnicas, da evolução das embarcações de salvamento, de equipamentos mais adequados tais como “pranchas de salvamento”, motos aquáticas e aeronaves disponibilizadas para apoio ao serviço atuante e profissional de guarda-vidas. Atualmente, os postos de guarda-vidas passam dos 100 (cem) em todo o litoral paranaense, as orientações aos banhistas, passam dos 100.000 (cem mil) por temporada e os incidentes em meio líquido com vítimas variam de temporada para temporada, de 900 (novecentos) a 1400 (um mil e quatrocentos) atendimentos pelo Corpo de Bombeiros do Paraná.

Este Memorial foi criado em homenagem a todos que fizeram, fazem e farão parte da Instituição Corpo de Bombeiros, ao esforço de cada um mediante a busca incansável de doar-se àqueles que estão prestes a sucumbir-se ante a situações nefastas e de risco, nos dias atuais com 60 (sessenta) anos das atividades de guarda-vidas, 110 (cento e dez) anos de profissão Bombeiro no Estado do Paraná, onde: “Por uma Vida, Todo Sacrificio é Dever”.

Fonte: Historiador / Bombeiro: Marlon Ricardo de Assis Bastos.

1962 -2022.

“Parabéns a todos os Guarda-vidas do Paraná pelos seus 60 anos”

Esta é minha homenagem a vocês!

REFERÊNCIAS

BASTOS, Marlon Ricardo de Assis. **“A Historia dos Guarda-vidas no Litoral Paranaense” (década de 1950/1960)** Curitiba-Paraná: A.V.M. Publicações Especiais, 2006.

REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DIÁRIAS, décadas de 1950 a 1990 de todos os Grupamentos de Bombeiros do litoral paranaense.

ERVEN, Herbert Munhoz Van. **Bombeiros do Paraná**: (Histórico do Corpo de Bombeiros da PMPR) – Curitiba: Edição do Autor. 1954

MUSEU DO CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ. Acervo iconográfico.

MUSEU DO CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ. Boletins Internos décadas de 1950 a 1970.

MAFRA, Joaquim da Silva. **História do Município de Guaratuba**. Guaratuba: sem editora, 1954.

QUARTEL DE PARANAGUÁ: acervo de coletâneas e recortes de jornais da época.

SOUZA, Paulo Henrique de. **O serviço de guarda-vidas no litoral paranaense nas temporadas de 1997/1998 a 2004/2005**. [S.l.: s.n.], 2005. 92 f.

SEVCENKO, Nicolau. “**A Capital Irradiante – Técnicas, Ritmos e Ritos do Rio**”. In: Nicolau Sevcenko (org). Republica – da Belle Époque à Era do Radio. São Paulo: companhia das letras, 1998. (Historia da Vida Privada no Brasil, 3) p. 549-580

SZPILMAN D, **Emergências Aquáticas**, Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático.

Colaboradores na Época da Construção.

Imagens:

Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá

Casa de Cultura de Guaratuba

Acervo iconográfico do Corpo de Bombeiros do Paraná

*Sargento BM Rubens **Chane***

*Soldado BM Marlon Ricardo de Assis **Bastos***

Apoio na Construção do memorial:

Corpo de Bombeiros do Paraná

Prefeitura de Guaratuba

Empresas privadas

*Capitão BM Fabrício **Frazatto** dos Santos*

*Sargento BM Luiz Carlos **Braz***

*Soldado BM Marlon Ricardo de Assis **Bastos***

*Soldado BM Fernando **Barros***

Idealização, Projeto do Memorial, Historiografia dos Painéis:

*Soldado BM Marlon Ricardo de Assis **Bastos***

ANEXOS:

Painéis que hoje são utilizados no Memorial do Guarda-vidas.



Guarda-Vidas

1950-1959

1ª Casa de Veranista Guaratuba



**Posto Central Guaratuba
aos fundos banheiros**





Praia Central de Guaratuba



O hábito de frequentar as águas como lazer, surge por volta do século II d.C., em locais denominados de Termas Romanas, com o objetivo de proporcionar "um estilo de vida", algo para o bem estar e uma melhor qualidade de vida. Para os Portugueses do sec. XV e XVI, o mar era, simultaneamente, uma fonte de alimentação, um caminho para descobertas e conquistas e um convíte à aventura. No Brasil, a presença de banhista deu-se inicialmente por questões terapêuticas e de saúde, eram comuns prescrições médicas indicando a melhor maneira de se aproveitar o mar, o banhista não dispunha de nenhuma liberdade, era o médico quem prescrevia a praia, a hora, a duração e o lugar de exercícios, além do número de banhos. Por vez, os costumes da época iam no sentido de que preservar o tom pálido era sinal de distinção e galhardes, daqueles que não precisavam trabalhar sob o sol, sendo que o uso de chapéus e sombrinhas, roupas longas e luvas eram comuns. Após a Primeira Guerra Mundial, todo esse modismo, "cai por terra", e explode uma grande "febre esportiva", as tendências da moda são por roupas leves e "esportivas", inicia-se o culto ao corpo, a cena agora passa a ser outra, existe uma intenção deliberada em demonstrar trabalho, banhos de mar com receitas médicas ou durante a madrugada, já não bastam mais, iniciam-se os banhos de sol, caminhadas, exercícios físicos e tudo mais que acompanha essa nova ideia, ocorrendo um aumento significativo no fluxo de pessoas em meio aquático. No Estado do Paraná, o serviço de Guarda-Vidas tornou-se necessário e relevante mediante a um contexto histórico de comprometimento cada vez maior com a população, inserido em uma sociedade em pleno desenvolvimento, pela qual estradas eram construídas, tecnologias mais avançadas surgiam, meios de transportes cada vez mais acessíveis, enfim, uma gama de fatores que facilitavam o surgimento de veranistas em nosso litoral e faziam crescer o número de vítimas em meio líquido.



Guarda-Vidas

1950-1959

Diante desse diapasão, o Corpo de Bombeiros e nossos representantes políticos veem-se como necessidade a criação do grupo especializado em salvamento aquático, em específico, de uma tropa especializada com a finalidade de atuar nas praias habitadas do litoral paranaense em períodos de maior movimento populacional. Para tanto o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná resolve criar em 01 de março de 1956 a S.S.P. - Serviço de Salvamento e Proteção, localizado na capital do Estado e composto por Militares capacitados ao atendimento em mar, que em períodos de férias escolares e feriados, eram destacados para o nosso litoral, complementando os civis do município que já atuavam nesta atividade de salvamento aquático, desde o início da década de 1950 em Guaratuba e a partir de 1954 em Matinhos, na época distrito de Paranaguá, nomeados pelo Governo de Estado, e destacados nos Postos de "Cayubá" e "Matinhos", perdurando de forma exclusiva por civis, até o ano de 1960, e composta por civis e militares até o ano de 1976 naquele município.

O ano de 1958, marca a primeira e a mais extensa, até então, operação dessa tropa especializada (S.S.P.), do dia 02 de janeiro a 22 de fevereiro de 1958, realizado o salvamento de 31 (trinta e uma) pessoas, sendo que os guarda-vidas ficavam alojados no late Clube de Guaratuba, conforme convenio realizado entre ambas as instituições, e eram escalados para o serviço nos municípios de Guaratuba e Matinhos. A partir deste ano, o deslocamento do grupamento especializado em salvamento aquático para o litoral torna-se mais frequente, não somente nos feriados, mas por todo o verão os Bombeiros se fixam no litoral, inicialmente nas escolas ou estabelecimentos ofertados pelos municípios e posteriormente em estruturas mais adequadas e quartéis da instituição.

Posto de Guarda-Vidas Enfermarias e Cabines para troca de roupas pelos banhistas - Guaratuba



Vista Panorâmica do Morro Caleiras



Primeiros Guarda-Vidas de Guaratuba



Guarda-Vidas

1960-1979



No ano 1961 alguns Bombeiros são enviados ao Estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro, a fim de se aperfeiçoarem, técnica e profissionalmente, em salvamento aquático, técnicas essas, repassadas aos Bombeiros interessados em atuarem no serviço em mar no Estado do Paraná. Com isso, no dia 03 de Janeiro de 1962, na cidade de Guaratuba/Pr, cria-se oficialmente, de forma solene, um destacamento, mais efetivo, com pessoal e equipamentos, destinado especialmente para a execução do serviço de guarda-vidas, durante o período de verão no litoral, o "1º Destacamento de Guarda-Vidas" da história do Estado do Paraná, perpetuando como data inicial das atividades organizadas de guardas-vidas pelo Corpo de Bombeiros do Paraná. Em 1963 foi construída a sede do Grupamento de Bombeiros de Guaratuba, na Rua Antônio Rocha, local em que os guarda-vidas passariam a se alojar e que seria a sede do Corpo de Bombeiros do município até o ano de 1976, retornando em 1979 até os dias atuais, sendo que no período de 1976 a 1979 a sede do Corpo de Bombeiros de Guaratuba passou a ser no Barravento, na praia central do município.

Com o início de um serviço mais organizado de guarda-vidas e as dificuldades encontradas pelos inúmeros salvamentos realizados até então, houve a necessidade de aprimoramento técnico e buscar novos conhecimentos, com isso, inicia-se na década de 60 estágios e cursos na área de salvamento aquático. No ano de 1966 realizou-se o 1º Curso de Formação de Guarda-Vidas do Paraná com duração mais extensa e organizada, em torno de quatro meses, finalizando com a entrega solene do certificado de conclusão do curso, tornando-se, posteriormente, frequentes ao longo dos anos dentro da instituição.



Guarda-Vidas

1960-1979

MATINHOS

O serviço de guarda-vidas, executado por Bombeiros Militares, no município de Matinhos, começou no verão da temporada 1962/63, advindos inicialmente de Guaratuba, baseados no late Clube Guaratuba, e por civis contratados pelo Estado, sendo ativados os Postos de Caiobá, Matinhos e posteriormente Praia Mansa. Em 1964 o efetivo de guarda-vidas de Matinhos não mais se deslocava do late Clube Guaratuba, mas de suas próprias residências ou alojamentos no próprio município. Em 1966, inaugura-se o Posto de Guarda-Vidas nº 7, obra realizada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá e pelo Corpo de Bombeiros e na temporada de 1966/1967 cria-se mais um Posto de Guarda-Vidas, Posto SESC, e desativa-se o Posto Caiobá.

Somente em 1967 o serviço de guarda-vidas em Matinhos passou a ser desempenhado exclusivamente por Militares. A fim de amenizar as dificuldades de deslocamento do efetivo e conceder uma base de apoio ao serviço de guarda-vidas, em 1969 o Corpo de Bombeiros recebeu, como doação, um imóvel na Rua Castro, atualmente "Quartel dos Rangers", construído em 1970 e inaugurado na temporada de 1970/1971. Com o crescimento populacional e a necessidade constante de se aumentar o efetivo de guarda-vidas no município, em 1983 foi doado pela Paranatur, um imóvel dentro do próprio terminal turístico de Matinhos, nas atuais instalações, para o fim específico de apoiar o serviço de guarda-vidas e do próprio efetivo operacional destacado no município.



Turma de Guarda-Vidas - 1976



Curso de Guarda-Vidas
17/02/1970 - Guaratuba



Turma de Guarda-Vidas de Guaratuba - 1976



Instrução Bombeiros Infânteis
Instrutor Cpl. Cuernetti 1977



Guarda-Vidas

1980-1989



Posto Guarda-Vidas - Atami
Pontal do Paraná - 1985



Guarda-Vidas - Operação Verão
Santa Terezinha - 1987/88



Curso de Guarda-Vidas - 1983



Quartel de Guaratuba - Dezembro de 1984



Construção quartel Sta. Terezinha - 1984



Praia de Leste - Instrução com infláveis



Praia Brava - Matinhos 1985



Operação Verão 1983/84
Matinhos



Torre de Observação - Calheta 1983

PONTAL DO PARANÁ

O serviço de guarda-vidas em Pontal do Paraná, que havia se iniciado na temporada de 1972 e era desempenhado pelo efetivo de Matinhos que se deslocava todo dia, em viaturas, para a execução do trabalho, passa, devido a grande necessidade de guarda-vidas em Pontal do Paraná, a ficar baseados no quartel da Polícia Militar do Paraná, sendo que na temporada de 1983/1984 se dividiram entre o alojamento do quartel da Polícia Militar e na escola municipal do Balneário de Shangri-lá e no ano de 1984 inaugurou-se a sede do Grupamento do Corpo de Bombeiros de Pontal do Paraná, localizado no balneário de Santa Terezinha, com estrutura toda em madeira, que se originou da desmontagem do quartel antigo de Matinhos. A implantação oficial do Quartel Central do Corpo de Bombeiros de Pontal do Paraná ocorreu em 25 de julho de 1987, já em alvenaria.



Destacamento - Praia de Leste 1980



Guarda-Vidas

1990-1999



Quartel Corpo de Bombeiros
Santa Terezinha - Pontal do Paraná



Posto de Guarda-Vidas
Pontal do Paraná - 1993



Fermeture do Curso de Guarda-Vidas - 1996



Quartel do Corpo de Bombeiros
Pontal do Paraná - 1998



Viatura Auto Ambulância
Corpo de Bombeiros de Paranaguá - 1997



Eletivo Corpo de Bombeiros
Guaratuba - 1991



Sky Belt e nadadeiras para
salvamento aquático



Posto de Guarda-Vidas Santa Terezinha I
Pontal do Paraná



Sistema de sinalização de praia - adotada pelo Corpo de Bombeiros



Em 1991 o Corpo de Bombeiros recebeu 4 (quatro) motocicletas Agrale motor SST 13,5 que seriam usadas na Operação Praia ainda daquele ano. Em janeiro de 1992 foi entregue ao Corpo de Bombeiros 5 (cinco) motos aquáticas para uso no litoral. Elas se tornariam um instrumento essencial no auxílio dos guarda-vidas nas operações de incidente em meio líquido, representando uma maior efetividade no atendimento às vítimas.

Na temporada de 1996-1997, cria-se a competição "Copa Elite" hoje conhecida como "Troféu Elite". A competição conta com a participação de boa parte do efetivo de guarda-vidas, e tem o intuito de realizar a integração e o congraçamento entre o efetivo, chegando-se ao guarda-vidas mais completo fisicamente e tecnicamente, o chamado "guarda-vidas de ferro". As provas realizadas avaliam a técnica e a resistência dos bombeiros e foram idealizadas inicialmente nos moldes da ILS (International Life Saving) quais sejam: aquathlon (1000 metros de corrida na areia fofa, 1000 metros de natação no mar e 1000 metros de corrida na areia fofa), salvamento de vítimas com pranchão, salvamento de vítimas com cinto de salvamento e a divertida corrida ao pé-de-pato.

Paranaguá

No município de Paranaguá, o serviço de guarda-vidas se torna presente a partir da década de 90, em período de operação verão, efetivando-se com o aumento da presença populacional e a frequência de banhistas nas localidades da Ilha dos Valadares (Posto de Guarda-Vidas Mar De Lá, atual Posto de Guarda-Vidas Valadares) e Ilha do Mel (Posto de Guarda-Vidas de Encantadas e Nova Brasília).



Guarda-Vidas

2000-2004



Salvamento



Formatura do Curso de Guarda-Vidas Civil Guaratuba-2004



Acidente com Veleiro Matinhos
17 dezembro-2001



1º Campeonato Sul-Americano de
Salvamento Aquático Santa Catarina - 2004



Salvamento Praia Central Guaratuba



Placa de Perigo
Risco pontal (correntes de retorno, valas vivas)



Queda de Veículo no Ferry Boat - Guaratuba



Quartel do Corpo de Bombeiros Guaratuba



Quartel do Corpo de Bombeiros Guaratuba



Guarda-Vidas com Criança Perdida



Transporte Médico

No início do ano 2000, por necessidade de serviço, o Corpo de Bombeiros do Paraná começou a trabalhar com civis voluntários, como guarda-vidas. A situação pretendida era proporcionar um melhor e mais eficiente atendimento através do aumento do número de Postos de Guarda-Vidas, mediante a adesão de civis voluntários, que atuariam em suplemento e sob a supervisão dos Bombeiros Militares. A formação consistia em uma parte teórica e outra prática, com carga horária de 285 horas/aula, que se realizava durante todo o período da operação verão desempenhada somente se o guarda-vidas civil fosse considerado apto através de exaustivos testes teóricos e práticos.

Equipamentos se aperfeiçoaram e novas técnicas surgiram com a implantação da prancha de salvamento aquático adotado pelo Corpo de Bombeiros do Paraná na temporada de 2004-2005. Sua utilização evidencia-se pela facilidade em vencer grandes deslocamentos de forma rápida, além de ser um equipamento eficiente na parte de prevenção. As técnicas de salvamento com pranchão permitem o resgate de vítimas consciente e inconsciente. Suas dimensões podem variar conforme as características de mar e a forma de utilização, sendo ideal que seja no mínimo de 9 (nove) pés e que tenha uma boa capacidade de flutuação para sustentar no mínimo uma vítima e um guarda-vidas.

Morretes e Antonina

Nesses municípios o serviço de guarda-vidas se faz presente na localidade de Ponta da Pita (Antonina) e Rio Nhundi-quara (Morretes), em período de operação verão, desenvolvendo-se dentro da rotina dos Postos de Guarda-Vidas.



Guarda-Vidas

2005-2009



Apresentação da Tropa - 2004-2005 Guaratuba



Campeonato de Salvamento Aquático
Chegado do Banhinho - Guaratuba 2009



Corrida no Pó de Pato - Troféu Elite - 2005



Embarcação - Barco Inflável de Salvamento



Orientação ao Banhista
Moto Aquática de Salvamento



Posto de Guarda-Vidas Café Curuçação - Guaratuba



Salvamento um só Guarda-Vidas



Treinamento 1º Curso de Guarda-Vidas
Bombeiro Militar com Mulheres no Paraná - 2005



Troféu Elite Salvamento com Pranchão
2005-2006



Troféu Elite Salvamento Com Skyball

Na temporada de 2004-2005 o Corpo de Bombeiros do Paraná adota novos padrões de equipamentos para os guarda-vidas, bem como padrões mínimos de equipamentos de proteção individual para tripulantes de embarcações.

No ano de 2005 realiza-se primeiro concurso público para a contratação de mulheres dentro da corporação, fato histórico desde sua criação em 1912. Na temporada de 2005-2006, asformandas participaram do Curso de Guarda-Vidas para Bombeiros. Na história do guarda-vidas as mulheres fizeram parte pela primeira vez na temporada de 2000-2001, quando da criação do "Guarda-Vidas Civil" contratadas pelo sistema de voluntariado.

Em 2007 retoma-se o uso das bandeiras nos padrões internacional. Em 2008 estabelece algumas regras para seu uso e em 2009, reestabelece critérios aplicáveis em todo o Estado do Paraná para a sinalização por bandeiras nas praias do litoral e nos balneários de água doce, naturais ou artificiais, fluviais ou lacustres, de acordo com a Portaria nº. 002 de 09 de Abril de 2009 revogando a Portaria nº. 005, de 01 de julho de 2008.

Na temporada 2007/2008 o Corpo de Bombeiros do Paraná passou a tratar o afogado através dos GRAUS DE AFOGAMENTO, graduado de 1 (um) a 6 (seis), do mais leve para o mais grave, além das denominações de Resgate (vítima não aspirou líquido) e Óbito.

O Centro de Treinamento Aquático Guaratuba (CTA), construído na temporada de 2007-2008, teve sua inauguração em 23 de janeiro de 2008. Os guarda-vidas dantes alojados de forma precária passaram a contar com uma estrutura de 2000 (dois mil) metros quadrados, suítes para 6 (seis) guarda-vidas num total de 96 (noventa e seis) leitos, 2 (duas) salas de aulas, academia de ginástica e área para implantação de piscina.





Guarda-Vidas

2010-20..



1º Embaixamento Militar do Surf do Corpo de Bombeiros do Paraná - Guaratuba 2012



Abertura do Posto de Guarda-Vidas Drejatubal Guaratuba 2012



Barco Inflável de Salvamento em Ronda



Centro de Treinamento Aquático Guaratuba 2012



Chegada da Traveessa dos Veteranos Guaratuba 2012



Embarque de Resgatista (SAR) no Falcão 04 Praia Mansa - Malhinhos



Incidente com Embarcação na Entrada da Barra do Guaratuba - 2011



Moto-Aquática de Salvamento - Treinamento



Posto de Guarda-Vidas Pomba Branca o Voto das Ceilins - Guaratuba 2012



Prevenção da Traveessa - Guaratuba 2012



Tratando Incidentes com Água-Viva



Utilização de UTV's Pontal do Paraná 2012



Viaturas e Equipamentos 2012



Guarda-Vidas em Ronda Preventiva Praia Central do Guaratuba - 2012



Black - O mascote

O Corpo de Bombeiros do Paraná na "Operação Verão" conta, desde 1994, com o apoio do helicóptero do Governo do Estado. Em outubro de 2010 o Serviço Aeropolicial foi transformado em Grupamento Aeropolicial - Resgate Aéreo (GRAER). A missão do GRAER é o apoio aéreo no policiamento ostensivo, no socorro público, nas ações de defesa civil, nas ações e operações policiais militares e bombeiros militares, no apoio a órgãos federais, estaduais e municipais em todo território nacional, em missões de segurança pública, no transporte de autoridades e em todas as demais ações de preservação da ordem pública. Para o serviço de guarda-vidas a aeronave tornou-se fator essencial para a execução de rondas ostensivas, apoio em salvamento, busca e resgate aquático, além de transporte aeromédico de vítimas de incidente em meio líquido, aumentando efetivamente o tempo de sobrevivência dessa vítima.

Cria-se o memorial do guarda-vidas do Corpo de Bombeiros do Paraná no ano de 2013 possuindo em seu acervo materiais didáticos, documentos internos da instituição, fotografias, equipamentos e fardamentos da época que relatam a história das atividades de salvamento aquático no Estado do Paraná. O Memorial relata e perpetua ao longo dos anos o cinquentenário do serviço de guarda-vidas tornando-se um instrumento histórico em constante construção. É o resgate e valorização da história dos guarda-vidas e de sua identidade. Um trabalho realizado com muita pesquisa e dedicação por mãos de bombeiros militares.



Guarda-Vidas

Guarda-Vidas - Sua Missão

Como uma constante e em busca do aprimoramento institucional a fim de dar à sociedade proteção e segurança em meio líquido, as técnicas de salvamento foram sendo aperfeiçoadas, evoluíram as embarcações de salvamento, foram adotadas as "pranchas de salvamento" e elas evoluíram, "motos aquáticas" e aeronaves foram disponibilizadas para apoio ao serviço atuante de guarda-vidas. Atualmente, os postos de guarda-vidas passam dos 100 (cem) em todo o litoral paranaense, as orientações aos banhistas, passam dos 100.000 (cem mil) por temporada e os incidentes em meio líquido (salvamento e afoga-

mento) com vítimas variam de temporada para temporada, de 900 (novecentos) a 1400 (um mil e quatrocentos) atendimentos pelo Corpo de Bombeiros do Paraná.

Este Memorial é criado em homenagem a todos que fizeram, fazem e farão parte da Instituição Corpo de Bombeiros, 50 (cinquenta) anos das atividades de Guarda-Vidas, 100 (cem) anos de profissão Bombeiro no Estado do Paraná, onde: "Por uma Vida, Todo Sacrificio é Dever". **1962-2012.**

Fonte: Historiador / Bombeiro; Soldado Marlon Ricardo de Assis **Bastos.**





Fachada frontal do memorial, parte externa.



Painéis com iconografias e a historicidade da atividade dos guarda-vidas.



Parte interna do memorial.

Ao fundo, painéis com o histórico da atividade de Guarda-vidas; na parede central encontra-se um pergaminho artesanal em acrílico com a “Oração de um Guarda-vidas”, na lateral esquerda a primeira moto aquática, “MA-01” e uma raiz de figueira representando uma onda.



Marlon Ricardo de Assis Bastos, bombeiro militar e historiador responsável pela idealização, pré-projeto, iconografias e historicidade do memorial do guarda-vidas do Estado do

Oração de um Guarda-vidas

“Senhor Deus de infinita bondade, Autor e Conservador da vida:

Ajude-me a superar esta dificuldade em que me encontro agora.

Ajude-me a ultrapassar este mar, para aquela vida salvar.

Pai de misericórdia, a mantenha na superfície até que eu possa chegar e, por favor, não a deixe afundar.

Aumente minha força e velocidade, não deixe o meu olhar dela escapar.

Obrigado, Pai, por ela eu alcançar e, agora, para areia me permita voltar.

Não me abandone Senhor, não deixe o pavor me dominar, elimine minhas câimbras e minha dor muscular, pois com esta vítima, eu tenho que voltar.

Segure por um instante as ondas do mar, para que esta vítima eu possa salvar.

Mas, se algum dia, alguma vida tiveres que levar, por favor, não deixe a culpa me assombrar, mas sim me dê a paz para continuar na missão de salvar.

Pai Santo, me permita ser o seu olhar, a atenção vou redobrar.

Dai-me a concentração e a percepção, não me deixe falhar.

E se de mim precisar, pode contar, pois ser Guarda-vidas é mais que se doar.”

Amém

Letra e Arranjo :

Marlon Ricardo de Assis **Bastos**

BASTOS (M. R. A)

A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA DE INSTRUÇÃO NA PMPR: CORONEL MICHALISZYN E SEU LEGADO PARA O FUTURO DA CORPORAÇÃO

Gerson Luiz BUCZENKO³⁴



O presente texto tem por objetivo relatar o processo de consolidação da estrutura de ensino e instrução na Polícia Militar do Paraná, além de outras realizações que ocorreram sob o Comando do Coronel PM Antonio Michaliszyn, de saudosa memória. As informações aqui relatadas se devem em grande medida a pesquisa realizada pelo Capitão QOPM Rafael Gomes Sentone, divulgada por meio da obra “Histórias não contadas: Relatos dos Comandantes Gerais da PMPR”, publicada com o apoio do Departamento Cultural da Associação da Vila Militar (AVM) no ano de 2021.

Assim, de grande envergadura na atualidade o ensino e instrução na PMPR acompanharam as mudanças estruturais da Educação, mesmo diante dos cenários turbulentos vividos pelo país, como os momentos em que Getúlio Vargas foi Presidente da República, com a breve experiência democrática de 1945 a 1964, o período da Ditadura Militar de 1964 a 1985, os momentos de reabertura e retorno da democracia de 1985 aos dias de hoje, onde ainda, infelizmente a Educação é afetada por direcionamentos políticos conservadores e empresariais. Dessa forma, com o passar do tempo à estrutura da PMPR foi se fortalecendo, chegando aos dias de hoje com uma Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) – Escola Superior de Segurança Pública, que em sua composição agrega a Escola de Formação de Oficiais (EsFO), a 1ª Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças (EsFAEP) e a 2ª Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças (EsFAEP³⁵), com sede em Maringá, entre outras atividades que são desenvolvidas voltadas para o ensino e instrução na PMPR.

³⁴ Militar Estadual Inativo (Ten.-Cel. PM RR). Possui licenciatura em História - Faculdades Integradas Espírita, licenciatura em Pedagogia - Centro Universitário Internacional. Especialização em Administração Policial - UFPR/APMG, Especialização em História Cultural - Centro Universitário Claretiano. Diplomado pela ADESG. Mestrado em Educação e Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Pós-Doutorado em Educação na Universidade Tuiuti do Paraná. É Coordenador dos Cursos Superiores de Tecnologia em Segurança Pública, Gestão do Trânsito e Mobilidade Urbana e Investigação Profissional no Centro Universitário Internacional - Uninter. Membro Efetivo da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná (Titular da Cadeira – 20).

³⁵ Em 2010 a APMG inova, criando a 2ª EsFAEP, formalizada em 15 de dezembro daquele ano, através do Decreto Estadual nº 9.004. Essa segunda Escola está sediada no município de Maringá/PR, a fim de melhor atender às demandas de ensino no

Além destas Escolas, a APMG tem em sua estrutura de ensino o Centro de Estudos Estratégicos, o Centro de Pesquisa, a Coordenação de Cursos de Especialização para Oficiais e os Departamentos de Ensino. Conta ainda com uma Divisão Administrativa, que possibilita o planejamento e a execução do ensino na PMPR.

O Curso de Formação de Oficiais (CFO/PM/BM), segundo a APMG (2021³⁶), é reconhecido como equivalente a curso superior desde o ano de 1968, conforme Parecer nº 400/82 do Conselho Federal de Educação, publicado no Diário Oficial da União nº 170, de 6 de setembro de 1982. No ano de 2012, a Academia Policial Militar do Guatupê passou a fazer parte do Sistema Estadual de Ensino, sendo reconhecida como Escola Superior de Segurança Pública, com a autorização da oferta do Curso de Bacharelado em Segurança Pública e Cidadania, pelo Decreto Estadual nº 4.491, de 09 de maio de 2012. Assim, os egressos do Curso de Formação de Oficiais passaram a ter o título de Bacharel em Segurança Pública e Cidadania. O CFO-PM teve seu título acadêmico reconhecido através da Portaria nº 027/2020, da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.681, de 07 de maio de 2020. Atualmente, a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê é vinculada academicamente à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), conforme art. 6º da Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013.

Segundo a Associação da Vila Militar (AVM, 2021³⁷) a 1ª Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças completou 41 anos de existência. Atualmente a 1ª EsFAEP integra a Academia Policial Militar do Guatupê, na mesma estrutura em que funcionava o antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP). O CFAP foi criado através da Lei Estadual nº 6.774/76 e começou a funcionar em 10 de março de 1976 e o primeiro curso da instituição teve início em 22 de março do mesmo ano, sob o Comando, à época, do Major Wilson Odirley Valla.

Em relação à Academia Policial Militar do Guatupê (APMG, 2021³⁸), verifica-se que em 1931, por meio do Decreto nº 1.761, o General interventor Mário Tourinho criou o Centro de Preparação Militar, o qual pode ser considerado o vetor que apontava para a futura Academia Policial Militar do Guatupê.

Naquele Centro, localizado nas dependências do Quartel do Comando Geral da PMPR, eram formadas as praças da Corporação, sendo os oficiais formados no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Exército Brasileiro. Tal situação perdurou até 27 de fevereiro de 1950 quando o governador do estado do Paraná Moysés Lupion aprovou o Regulamento de

³⁶ Disponível em: <<https://www.apmg.pr.gov.br/Pagina/Curso-de-Formacao-de-Oficiais-Policiais-Militares-CFO-PM>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

³⁷ Disponível em: <<http://www.avmpmr.com.br/site/1a-esfaep-completa-41-anos-de-historia/>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

³⁸ Disponível em: <<https://www.apmg.pr.gov.br/pagina/historico>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

Funcionamento do Curso de Formação de Oficiais Combatentes (CFOC) da Polícia Militar do Paraná, por meio do Decreto nº 10.649. A unidade-escola funcionou por breve período na Avenida Dr. Vicente Machado, nº 423, no centro de Curitiba. Com o decorrer do tempo as instalações existentes não correspondiam às necessidades do ensino da Corporação.

Logo, buscou-se outro lugar para estabelecer o centro de ensino da PMPR. Dessa forma, em 1966 foi escolhida a área da antiga sede da Fazenda Guatupê, localizada às margens da rodovia BR 277, no município de São José dos Pinhais, para a construção da Academia.

Com um total de 42 (quarenta e dois) alqueires, o equivalente a 1.017.000 m², iniciou-se a construção desta Casa de Ensino, no local que outrora o governo havia instalado uma granja para a criação de frango e produção de ovos, além de leite e seus derivados. O nome ou palavra Guatupê é de origem Tupi Guarani, sendo uma evolução da pronúncia original de “guaxupé”, que significa “abelha que faz cume na terra”.

Como se tratava de uma fazenda cujos proprietários eram oriundos da região de Guaxupé, Minas Gerais, acabaram por batizar com este nome aquela propriedade rural, pois no local encontraram características semelhantes entre as duas regiões. Com a mistura entre fazendeiros e indígenas, a pronúncia mudou para Guatupê, que em Tupi Guarani significa “lugar de ordenha”, fato motivado devido a então produção intensa de leite e queijo.

A Obra foi inaugurada oficialmente em 8 de março de 1971, pelo então Governador Paulo Cruz Pimentel, através do Decreto nº 22.653, recebendo o nome de “Academia Policial Militar do Guatupê”, tendo como primeiro Comandante o Coronel Oskilde Marcos Malucelli.

Antes mesmo de sua inauguração oficial, no primeiro ano das obras (1966), teve início de forma bastante precária o Curso de Formação de Cabos Especialistas e, em 1969, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento mudou-se de Curitiba para a APMG de forma definitiva, acontecendo à realização de alguns cursos, ainda que durante o andamento das obras.

CORONEL PM ANTONIO MICHALISZYN: SEU LEGADO PARA O FUTURO

Uma Corporação centenária como a Polícia Militar, que nasce praticamente junto com o próprio Estado do Paraná, compondo assim, de forma indelével, a História do Paraná, se faz no seu dia a dia com homens e mulheres e seus familiares, que direta ou indiretamente influenciam na constituição da História da própria Corporação.

Por vezes, a dedicação em prol das missões que são impostas se sobrepõe à família, amigos, religiosidades e à própria vida, colocando o policial militar na atuação em defesa do Estado em sua figura maior, momentos em que se funde a figura do policial militar com a do próprio Estado.

Apesar de seus integrantes, na maioria das vezes, não fazerem parte do corpo político-econômico que se propõe a governar o Estado, a Polícia Militar enquanto instituição pública perene tem missões constitucionais que lhe garantem a obrigação legal de manter o cumprimento da Lei e da Ordem, impondo aos seus integrantes essa árdua missão.

Muitos Praças e Oficiais da Corporação desempenham as missões de forma exemplar em seu cotidiano de trabalho, por vezes, anônimos, aos olhos da sociedade. Aos Oficiais da Corporação, outras instâncias são exigidas, como a fidelidade às pessoas, em razão do cargo que ocupam dentro da estrutura estatal, mesmo que estas, em certos momentos, não representam de forma plena às vozes da população que, em tese, nos termos do processo democrático, elegeu o grupo que ocupa provisoriamente o poder.

Assim, uma fidelidade que traz, em certos momento dissabores e desequilíbrios para o Oficialato é tão complexa como o próprio conceito de Estado, amplamente debatido no passado e no presente e que, ora expõe virtudes e atitudes em prol de um bem maior, ora demonstra o poder exercido em benefício próprio por alguns, em detrimento da coisa pública, que é de todos em sentido lato e na utópica perspectiva democrática, considerando o processo de apropriação do Estado por parte das Elites tradicionais no país.

Nesse cenário, dentro do devido processo histórico, alguns nomes se destacam, principalmente pelas iniciativas que são tomadas pensando-se em um bem maior, com o da própria Corporação e de forma indireta ao próprio Estado.

Esse é o caso do Coronel Antonio Michaliszyn, natural de Mallet/PR, que nasceu em 13 de setembro de 1925, filho de Teodoro Michaliszyn e Fatiana Michaliszyn. Foi casado com Eulália Brasil Teixeira desde 1946, teve seis filhos: Luiz Antonio, oficial da reserva, advogado e delegado da Polícia Civil (falecido); Paulo Roberto, médico (falecido); Regina Célia, assistente social; Rita de Cassia, arquiteta; Mario Sergio, sociólogo e antropólogo; e Vicente Lúcio, agrônomo e advogado. Na juventude, estudou no Juvenato Marista Marcelino Champagnat juntamente com seus três irmãos, em regime de internato.

Em 1942 Ingressou como Soldado na Polícia Militar do Paraná aos 17 anos de idade. À época, um de seus irmãos, que era Cabo da PMPR, o viu lavando louça em um restaurante e então disse que ele também iria ingressar na polícia.

Como era menor de idade, precisava da autorização de seu pai, que não estava na cidade, então foi necessário solicitar ao juizado de menores a devida autorização para ingresso. Já na Corporação, realizou os cursos de Cabo e Sargento e galgou os postos do oficialato. Seus dois irmãos mais velhos, praças da PMPR, um deles, do quadro de mecânicos, o acompanharam durante a carreira.

Como praça, atuou em funções operacionais e administrativas, como a de estafeta. Foi lotado no 1º Batalhão de Infantaria (em uma época em que a Força Policial dividia unidades

com as Forças Armadas), no Esquadrão de Cavalaria, na Penitenciária, na Companhia Escola e na Guarda do Palácio Internacional.

Foi promovido a Aspirante a Oficial, pelo governador do Estado, em outubro de 1948, sendo classificado no Centro de Preparação Militar em Curitiba, período no qual foi instrutor de tiro nos Cursos de Formação de Cabo e Sargento, Organização de Terreno e Transmissões. Recém-promovido a Segundo-Tenente em 1949, foi indicado para exercer a função de ajudante de ordens do Secretário do Interior e Justiça em diversas oportunidades até o ano de 1956. Suas promoções ao posto de Capitão e de Major ocorreram pelo critério de merecimento. Após a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, em dezembro de 1957, foi designado para a função de Diretor de Ensino do Centro de Formação e Aperfeiçoamento.

Em 1963, retornou do interior do Estado, onde permaneceu por quase toda carreira como oficial em inúmeros municípios. No posto de Tenente-Coronel Michaliszyn foi também membro suplente da Comissão de Promoções de Oficiais a partir de 1963, e posteriormente titular, quando promovido ao posto de Coronel. Em 1964 foi designado para ser Diretor do Departamento de Provisão Geral e em maio de 1964, entrou no quadro de acesso para a promoção ao posto de Coronel, vindo a ser promovido, em outubro de 1965.

Nesse ano, foi Diretor Superintendente da 3ª Olimpíada das Polícias Militares do Brasil, sediada em Curitiba/PR. Em primeiro de fevereiro de 1966, recebeu com muita surpresa e alegria a notícia da indicação ao Cargo de Comandante Geral da PMPR, vinda do então deputado estadual Aníbal Khury, o qual foi detentor de amplo poder na política paranaense e ditou muitas das decisões no âmbito político regional.

No decorrer de seu Comando, em certo dia, em seu gabinete, foi questionado pelo governador do Estado, Paulo Pimentel, sobre seu plano de comando à frente da Corporação, respondendo ao mesmo que suas ações estariam pautadas em três grandes áreas: saúde, educação e segurança.

EDUCAÇÃO

Em dada oportunidade, o Coronel Michaliszyn levou o governador Paulo Pimentel até a Escola de Formação de Oficiais que funcionava em uma casa, na Rua Vicente Machado, em Curitiba, lá, reuniu oficiais da escola e pontuou todas as dificuldades do ensino e instalações para a formação dos oficiais da PMPR.

O governador acatou as reivindicações e, posteriormente, canalizou verbas para a construção do que viria a ser a Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), no terreno de indicação do Coronel. Foi uma grande força-tarefa realizada para que, no município de São José dos Pinhais, fosse construída e estabelecida a APMG.

Com a mesma estratégia, utilizando-se de sua proximidade com o governador, também o convenceu de que não só os policiais militares eram dignos de um ambiente promissor para sua formação, mas também os filhos da família miliciano mereciam.

Tocado novamente pelas condições da área onde esses alunos estudavam, Paulo Pimentel concordou que a Polícia Militar carecia de nova estrutura, havendo então a mudança efetiva do Colégio da Polícia Militar, em 1970, para a Rua Almirante Gonçalves, no bairro Rebouças.

No final da década de 1960, o Curso de Formação de Oficiais (CFO) tinha duração de cinco anos, sendo alterado para três anos quando passou a ser exigido o científico para ingresso (Ensino Médio completo). O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais tinha duração de um ano. Para as praças, a formação de Sargentos tinha duração de oito meses; e a formação de Cabos e Soldados, seis meses. Todas compunham os cursos da Escola de Formação de Graduados (EsFAG). As provas para concorrer ao ingresso exigiam conhecimentos de português e matemática, além de geografia e história do Paraná e do Brasil.

FARDAMENTO

Para compor o fardamento, o Estado concedia a cada policial, à época, sete metros de tecido brim na cor cáqui e um par de coturno. Quando o Coronel Michaliszyn assumiu o Comando da PMPR, a situação da tropa era muito ruim.

Quase não era possível fazer uma peça de fardamento com o tecido recebido, e o coturno, muitas vezes, era vendido pelos policiais militares para poderem comprar gêneros alimentícios, pois a condição salarial era vergonhosa para os dignos representantes e defensores do Estado. Todo mês, no entanto, certa quantia era descontada do pagamento dos policiais para garantir que recebessem o tecido e peças do fardamento, verba chamada, à época, de Conservação de Uniforme.

Assim, mais uma vez lançando mão de sua aproximação com o Poder Executivo, o Comandante relatou que os policiais tinham descontados cerca de Cr\$30 (trinta cruzeiros) para aquisição de fardamento, uma quantia ao mesmo tempo irrisória, diante das necessidades e do prestígio de que gozava a Instituição perante a sociedade paranaense, e expressiva, se considerada a situação precária do salário dos policiais à época.

O governador, observando os policiais, comentou que tinham uma apresentação lastimável. Aproveitando o ensejo, sugeriu que poderia mudar aquela situação para a Polícia Militar revertendo um percentual do montante geral que era descontado para o fardamento de forma a ser utilizado efetivamente, uma vez que o desconto era apenas para garantir o direito que de fato não ocorria. A quantia percebida pelo Comandante foi alta, tornando possível

comprar muitos metros do tecido tergal em São Paulo para fazer novo fardamento, além de promover reformas em Unidades, como a construção da APMG e do Colégio da Polícia Militar.

SEGURANÇA

As ações desenvolvidas no plano da segurança estavam focadas na descentralização da Polícia Militar, que estava muito congestionada, não havia lugares para instalações. Com o plano de comando que o norteava, o Coronel Michaliszyn deu início à construção de nove Batalhões, muitos deles inaugurados em sua gestão, que até aquele momento contava com o Batalhão de Guarda, o Batalhão de Trânsito e o Regimento de Polícia Montada.

No período em que Michaliszyn esteve à frente do Comando-Geral, foram criados os Batalhões de Maringá (4º BPM), Londrina (5º BPM), Cascavel (6º BPM), Cruzeiro do Oeste (7º BPM), Paranavaí (8º BPM) e Campo Mourão (11º BPM, inicialmente Companhia Independente).

Foi promovida uma nova estruturação do Batalhão Rodoviário, com a inclusão no texto da Constituição em 1967, sendo extinto do Departamento de Estradas e Rodagens/DER em 1968; do Batalhão Ambiental, com denominação de Corpo de Polícia Florestal, em 1967; e do Batalhão de Paranaguá (9º BPM), com a criação de destacamentos para a região litorânea, que até então era subordinada ao Corpo de Polícia Portuária, criado em 1961.

As propostas de criação de Batalhões foram realizadas a partir de estudos do Estado-Maior do Comando-Geral, porém a decisão final sempre era influenciada pelo cenário político. O poder político regional se manifestou perante o Chefe do Executivo promovendo suas regiões eleitorais. Nessa perspectiva, o Primeiro Batalhão foi direcionado para o município de Ponta Grossa, que detinha atuação e instalação em Curitiba, sendo transferido após esse ato. O primeiro enfrentamento ocorreu em virtude de não haver instalações físicas adequadas para a nova unidade, não sendo possível receber o contingente de policiais militares. Diante desse problema, o Comandante contou com a colaboração e cooperação do Corpo de Bombeiros para sediar provisoriamente os policiais em suas instalações e acolhê-los.

Após os Batalhões estarem devidamente instalados, as ações do governo do Estado e do próprio município foram estruturando e dando vida para esses espaços. Conforme novos Batalhões surgiam, outras regiões passavam a requerer as estruturas de segurança pública em suas cidades, alavancando uma rede política e social em prol da criação e emancipação de diversas unidades policiais militares.

Quando atuou como Delegado de Polícia em Cruzeiro do Oeste, função exercida por muitos anos, Michaliszyn tentou a instalação de um Batalhão no município, o que não foi aceito pelo poder político da época, sob a alegação de que a cidade era muito pequena. A unidade

então, foi instalada em Umuarama, que possuía um apelo político maior para a implantação de um Batalhão da PM.

O Batalhão de Londrina era uma das unidades importantes a serem instaladas. Em uma solenidade no interior do Estado, com a presença do Prefeito londrinense Dalton Paranaguá, o padre da paróquia chegou a dizer que trocava a Banda da Polícia Militar por um Batalhão na cidade, demonstrando a ânsia por policiais militares e pelas estruturas de segurança pública. Com o passar do tempo o 5º Batalhão foi criado e sediado em Londrina.

ASSOCIAÇÃO DA VILA MILITAR – AVM

Criada em 1963, a AVM passava por um momento muito difícil de descrédito entre os policiais militares pela falta de dinheiro e capital de investimento, além de estar com muitas dívidas e o nome empresarial “sujo” nos bancos para empréstimos.

Quando o Coronel Michaliszyn assumiu o Comando-Geral, foi-lhe sugerido que fechasse a AVM para acabar com esse e outros problemas. No entanto, confiante nas potencialidades que a Associação poderia ter para ajudar seus policiais, tratou de buscar auxílio do então Tenente-Coronel Antônio Celso Mendes, seu Chefe de Gabinete escolhido pessoalmente, e do Coronel Romano. No Banco Tibagi, no ano de 1966, solicitaram um empréstimo em nome do Comandante-Geral, pessoa física, para investir na AVM, pois nenhum banco aceitava mais solicitações da Associação.

Trouxe, então, um Sargento de sua confiança, advindo do interior do Estado, repassou a ele a quantia de dinheiro que havia requerido ao banco e determinou que abrisse uma loja para vender produtos aos policiais militares. A pequena loja servia como abastecimento com preços melhores à família miliciana, que não recebia bons salários.

Passados alguns meses da administração pelo Sargento, sob a coordenação do Tenente-Coronel Antônio Celso Mendes, foi possível saldar o empréstimo no Banco Tibagi, as dívidas de fornecedores e reerguer a AVM novamente.

CAPELA DA POLÍCIA MILITAR

Cristão devoto, Antonio Michaliszyn frequentou por muitos anos a capela da Polícia Militar, que quase foi tomada no período da Revolução. O desembargador Franco, como relatado na carta escrita pelo Coronel Celso Mendes, era conhecido de Michaliszyn quando este atuou como Delegado no interior do Estado, fazendo inspeções em cartórios, condição que levou a uma amizade sólida com o Coronel Michaliszyn.

Como Comandante, o Coronel procurou o Desembargador e lhe disse que o terreno onde se situava a Sociedade de Cabos estava sendo tomado por pessoas sem residência, moradores de rua e baderneiros. De imediato o Magistrado por meio do devido processo legal repassou o terreno para o nome da AVM, o qual, futuramente, veio abrigar a capela. Durante o período em que o Coronel Michaliszyn atuou como Comandante-Geral, havia três capelães. Um deles, capelão Gonzaga, acabou fugindo com uma das freiras com intuito de se casarem. Sabendo da fuga, o Bispo D. Pedro Antônio Marchetti Fedalto mandou embora todas as outras freiras da capela. O Comandante, descontente ao tomar conhecimento da ordem de saída das freiras, de imediato determinou que todas retornassem.

CORPO DE BOMBEIROS

Em seu Comando, o Coronel Michaliszyn pôde reestruturar o efetivo do Corpo de Bombeiros, que tinha previsão de 1 Coronel, 1 Tenente-Coronel, 2 Majores, 9 Capitães, 16 Primeiros-Tenentes e 43 Segundos-Tenentes, além de 1.086 praças. A mesma importância foi dada aos equipamentos e viaturas, quando, em 1966, foram adquiridos diversos caminhões de combate a incêndio, ambulância e até mesmo uma lancha.

FIM DE CARREIRA

Ao longo da carreira, o Coronel Antonio Michaliszyn deixou de gozar vinte e uma férias, contadas no acervo para efeitos legais. Agregou o tempo de serviço em dobro (2 anos, 7 meses e 13 dias) quando a Instituição foi mobilizada no período da 2.^a Guerra Mundial, entre 25 de setembro de 1942 e 8 de maio de 1945, quando ainda era Soldado e Cabo. Completou trinta anos de serviço em 09 de outubro de 1967.

Foi transferido compulsoriamente para a reserva remunerada em 14 de janeiro de 1974, com os proventos do posto de Coronel, acrescidos de 25% por tempo de serviço, 20% por gratificação policial militar categoria I e 15% por adicional de inatividade, fixando seus proventos em Cr\$ 68.268,00, o equivalente a $\frac{3}{4}$ do salário de um Secretário de Estado.

O POLICIAL MILITAR E SUA MISSÃO

Assim, o Coronel Antonio Michaliszyn, também pai, esposo e amigo de muitos deixou seu legado para a Polícia Militar, por meio de realizações que não se fizeram também de uma forma individual. Houve a atuação constante de outros Oficiais e Praças que não mediram esforços para que as realizações definitivamente ocorressem. Dessa forma, se vê materializar

a atuação do Policial Militar, do mais recente Praça ou Aspirante a Oficial ao mais antigo Coronel, todos, de forma inequívoca, atuam diuturnamente com suas ações no atingimento da missão da Polícia Militar. São muitos então, os anônimos, que vestem a farda e saem de seus lares para cumprir a missão maior da Corporação, permanecendo desconhecidos das Elites políticas que ocupam os cargos de gestão do Estado.

Esse Estado que também é do e para o Policial Militar, e que, por vezes, não reconhece a árdua missão desempenhada, desdenhando de tempos em tempos com parcos salários e, que, por vezes, incentiva a concorrência destruidora entre os Oficiais e entre os Praças, os mesmos que o defendem, se necessário, com o sacrifício da própria vida.

Assim, a História da PMPR e de suas Unidades se escreve de forma ampla, com o apoio de gestões políticas que se sensibilizam com a causa defendida por seus representantes, no entanto, essa mesma História ocorre também na caserna, de forma mais amíuade, com a contribuição de seres humanos Oficiais e Praças que não medem esforços para que o futuro da Corporação seja o melhor possível para as futuras gerações e, por consequência, para os cidadãos paranaenses.

“AVANTE PMPR”

Questionamentos sobre a atividade de preservar e salvar vidas no Corpo de Bombeiros e na Polícia Militar: reflexões provocativas para mudar ou reafirmar paradigmas históricos

Eduardo Gomes PINHEIRO³⁹



Este texto propõe pensar experimentando fugir, nem que por alguns instantes, de parte dos conceitos vigentes, de desconstruir talvez uma parte do que fora eleito como base para o estabelecimento de algumas doutrinas ao longo dos anos, de polemizar e de provocar o ego daqueles que se muitas vezes se consideram profissionais excepcionais e cumpridores das missões e atribuições previstas para os profissionais de segurança pública – policiais e bombeiros militares ou não.

Convém deixar um *disclaimer*, para os críticos de plantão que eventualmente decidam penalizar sem direito à defesa prévia o autor, enfatizando que não se tem a pretensão de estabelecer novas verdades ou de rotular pessoas, perfis de profissionais, estereotipando-os. É inخورável que não se trata de um texto científico, mas do registro da elocubração de ideias que se iniciou, sobre este tema, no ano de 2013 e que o tempo foi lapidando, às vezes deixando-o de lado, mostrando-se para alguns colegas, debatendo, mas longe de se tornar algo que encontrasse o ambiente propício para ser dividido em escala e, principalmente, registrado numa publicação como aqui se consagra.

A liberdade do exercício do pensamento, do questionamento e da dúvida sobre a efetividade do que se faz ao longo dos anos precisa acompanhar aquele que decide atuar na gestão de áreas estratégicas para a população, para o ambiente no qual se deseja haver desenvolvimento, progresso, como é o caso da segurança pública, onde este autor se insere. Não se trata de ousadia, de insubordinação, mas do dever de procurar reunir argumentos para que essa área possa acompanhar parte da dinâmica da sociedade, em todas as suas dimensões.

³⁹ Militar Estadual da Ativa (Major QOBM). Doutor e Mestre em Gestão Urbana pela PUCPR. Especialista em Emergências Ambientais, em Administração - Segurança Pública, em Metodologia do Ensino Superior e Educação à Distância e em Redução do Risco de Desastre e Desenvolvimento Local Sustentável. Pós-Doutorado em Gestão Urbana (PPGTU/PUCPR) dedicando-se ao desenvolvimento do Indicador Municipal de Proteção e Defesa Civil - IPDC - preparação para desastres. Fundador do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres do Paraná - CEPED/PR. Membro Efetivo da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná (Titular da Cadeira – 21).

Ninguém que leia este material com a rigorosidade habitual do ser militar tenderá a compreendê-lo, ao contrário, tende a repudiá-lo e condená-lo por apresentar uma forma diferente de análise. Não se deseja apenas criticar o que tenho vivido ao longo dos anos e o que a história registra num período muito mais antigo, que nos foi legado. Afinal, faço parte da mesma história a qual passo a questionar com alguns argumentos convidativos a uma maneira diferente de pensar, de olhar as mesmas coisas com lentes diversas para que se observem novos ângulos e matizes.

Ao contrário, tenho o dever de compartilhar algumas conclusões e possibilidades com todos que, como eu, escolheram dentre várias alternativas profissionais, dedicar seu tempo, energia e a própria vida a salvar a do próximo, dos nossos irmãos. Queremos e justificamos a cada instante conviver e enfrentar o risco na nossa atuação diária e ininterrupta ao bem comum da nossa sociedade brasileira, portanto, não se pode esperar menos do que a nossa máxima dedicação para que consigamos lograr êxito na nossa jornada.

Essa nova abordagem não se inspira numa espécie de maiêutica, mas a estruturação deste texto baseia-se num conjunto de perguntas que procuram, ao final, elucidar algumas questões que não são novidade, mas que possuem juntas, uma importância capaz de impedir que se perpetue a forma como as instituições têm tratado o tema ao longo da sua existência. Acredito que nesta apresentação estão contidas novas possibilidades de salvar vidas e melhorar o ambiente para a nossa sociedade, em termos de segurança pública.

Uma coisa que sempre me incomodou profundamente foi atender diversas ocorrências da mesma natureza com pessoas diferentes em cenários semelhantes. Por que isso se repete? Posteriormente, buscando o pensamento analítico-científico, a consideração de que, havendo repetição de um evento, devemos ter dentre eles similitudes, aspectos que se repetem e possibilitam sua recorrência. Tudo que se repete deve seguir a uma regra semelhante. E se decifrássemos algumas dessas regras, não poderíamos entender melhor o que atendemos, por que atendemos e, conseqüentemente, encontrarmos alguma forma para evitar que precisássemos atender novamente?

Isso não significa que queiramos trabalhar menos, mas, convenhamos, cada vez que um chamado de emergência ingressa, as perdas estão acontecendo e, algumas delas, como as vidas, são irreversíveis. Significa que podemos investir nossa energia no antes, na interceptação dos fatores que levam àquele acontecimento, pois podemos conhecer melhor cada um dos nossos atendimentos percebendo como atuar de verdade preventivamente. (decompondo-os)

Certa feita, uma frase fora dita por um bombeiro militar “Hoje apagamos incêndios na prancheta” (alguns acreditam nisso) – referindo-se à prevenção de incêndios e pânico a qual,

após sucessivas tragédias, começou a conquistar um espaço ainda reduzido, mas relegado no passado a planos inferiores junto à construção civil, especialmente.

Outro bombeiro repetiu um dos conhecidos refrões: “O incêndio acontece onde a prevenção falha”, ora, parecia fazer sentido, porque se a prevenção é de incêndios, seu objetivo deveria ser evitar que incêndios ocorressem e isso passaria pelo combate aos princípios de incêndio.

Entretanto, na práxis da atividade, com o passar do tempo e às custas de bastante trabalho e envolvimento, uma outra forma de observar a realidade descortinava-se: liberei locais como vistoriador por atender todos os requisitos legais e, dias após, cheguei a deslocar com as equipes de socorro para atender a um incêndio que destruiu tudo naquele mesmo local, completamente. Alguma coisa parecia estar errada, porque tudo o que podíamos e estava previsto para ser feito o fora antes daquela ocorrência (vistoria, exigência de equipamentos, projeto preventivo, emissão dos documentos de liberação para a concessão do Alvará de Funcionamento). O que teria faltado?

Não raramente escutam os bombeiros que, independentemente de posto ou graduação, costumam se irritar com o deslocamento de colegas que também tiveram uma vida operacional para funções que obrigatoriamente os afasta daquela rotina sem fim dos atendimentos, alegando que isso os faria deixar de serem bombeiros ou que estaria havendo a perda de uma espécie de “apetite” profissional e vocacional para escutar o alarme, embarcar na viatura, ouvir a sirene e vivenciar a emoção e adrenalina do inesperado que desafia, contido em cada atendimento.

Uma espécie de condenação moral a um considerado tipo velado de traição como se fosse uma quebra de pacto, a fuga dos princípios que regeram o “contrato” com o estado, o afastamento dos desejos que o teriam levado a vestir a farda, a fazê-la a segunda pele, a indecência do aparente despir-se desses aspectos motivadores.

Isso nada mais é do que um engano enorme, um completo equívoco pautado pela contaminação histórica da visão que vê mas não consegue enxergar a amplitude contida no trabalho policial e bombeiro possui. Preocupa-me que essas pessoas acreditam piamente na versão profissional do que é ser bombeiro que criaram dentro de si, muitas vezes culposa, porque foram contaminadas ou construídas em parceria com “modelos” de profissionais que impressionaram pela sua postura diante de algumas situações. O estereótipo operacional, ou melhor, o Altamente Operacional “A.O.”. Bombeiro bom é bombeiro operacional. O respeito da tropa, o sujeito linha de frente, que pega na mangueira, que opera o desencarcerador, que faz a descida no rapel, que aborda a vítima e faz o seu controle cervical, carrega a maca, que está à frente de todos da sua tropa, cuja farda carrega impregnado os odores, as cores, as cicatrizes de cada um dos maiores atendimentos que coleciona no seu vasto currículo. Há

beleza própria e romantismo nisso, sem dúvidas, além da experiência agregada que acompanhará o profissional ao longo da carreira.

Na atividade policial, o oficial que está ao lado do soldado ombreando, trocando tiros, sendo duro com a marginalidade e severo com os agressores, aquele que tem o seu próprio método de resolução de ocorrências, conquistando o medo de alguns e a admiração de outros.

Enfim, todos sabemos (ou deveríamos saber) que o Oficial ingressa na instituição para ser o seu gerente, o que envolve também funções específicas que a compõem, realizando o papel de gestor em segurança pública. O atendimento finalístico reserva-se à nossa linha de frente, sem ser, porém, contaminado com a visão de tropa de que enquanto “nós trabalhamos aqui na atividade-fim, o pessoal administrativo ou os desviados de função jazem na tranquilidade”, ou seja, “carregamos o piano – e ele está bem pesado”.

É necessário haver um conjunto sincronizado entre gestores e executores, cada qual cientes das escolhas feitas e do papel a ser desempenhado por cada um. Entretanto, o ideal profissional norteador de todas as ações precisa ser o mesmo, alinhado com as missões constitucionais previamente estabelecidas para nortearem todo o trabalho e a própria finalidade existencial das instituições.

Isso apenas confirma o aparente erro de visão que cultuamos ao longo do tempo e que, fosse apenas uma questão interna institucional, seria problema nosso, nossa cultura, nossa opção, mazelas da alma bombeiro ou policial que cada qual, na sua função, precisaria administrar dentro do seu ser. Mas não é. Trata-se de uma forma de pensar e agir que estreita nossa plataforma de ação e, por extensão, nossos resultados. Pode ser que muitos tenham morrido por pensarmos assim e sequer conseguiremos levantar dados ou estabelecer os devidos nexos causais para dar sustentação a essa possibilidade, mas é muito provável que sim.

Aí não custa lançarmos a pergunta: e se, por acaso, não estivéssemos fazendo o máximo possível para salvar vidas? Imaginem, nós, bombeiros, cuja missão é salvar, estarmos deixando de salvar por entendermos, culturalmente, que salvar é ficar no quartel aguardando que aquilo que as estatísticas permitem prospectar que vai acontecer se torne realidade e ceife vidas da nossa sociedade. Isso seria muito grave, além de paradoxal.

Afinal, nós podemos escolher como utilizamos nossos recursos humanos e materiais capacitados, resultado de pesados investimentos e complexidade para cumprir nossa missão constitucional, aquela para a qual a sociedade nos confiou a atividade profissional a qual dedicamos exclusividade e o sacrifício da própria vida.

Pois é, seria inteligente da nossa parte colocar a nossa vida em sacrifício e facilitar a sua exposição a riscos que poderíamos ter interceptado antes de se tornarem iminentes, eminentes

e se materializassem como emergências e desastres? Não seria, não é e nunca será. Mas, de certa forma, é isso que fazemos passivamente.

O que consideramos ser salvar vidas? Vejamos algumas possibilidades:

- estar preparado (treinado, instruído, com material, técnica e espírito profissional, etc.) para atender diversos tipos de ocorrências (incêndios, pré-hospitalar, salvamentos, etc.);

Oferecer condições para que o serviço operacional possa sair quando solicitado pela população para chegar rápido, com os meios adequados, atuar com segurança, técnica e tática reduzindo, assim, os danos e prejuízos (“Vidas alheias, riquezas a salvar”);

Alimentamos nossa sensação de êxito no contato direto com as situações nas quais nossa intervenção significa abreviar ou minimizar sofrimento, chega a parecer que nossa satisfação provém da certeza de que a nossa técnica, preparo, equipamento salvou aquela vida com a intervenção imediata, materializada pela nossa presença o que significaria (e significa em muitos casos) a diferença entre a vida e a morte de alguém;

A mentalidade reinante é a de que ser bombeiro é ouvir a sirene, entrar na viatura e, estando bem preparados e com os recursos adequados, conseguirmos “cumprir nossa missão”, salvar a vida daquela pessoa.

No entanto, essa visão e esses conceitos possuem algumas consequências, dentre as quais podemos escolher citar:

- Chegamos depois do havido e parte do êxito está relacionada a um tempo-resposta que não depende apenas do órgão emergencial (resulta de fatores como o trânsito, localização da unidade *versus* o local da ocorrência) e estamos restritos a um número menor de municípios comparado ao que o Estado possui;

a. O fato de chegarmos e atendermos não agrega à sociedade cultura para evitarmos que novos atendimentos semelhantes ou idênticos sejam reprisados, porém, com outros envolvidos, apenas atendemos aquele evento;

b. O modelo prevencionista atual depende da adesão da sociedade para que, ao ser fiscalizada, esteja cumprindo as normas. As edificações residenciais unifamiliares, onde ocorrem reiterados casos de incêndios, não estão no escopo da legislação vigente.

Com isso, é inevitável que nos façamos algumas perguntas, algumas ponderações:

- O que consideramos ser o possível estarmos fazendo é o máximo que podemos fazer?

1. O máximo que podemos fazer é o que devemos fazer?

2. Ser bombeiro é fazer todo o possível para salvar e preferencialmente chegar antes, até mesmo de haver qualquer contato direto com as potenciais vítimas?

3. Que “não há mérito algum em combater um incêndio que poderia ser evitado”, mas que precisamos transformar essa frase em atitude intra corporação;

4. Que reiteradamente atendemos ocorrências que podem ser evitadas, pois não se tratam apenas de acidentes, mas de um alinhamento de fatores que podem ser conhecidos, mas que historicamente não são interceptados tempestivamente em meio à dinâmica social.

A missão principal do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, não consiste em prestar o atendimento operacional (um dos seus trabalhos, culturalmente considerado objetivo principal), mas sim, em preservar a vida e o patrimônio dos paranaenses.

Para executar essa missão, pode estar havendo, há mais de um século, a concentração de esforços, planejamento e ações distribuídas desproporcionalmente sobrecarregando um eixo que impede a efetividade do cumprimento da missão.

Nesse sentido, a pesquisa e a comunicação são campos marginalizados sendo que, a pesquisa consiste em algo distante da instituição (e até mesmo da comunidade científica) e a comunicação se restringe ao atendimento à imprensa, normalmente tardio e buscando corrigir informações desfavoráveis à instituição, nem sempre se valendo dos argumentos mais verdadeiros, sólidos e consistentes para a tentativa de reparação do que já fora propagado. A ausência de uma comunicação adequada, possui reflexos diretos e inevitáveis sobre o serviço operacional, nenhum deles positivos para o cumprimento da missão.

Acredito que diante dos nossos olhos se encontra uma realidade a ser decodificada para que possamos melhorar nossa forma de trabalhar. Notadamente temos nas estatísticas algumas repetições constantes de número de atendimentos, de casos fatais, inclusive. Uma constância curiosa e intrigante que parece querer nos dizer alguma coisa: pode ser que tenhamos como prever alguns dos acontecimentos que amanhã serão as ocorrências, sem clarividência ou percepção extra-sensorial, mas com a adoção da ciência, do pensamento analítico, da pedagogia das emergências.

Não sei ainda se isso poderia se chamar de teoria prospectiva sobre emergências mas seria interessante dedicar algum estudo sobre essa avaliação. Afinal, quais são os fatores que proporcionam essas repetições se os mesmos fatos (natureza da ocorrência) ocorrem com pessoas diferentes, que não se conheciam, tinham quem sabe pouco em comum, mas que, em momentos distintos foram acometidas por situações idênticas, resultando na manutenção da tendência apontada pela estatística.

Seriam traços sociais? Conjuntos de aspectos inseridos no contexto das cidades? Resultado de uma cota trágica que o destino impõe sobre a sociedade? Deve existir como elaborar uma regra, uma equação que permita à ciência determinar esses motivos. Claro que sei que as emergências são consequência da forma como a sociedade se organizou, dos riscos assumidos, chamados aceitáveis, mas, o que intriga não é a consequência, mas a constância das repetições com pessoas diferentes, o que poderia significar a possibilidade de efetuar a previsão e agir a tempo.

Que tal se tivéssemos 95% de probabilidade que hoje, no período das 12h às 14h, uma pessoa do sexo masculino com idade entre 18 a 25 anos seria atropelada num determinado ponto da cidade? Qual seria a nossa atitude, ficar esperando no quartel a sirene tocar para irmos atender o resultado dessa previsão? Imagino que não, que pudéssemos desenvolver uma campanha imediata, se possível interceptar esse público-alvo para que isso não acontecesse.

Pode parecer inviável para alguns, e quem sabe até seja, mas temos as informações, temos a tendência, há como determinar o desvio padrão, temos como calcular a probabilidade, por que não? Estamos falando de salvar vidas, de usar conhecimento existente ou a ser produzido para essa finalidade. Quem sabe fosse o fim de uma passividade determinada pelo conformismo da permanência em regime de prontidão em favor da proatividade necessária para reduzirmos a parcela de responsabilidade que temos institucional e pessoalmente como profissionais nessa área, ou alguém acha que não temos nada a ver com isso?

Na minha leitura o quadro hoje proporciona a seguinte afirmação: atendemos milhares de ocorrências, preenchemos relatórios e mais relatórios, abastecemos um banco de dados e o ciclo continua. Poderíamos, do banco de dados produzir informação, gerar conhecimento e, aliado ao outro eixo estruturante da segurança - a informação -, divulgar, compartilhar com a comunidade, dentre as quais se encontram as vítimas de do futuro.

É admissível que a pessoa seja vitimada pela casualidade, pelo inesperado, mas jamais podemos admitir que nossa omissão por não extrairmos dos nossos atendimentos o aprendizado para que aquilo não ocorra novamente e, principalmente, divulgarmos essas informações para a sociedade, resulte na ocorrência de acidentes, com fatalidades e impactos sobre quem quer que seja pela falta da informação que temos ou que podemos produzir e divulgar – dependendo apenas de nós.

Quem é responsável pelas consequências fatais ou não que acometeram essa pessoa? Será que quem jurou que não mediria esforços para salvar as vidas e proteger a sociedade não estaria, nessa ótica, deixando de fazer algo que pode e, com isso, tornando-se corresponsável pela consequência? Eu creio que sim, que podemos fazer melhor que isso, que devemos isso a sociedade e a nós mesmos.

O policial e o bombeiro militar precisam assumir o controle desse ciclo, enxergar o todo, detectar as vulnerabilidades, as fortalezas, as ameaças e as oportunidades para agir fazendo tudo o que for possível para o cumprimento da sua missão. Uma entrevista pode salvar muitas vidas evitando, com a informação difundida, que grupos de pessoas se convençam a não incorrerem numa situação de risco, propagar isso com amigos, familiares, na sociedade, contagiando com informação útil a produção de conhecimento para deixar de concorrer a ingressas nas estatísticas.

Para concluir quanto à importância de uma mudança de gestão com a priorização dessas duas importantes áreas, a pesquisa e a informação, gostaria de avaliar algumas diferenças entre cada um de nós, militares da atividade policial ou bombeiro militar. O que nos diferencia das demais pessoas da sociedade da qual participamos, quanto aos aspectos ligados à segurança pública e proteção e salvaguarda da vida? Conhecimento técnico? Coragem? Vocação? Desprendimento? Tranquilidade nos momentos críticos e de maior exigência? Discernimento?

Acredito que o somatório desses requisitos, mas o conhecimento técnico – saber o que e como fazer na hora que tem que ser feito por quem esteja preparado com os recursos de apoio certo gera os melhores resultados. Fazemos bem isso, só precisamos, para ampliar o cumprimento da nossa missão, investir nessas áreas importantes, a partir do que realmente faz a diferença.

Certa feita um Capitão do Corpo de Bombeiros apresentou um trabalho que meritoriamente realizou, a partir de esforço próprio e interesse, desenvolvendo uma pesquisa sobre o perfil dos afogamentos no Paraná. Dentre várias causas, deduções e conclusões, um número surgiu na sua fala: se mantivermos a tendência teremos 347 mortos por afogamento no ano seguinte, no Estado do Paraná. Não podemos continuar fazendo o que sempre fizemos para continuarmos atingindo os mesmos resultados, ou seja, aceitar essa projeção e assistir a sua confirmação ao longo do ano. É hora de mudar, de pensar amplo de evoluir.

As pedras da praia de Itaguaçu

ROBERTO Rodrigues Menezes⁴⁰



*Venha cá, sinhá Nocensa,
venha ver o boitatá,
deitando fogo nas ventas,
queimando as coisas do ar.
Vou aí pra mode ver
este sujo Zé Deolindo,
que morreu e foi pro inferno
mas vive me aperseguinto!*
(Franklin Cascaes)

Em algum canto esquecido do século dezenove vivia no que seria hoje a praia de Itaguaçu, na parte continental sul da capital catarinense, chamada Desterro, uma comunidade de açorianos. Praia limpa, de águas de um azul puro e hialino, ainda não sujo nem embotado pelos efluentes escatológicos da modernidade.

Pescadores açorianos, na sua maioria, habitavam casinhas simples, de madeira sem pintura, ou de ripas e barro socado, telhas em calha, chão de terra batida, janelas e portas de madeira maciça. As casas se espalhavam entre as colinas verdejantes e a paradisíaca praia, tendo à frente delas uma estradinha simples de terra que acompanhava o contorno do mar. Desterro se situava para o norte, logo adiante, tendo que se atravessar o mar da baía para lá adentrar. Ranchos simples e humildes ao correr da branca areia da praia abrigavam baleeiras e canoas, companheiras da pesca de remos e vergas de bambus, ou de rústicas velas quando o vento assoprava.

Os peixes ali eram abundantes, o que não impedia que alguns cultivassem rocinhas de feijão, mandioca e milho nas encostas e vertentes. A estradinha de carro de boi podia levar o viandante até o Estreito, na outra baía, onde se fazia mais fácil atravessar o canal e chegar à ilha de Santa Catarina; ou no caminho contrário, levava à Praia Comprida e a São José da Terra Firme. A praia era toda de mar plano e calmo, desde que o vento sul não se apresentasse sibilante, sem qualquer tipo de obstáculo para a pesca e os banhos, estes ainda

⁴⁰ Militar Estadual Inativo (Cel. PMSC). Presidente da Academia de Letras dos Militares Estaduais de Santa Catarina. Membro Fundador e Efetivo da ALMEBRAS. Membro Correspondente da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná – ALMEPAR.

nada em moda naqueles tempos remotos. Nos anos sessenta e setenta do século vinte aquela praia se converteria num “*point*” da moda, frequentado por jovens cabeludos e meninas enfiadas em sumários biquínis, de corpo perfeito e maneiras bem mais desvoltas.

Mas, no primitivo tempo que estamos a percorrer, ninguém vestia qualquer indumentária que deixasse antever mais que os tornozelos, principalmente as senhoras e donzelas, sempre cuidadas por pais, maridos e irmãos vigilantes. As vestes eram de tecido grosso, sem cor, de cores neutras, um tanto despreocupadas com a vaidade. Mulheres e meninas viviam quase reclusas, o que tornou famoso ao longo do tempo e no relato dos navegadores, o ciúme que os ilhéus nutriam por suas mulheres. No entanto, todos esses cuidados não impediram que entidades mitológicas, muitas malignas e algumas benfazejas, vindas das belas ilhas dos Açores, viessem aqui habitar, unidas a outros seres noctívagos das crenças indígenas e africanas, fazendo seus os corpos de mulheres e homens. Bruxas, lobisomens, boitatás, mulas sem cabeça, o curupira, e até mesmo o Mefisto das trevas infestavam o imaginário popular daqueles esquecidos ermos.

No alto da colina, separada das casas que se alinhavam no sopé, dando vista para os contornos suaves da praia e seu promontório de rochas misturadas ao verde do mato, mais além o azul do mar da baía sul, erguia-se uma casinha de madeira nova, talvez a melhor moradia do lugar, habitada por um solitário homenzarrão de seus quarenta anos. Louro, alto e corpulento, de olhos imitando o azul do mar sereno, tez clara que se tornava vermelha quando o sol abundava, ele se chamava Otto e viera da Bavária, uma terra gelada de miríficas paisagens. Possuía algum gado, de onde tirava o leite e a carne para o sustento, além de roça nativa de milho, quase misturada com o mato, onde se entremeavam diversos pés de café



plantados a esmo. Bananeiras de folhas largas e troncos inclinados apresentavam magníficos cachos da fruta, abundante naquelas paragens esquecidas. Para chegar à morada do alemão,urgia percorrer uma picada que cortava o mato morro acima. Quando o mar se fazia propício, Otto descia para pescar. Alcançava cedinho a ponta norte da praia e de lá

vinha somente com o sol alto, sobraçando um balaio de vime com peixes diversos, destacando-se as cocorocas e corvinas. E assim ele levava a vida sem muito sobressalto, vida de rotina calma e quase modorrenta.

Uma vez por mês ia a Desterro e voltava sempre com alentadas patacas, obtidas não se sabe onde e como. Porém, o que mais incomodava os nativos quando se fuxicava sobre o Otto, era o fato de, nas noites de lua prateada e completa, acontecerem gritos e clarões estranhos no alto do morro, sempre em volta da casa do gajo.

Bem numa esquina, de um lado a estrada da praia e de outro uma vereda que sobe o morro e se afunda no continente, morava um casal de lusitanos. Seu Manoel, baixo e atarracado, viera de Trás-os-Montes com a mulher Clarinda, esta magra, quase esquelética, corpo de tábua aplainada e rosto anguloso, famosa por uma bem nutrida berruga na ponta do queixo. Dizia o povinho que era uma bruxa vinda da Lusitânia, expulsa de lá por suas companheiras de sortilégios. O casal possuía na casa uma bodega em que vendia as poucas coisas que conseguia buscar de barco em Desterro. Patacas quase não havia, tirante o Otto, e os negócios se desenvolviam mais na base da troca, operações que o seu Manoel levava a cabo com competência e mesmo ganância. Ele e o bávaro eram as pessoas mais abastadas do lugar, ou talvez as menos miseráveis.

Convivia com o casal uma mulata forte e de corpo rijo, bem torneado, no ardor dos seus trinta anos, que atendia por Tiana. Fora encontrada a vagar no cais da pequena Desterro e logo aceitou a oferta de emprego do Seu Manoel, pois não possuía parentagem, o que na maioria dos casos se revelava vantajoso. Mourejava de sol a sol, afirmando as comadres que além de tudo, ainda tinha que servir o português na alcova, pois o relacionamento do casal se limitava a grunhidos e imprecações. Não tinham filhos.

Ela não tinha meio de ficar grávida, não sabendo o casal, nem tendo procurado saber qual o problema, pois médico era luxo impensável. Depois, o tempo foi passando e os dois nunca mais dormiram juntos, preparando o Manoel, diligentemente, um quarto para cada um. Diziam alguns que ele não a mandava embora por medo de seus feitiços e encantamentos.

Numa casa ao lado morava outro casal de meia idade, que viera do norte num pacote. Aportaram na capital e rumaram para a vila, convidados pelo seu Manoel. Virgílio, alto e magro, de tez morena crestada pelo sol, pescava e plantava, como todo mundo. Sua mulher Raimunda lhe fazia o contraste, pois era incrivelmente gorda, tanto que tinha dificuldade de se locomover. Muito amiga da raquítica Clarinda, não deixavam as duas de se ver todos os dias e tomar chá de ervas com cuscuz e beiju. Formavam, quando saíam juntas, uma dupla insólita e mesmo histriônica, não se incomodando com os comentários maldosos e divertidos.

Descendo o morro, um riacho de águas cristalinas terminava na praia, servindo a todos os moradores do lugar. E assim se alinhavam em torno de vinte casinhas, cada qual habitada por

famílias de costumes e rotinas iguais. Descendentes de colonos açorianos na maioria, transitavam sem queixa na mesmice pobre da vida.

Quando o sol se punha para além do morro, pouco antes do advento da noite coberta de medos e insetos, acudiam os pescadores até a venda do seu Manoel para, à luz de velas, tomar um trago e pôr a prosa em dia. As mulheres permaneciam em suas casas com o cuidado dos filhos, só se dando ao luxo de irem algumas mais folgadas até uma ermida em São José, para assistirem a alguma rápida celebração religiosa, vez por outra acompanhadas de maridos e filhos. Isso, no entanto, era raro de acontecer, pois religiosos faltavam naquelas paragens.

Nas rodas de conversa era comum serem contados causos estranhos e bruxólicos, de seres invisíveis e demoníacos que estavam toda hora a cometer estripulias com o povo do lugar. Otto se fazia presente, narrando histórias escabrosas de sua terra natal, repleta de montes gelados e vales profundos, onde o diabo era louro. E assim compareciam os boitatás, lobisomens e vampiros da noite, aliados a bruxas sinistras que prestavam culto ao demo.

Essas bruxas tinham o condão de se transformar em vassouras, de ficarem fluidas e voláteis, passando por qualquer fresta. Adoravam atravessar um buraco de fechadura, devendo esta ser untada com cera virgem de abelha para evitar o assédio. Chegavam a roubar canoas e baleeiras para viajar até qualquer lugar do mundo e faziam o percurso de ida e volta em pouco menos de meia-hora, pois a canoa deslizava no mar sem tocar nas águas.

Deixavam a embarcação em petição de miséria, toda suja de barro e despachos. Um pescador, certa noite, desconfiado, escondeu-se na praia, pois estava cansado de limpar a canoa nas manhãs que se seguiam às noites de lua cheia. E ali chegaram quatro mulheres horríveis, uma alta e esquelética que parecia a chefe, com um novelo de corda na mão. Cheirou o ar em longos haustos, sempre desconfiada, e com as companheiras adentrou na canoa, que estava amarrada na água, em uma verga de bambu. Elas flanavam no sereno da noite, sem se molharem, pois tinham horror à água. E lá se foi a canoa em velocidade incrível, na direção de Naufragados, para ganhar o mar de oceano. Ele não esperou mais e se mandou para casa, certo de que as maldades do inferno habitavam aqueles lugares. Pegaria no outro dia a canoa e a limparia, dando graças a Deus por estar vivo. As bruxas retornavam sempre antes do amanhecer e do cantar do galo preto na madrugada. Era quando perdiam seus poderes bruxólicos e voltavam a ser gente.

Se chegavam com tempo, metamorfoseavam-se em lamparinas e ficavam a dançar no mato, quais enormes vaga-lumes. Mas os moradores tinham lá suas defesas contra elas. Bastava fazer um colar de nove dentes de alho e colocar no pescoço. Elas evitariam se aproximar, mas ficavam enraivecidas com a afronta, o que não se revelava muito bom para um vivente. As casas eram protegidas com vasos de arruda e alecrim colocados próximos das janelas e portas. Elas detestavam o cheiro que tais plantas exalavam.

Veza por outra, Otto convidava os amigos para uma rodada de trago em sua casa. Gostava muito do sassafrás, uma planta aromática da qual se extraía óleo, com folhas muito boas para um chá. Da árvore chamada canela sassafrás ele mandara fazer em Desterro dois pequenos barris, que enchia com aguardente pura ou rum da Jamaica. Após algum tempo, o gosto da madeira penetrava a bebida, que ele servia com alarido aos amigos. O que espantava muito é que ele nunca convidava alguém quando a lua se fazia cheia, ocorrendo na casa barulhos e estouros esquisitos, o que fazia crer que tivesse parte com o demo, ou mesmo fosse um vampiro ou lobisomem.

A irreverência do povinho fez com que o alemão passasse a ser apelidado de Otto Sassafrás.

Interessou-se pela mulata Tiana, e esta não se fez de rogada em dividir a cama com ele, quando o Manoel não precisasse dos seus serviços. O português logo desconfiou, até ter certeza de que sua empregada era um tanto volúvel. Como tinha medo do alemão, deixou as coisas ficarem assim, mesmo porque não era muito prudente fazer inimidade com ele.

Uma manhã, Tiana chegou toda machucada, cheia de marcas e vergões no corpo, com pequenas queimaduras. Ela, que passara a noite com o Otto, contou ao Manoel que o alemão se transformara à meia-noite num bicho horrendo e pavoroso, justamente quando estava enlouquecido por cima dela.

Parecia um enorme cachorro de couro avermelhado, cauda longa terminada em tridente. Os olhos lembravam brasas e seu cabelo se transformara numa touceira de crina ruiva. Ela aguentou o rojão como pode, até porque estava quase morta de medo embaixo dele. Quando finalmente o monstro terminou, voltou ao normal e a ser o germânico de sempre. Pediu-lhe desculpas, dizendo que ela não deveria mais vir em noite de lua cheia, especialmente numa sexta-feira. E que ficasse quieta.

Mas ela não teve como enrolar o Manoel, pois o vendeiro exigiu que a mulata explicasse como sofrera aquela refrega incrível. Ele, sem perder tempo, se encarregou de espalhar o causo aos fregueses da venda, e logo toda a vila passou a temer mais ainda o Otto Sassafrás.

Uma boa salmoura e alguns gemidos fizeram com que a Tiana logo se recuperasse. E ela, que de tola nada tinha, só subia o morro para agradar Otto depois de se certificar que a lua não estava inteira. Retornava ao amanhecer, faceira da vida, com algumas patacas no bolso do vestido.

Veza por outra a encarquilhada Clarinda tomava num barco alugado os rumos da ilha, ou costeava o mar sul até a saída da barra, para visitar a Praia Comprida, a Praia de Fora, a Enseada de Brito ou mesmo a Passagem do Maciambu. Aportava fácil nesses lugares, não se sabe como. Ia rever amigas e ensinar a iniciantes os sortilégios da noite. Era uma bruxa, sim, e se orgulhava disso. Trouxera o seu segredo de Trás-os-Montes e aperfeiçoara-se no

arquipélago dos Açores, para ensinar a novas companheiras os meandros de devoção e crença nos seres das trevas.

Pactuara com o demo quando, aos treze anos, molhara os lençóis com sangue de inesquecível menarca.

Virgílio e Raimunda...

Manoel era somente um detalhe, sua obrigação, ou mesmo uma conveniência. E ambos sabiam disso. O português tolerava a sina da mulher, indiferente ao mal que ela praticava quando chegava a época. Clarinda estava inoculando na amiga e gorda Raimunda o seu veneno. Conseguiu a custo que ela fosse aceita na confraria, em encontro bruxólico na Lagoa da Conceição, quando o outono cedeu lugar ao inverno. Raimunda, apesar da largura, conseguia se fazer lépida, fluida, e mesmo emagrecer de pronto, quando em bruxa se transmutava. No entanto, ao retornar o dia, voltavam-lhe as banhas ensandecidas e profundas, para tristeza dela.

Numa noite sem lua, onde o negrume parecia total e arrebatador, Clarinda foi até a praia com a espaçosa amiga. Seus homens estavam ocupados demais na bodega, pondo em dia a prosa, em meio a copos de aguardente forte. Elas esperavam duas comadres da Praia Comprida. Sentaram-se então a conversar, já metamorfoseadas, a primeira com o indefectível novelo de corda na mão, símbolo maior de sua superioridade fantasmal e bruxólica.

Nesses sombrios momentos Raimunda respirava fácil, sem doloridos arquejos, como fazia sempre quando voltava ao mundo dos mortais. Estava agora magra e lesta, deslizava suave sobre a areia da praia, ávida por mostrar à amiga sua destreza. A mulher, enfarada, pediu que ela sossegasse e sentasse.



Enquanto aguardavam, recitavam malefícios e jaculatórias demoníacas. Embora noite fechada, seus olhos de um amarelo ardente, verdadeiros archotes de fogo, lhes permitiam tudo enxergar como se dia fosse. E logo chegaram as amigas numa canoa sem remos, a deslizar sobre as ondas calmas da baía, a pequena embarcação impulsionada pela força dos quebrantos. Cumprimentaram-se batendo as mãos nodosas, com gritos e gargalhadas estridentes. Sua indumentária era igual, em tom escuro ou cinza, corpos magros e angulosos cobertos por vestidos que batiam nos tornozelos, quase escondidos por esvoaçante capa negra. O penteado constava de cabelos presos em coque. Subiram o morro num piscar de olhos, indo parar em frente à casa do Otto Sassafrás. A porta da frente já estava aberta. Entraram, quando ele, mesmo em sua aparência normal, mas coberto por uma brilhante capa vermelha, fez com que elas se transformassem em vassouras, mandando que varressem a casa. Mesmo poderoso, só conseguia se transformar no mensageiro dos infernos nas noites de lua dadvosa, coisa de que não precisavam as bruxas, sendo Selene somente necessária para suas reuniões sinistras. Mas, mesmo sem a metamorfose, o alemão infundia nelas um terrível respeito, já que era filho dileto do bruxo dos bruxos, ao qual elas todas deviam reverência, sob o risco de perder seus tão cobiçados poderes.

Depois do trabalho, que durou algum tempo, elas se prostraram ajoelhadas, quando Otto, com um relho de couro na mão, as contemplou com algumas vergastadas solenes e metódicas, excetuando uma. Elas tudo suportaram sem um ai. Em seguida, o homem as serviu com a aguardente de sassafrás, já disposta numa jarra de barro. Cada uma tomou um talagaço, servido em cuias de madeira lisa. E ficaram a confabular, ele com a expressão arrogante de quem manda, elas com os olhos baixos e submissos. Conversavam sobre o próximo sabá, a ser realizado ali na praia, quando tudo fariam para aumentar a confraria e dominar a região inteira.

Eis que Otto se levanta da cadeira de palha, manda que três delas tomem a rua, segurando com força a mão da mais nova, a Domingas, que viera da Praia Comprida e fora poupada dos relhaços. Ele resmunga esconjuros, o que a faz aos poucos retornar à sua aparência terrena. Mulher forte, nova, de corpo bem torneado e atraente, como o da mulata Tiana. A diferença está no fato de sua pele ser incrivelmente branca, cabelos longos, lisos e negros como a noite sem brilho, ancas grandes e seios fartos, o que somente tem o condão de excitar ainda mais o germânico. Leva Domingas para o quarto, ela se deixa conduzir pela mão. Ele tira-lhe o vestido negro e a capa, sem pressa, deita-a na cama de colchão de crina e também se desnuda. Põe o corpo másculo sobre a mulher, que o recebe com medo.

Algum tempo depois seus movimentos começam a se tornar frenéticos e ela, já rendida, passa também a participar do ato. Remexe-se, levanta as coxas fortes e as cruza em volta dele, abraça-o enlouquecida, seios espremidos contra o peito de cabelos louros, e acomoda-se

melhor para receber por inteiro o avantajado germânico, que em seguida explode dentro dela, fazendo-a também sentir um orgasmo forte e profundo. Estão suados, arfantes, e passam por momentos de quieta modorra, como a recuperar forças para uma nova empreitada. Ele, com a pujança dos faunos, já refeito, põe Domingas de bruços e reinicia. A mulher, extasiada, recebe no corpo carnudo a potência do Otto Sassafrás, que não se incomoda em gritar, um urro rouco e longo, enquanto ela geme em espasmos, sentindo um prazer carnal que nunca lograra obter com o marido. E novamente acontece a apoteose, quando ela é inundada pela linfa do inesperado amante. As três comadres do lado de fora escutam tudo quietas, quiçá pesarosas por não terem sido escolhidas para a dança bacante.

Otto despacha Domingas, que volta a ser bruxa quando atravessa a soleira da porta. As outras a olham com inveja misturada a um ódio surdo e mesquinho. E descem fluidas até a praia, tomando as duas comadres a canoa, voltando ao mar da Praia Comprida. Um canto de galo na madrugada avisa Clarinda e Raimunda que precisam retornar a casa e à alcova. Ah, se tivessem um macho que as pusesse em delírio, como fizera o alemão com a comadre Domingas! Sabiam, no entanto, que seus corpos não convidavam os homens a nada, e seria sempre assim.

Voltam tristonhas à aparência mundana. Seus homens dormiam o sono dos bêbados. Enquanto isso, Otto ressonava alto em sua casa do morro, satisfeito com o desenlace da noite. Cuidava com zelo dos interesses de seu patrão Lúcifer, sem esquecer seu prazer pessoal.

Clarinda, por sua vez, não olvidava nunca as chibatadas sofridas. Era sempre assim, quando tinham que se reunir com o agente do demo. Levava tempo até que as marcas se fossem. Ela, como bruxa chefe, um dia daria o troco ao desgraçado do alemão. Era mera questão de tempo.

Domingas chega a casa ansiosa. Fora a que não apanhara do Otto. Constata aliviada que o marido ainda não voltou da pesca. Toma um gole d'água num catuto oco e deita-se na cama. Estava casada há quase dez anos e não havia meio de engravidar. Sua mãe era boa parideira, como também as irmãs, pois estava cheia de sobrinhos. Sendo a oitava de quinze filhos, não entendia como ainda não dera cacho. Relembra com um suspiro o corpo forte do alemão. De início fora tomada por um medo mortal, mas, não sabe ainda como, apossara-se dela um desejo tamanho, como nunca sentira quando se revolia na cama com o marido. Talvez fosse a força dos sortilégios que o bruxo recitara para fazê-la voltar a ser mulher.

Fora a sua melhor noite de amor, coisa que o insosso Maneca nunca conseguira lhe dar. Pela primeira vez sentira orgasmo nas mãos de um homem, ela que somente conseguia quando ficava sozinha. Relembra que seu corpo parecia em brasa, tanto que recebeu o membro do alemão, bem mais avantajado que o do marido pescador, com inusitada volúpia e maravilhosa surpresa. Nunca sentira o útero ser tocado por arremetidas de amor carnal, como

acontecera com o outro, o que a deixara possuída de uma libido que nunca sentira, e que lhe deu um tremendo prazer quando sobreveio o auge. Estava ainda com o âmago das pernas ardendo.

O marido chega, ela levanta e lhe governa um peixe, assa-o no fogão, nome pomposo para três pedras juntas no chão de barro da cozinha. Ele come rápido e, com sofreguidão, dá cabo de um catuto cheio de água, que retira de um pote de barro, seguindo incontinenti para a cama, sem dar boa noite à consorte. Estava cansado do labor no mar.

Ela deita a seu lado, sem sono, e continua a pensar no que lhe acontecera naquela noite num morro da praia de Itaguaçu. Precisava voltar lá mais vezes, pois quem sabe Otto

Sassafrás a escolhesse de novo para outra carreira de amor, agora talvez com mais calma e tempo. Escuta enjoada o ronco do marido. Volta-se para o outro canto da cama e procura dormir, convicta de que, se o alemão a quiser, ela sempre lhe dará guarida.

Passam-se alguns dias e Domingas não esquece o germânico. Deseja-o, quer repetir a dança daquela noite inesquecível. Quando o marido a procura, ela o suporta impávida, quase enfarada, e cumpre sua obrigação conjugal com visível desconforto. A aguardente que tomara na casa do Otto devia ter propriedades mágicas, pois não parava de pensar no



homem.

E num início de noite calma o marido foi para o mar. Gostava de navegar só em sua canoa, para não ter que dividir o peixe. Domingas, na falta do que fazer, arruma-se para visitar a comadre que com ela fora até a casa do Otto. Ao abrir a porta quase tem um desmaio. O alemão está ali, em carne e osso, emergindo da noite e pedindo para entrar. Ela o recebe solícita e dengosa. Nada falam. O homem cinge-lhe a cintura suavemente, cola seu peito nos seios fartos da mulher. Suas coxas se juntam, entrelaçam-se. A mulher o abraça lívida, cheia de vontades, e trocam um beijo molhado e sem fim. O alemão, quieto, a levanta nos braços, dirigindo-se para o quarto sem porta. Despem-se por inteiro, ela deitada pedindo por ele, e se amam sem medo, com forte frenesi, bem como ela sonhara.

Otto senta-se na cama. Domingas o abraça e desce com calma, até sentir nas entranhas toda a virilidade do amante. E por mais uma vez repetem a dança, sem atentar para os ruídos da noite.

Exausta, ela pede que pare e descansa; dormita, enquanto ele faz o mesmo. Levanta e lhe busca uma caneca de aguardente, que ele toma de um trago.

– O Maneca!?... – Grita ela assustada.

Sentira o vento nordeste a farfalhar nas árvores, e isso era o aviso de que o marido voltaria logo, pois os peixes por certo sumiriam.

– Não te incomodes, meu bem. – Diz ele com calma. – Teu marido não voltará mais.

– Tu o mataste, desgraçado? ... – Ela diz isso num arranco, esquecida do medo que o agente dos infernos provocava.

– Não! Não fiz isso em respeito a ti. Ele somente não voltará, vai viver sua vida em outro lugar, podes estar certa.

Domingas se aquieta. Sabe que o amante não mente, além de ter poderes para impedir que o marido retorne. E, por mais incrível que possa parecer, não mais se importa.

Depois de algum tempo fazem amor de novo, numa poltrona simples da sala. Ela sabe que seu destino agora está selado e terá que seguir diferentes caminhos. Não ansiara tanto por isso?

– Pega tuas tralhas e arruma carroto para minha casa. Lá eu pago. Deverás viver comigo como minha mulher. Esta casa é tua? ...

– Não, Otto, é alugada.

– Menos mal. Assim te livras dela mais fácil.

O alemão fala seguro, sem admitir réplica. Mas diz exatamente aquilo que ela quer ouvir. Beijam-se na saída, sem medo, e ele some na noite.

Maneca amara um espinhel e esperava. As águas do mar estavam calmas, quase mortas. Ele, da canoa, matutava sobre a vida difícil, as negações repentinas e constantes da mulher, agora diferente. Foi quando uma viração do nordeste logo se transformou em pampeiro. Tentou voltar para o continente, mas não conseguiu. Embicou a canoa na direção da ilha. Bem próximo da praia, bateu com força numa pedra submersa, o que fez a canoa virar. No escuro, esfalfado, logra chegar até a praia. Parece ter perdido a sua pequena embarcação. Consegue chegar numa bodega, onde pede um trago. Quando lhe perguntam por que está todo molhado, ele não consegue responder. Não se lembra mais de nada. Desconhece até o próprio nome.

Depois de muitos dias a vagar, consegue abrigo numa comunidade de pescadores do Ribeirão da Ilha. Passou a ser alcunhado de Jonas, visto ser o naufrágio da sua canoa o único fato que lembrava e repetia. Conseguiu um dia uma canoa emprestada e voltou a pescar. Remou solitário até a ponta sul da ilha, ingressando no mar oceano, que não conhecia. Nunca mais voltou.

Dois dias depois Domingas se juntou a Otto, na vila da praia de Itaguaçu. Um carro de boi carregava seus pertences, que se resumiam a um baú com roupas, panos de cama e mesa, além de algumas peças de cozinha, de madeira e barro.



O alemão a recebe com alegria, pois se afeiçoara a ela e a escolhera para ser sua com exclusividade, não podendo mais viver sem os prazeres que o corpo generoso da mulher lhe proporcionava. Despedira a mulata Tiana com antecedência, para evitar qualquer desagrado.

A bruxa da Praia Comprida assume afinal o lugar de esposa do mensageiro das trevas, para espanto da Clarinda e sua amiga Raimunda. A mulher do vendeiro põe-se cada vez mais desconfiada, pois teme que a outra tente assumir sua chefia. Esconde com zelo o seu novelo de corda.

Domingas, na sua primeira noite na casa, recebe do Otto Sassafrás toda a atenção devida, o que a deixa feliz. Sente na sua plenitude os prazeres mundanos e se alegra pela escolha que fez. Tem agora um marido poderoso, ao qual todas as bruxas amigas e inimigas se subordinam. Isso sem falar no povinho simples e matuto da região. E é agora dona de um amor que sempre desejara nos seus mais recônditos e negados sonhos, nas suas entranhas revoltas e despertas, sem nunca imaginar que poderia tudo ser realidade. Nas noites de lua ele a deixa e sai, só voltando quando os primeiros raios de sol começam a iluminar a praia. Ela não se importa, pois sabe que Otto tem uma missão muito especial, servidor leal que é do bruxo supremo. E passa a imperar no continente como a mulher mais reverenciada e importante, o que causa visível despeito à esquelética Clarinda.

Na verdade, a hierarquia bruxólica somente funcionava à custa de medo e ameaças. Imperava a lei primitiva do mais forte nos quebrantos e maldições. Todos sabiam disso e trocavam de chefe ou função na medida de seus mais asquerosos interesses. Não tinha sido uma vez que Clarinda tivera sua chefia afrontada. Lograra até ali livrar-se das incautas que lhe fizeram frente. Mas Domingas, que agora dava mostras de desejar o seu novelo, era um desafio bem mais difícil, pois tinha as costas quentes, a proteção das profundas do inferno.

Percorre caminho até o Ribeirão da ilha, onde mora Malvina, a bruxa mais poderosa da ilha. E com ela firma um pacto de enfrentar o alemão e sua nova mulher. Aumentam as invocações, gritos e rezas ao demônio Tibinga, esperando que ele possa efetivamente ajudá-las. Mas o

tinholo não parece ouvi-las, o que as deixa cada vez mais com raiva, um ódio mortal que lhes alimenta as almas já perdidas. E tal sentimento as deixa despidas de precaução e cautela, tanto que resolvem realizar o último sabá do ano na praia de Itaguaçu, sem que para isso peçam a devida licença ao Otto Sassafrás. Farão tudo sem o conhecimento dele, e para isso concorrerão as velhas bruxas e entidades fantasmais do continente, bem como algumas representações das freguesias da ilha. Malvina virá, por certo, para render à amiga um preito de leal amizade. Apostam que todos unidos, no momento apropriado, com a força das trevas, poderão expulsar ou mesmo matar o alemão e a mulher, com algum feitiço ou maldição. Se isso falhar talvez entre em cena um meio mais prosaico, como uma faca ou veneno.

E para ver seu intento atingido, elas parecem começar a contar com o viés da sorte. Atrasam a reunião, que será na noite de quinta para sexta, e não de sexta para sábado, como costumava ser aprazado. Nesta quinta, Otto vai a Desterro em busca de suas patacas mensais, mandadas para ele da Bavária. Clarinda, ao cair a noite de uma lua argêntea e cheia, e sabedora que o alemão somente chegará tarde ou mesmo no outro dia, dirige-se com duas amigas à morada do morro e agarra Domingas, que não pode contar com a proteção do companheiro. Ela grita, esperneia, mas não adianta. No seu desespero transmuta-se em bruxa, mas as megeras descem a picada e a prendem com seus sortilégios a uma pedra na praia. Decidirão depois o que fazer com ela. A mulher do Otto chora, lamenta-se, tenta levantar, mas está grudada à pedra por poderes malignos.

É já noite quando começam elas o sabá, presentes bruxas da região, ilha e continente, como também vampiros, lobisomens e faunos da noite. Muitos, no entanto, resolveram não comparecer, para não irritar o escudeiro de belzebu. Dançam freneticamente, embebedam-se de aguardente farta, colocada na praia em dois enormes barris pelo vendeiro Manoel, por ordem da sua encarquilhada mulher. A praia está coalhada de milhares de velas, que lançam na noite uma claridade mortiça e fosca, enquanto a lua de prata passeia no céu pontilhado de estrelas. Vampiros voam rasantes, em loucos sibilos. Estava presente o boitatá Deolindo, há anos transformado em alma penada por sua vida pérfida e mesquinha. Mesmo assim, viera acompanhado de sua bruxa Faustina, a quem amava com todo funéreo coração. Uma mula sem cabeça comparecia, filha do amor pecaminoso entre compadre e comadre. Urrava no alto de uma pedra o lobisomem Belmiro, sétimo filho de seis irmãs enfileiradas. Poções, três esconjuros macabros, pérfidos sortilégios, culto ao Tibinga rabudo, todas as diligências são aviadas por aquela fauna de seres noturnos e malditos, enquanto Domingas se lamenta presa à pedra. Ah, se o companheiro amado chegasse! Os traidores se arrependeriam! ...

Otto segue para Desterro numa baleeira alugada, mas está inquieto. Sente algo soturno no ar. Clarinda não mais falara com ele e a reunião estava próxima. Aspirava miasmas de traição. Confidenciara à mulher Domingas que somente voltaria no outro dia, mas mudou de ideia. Fora

atrás de seu provento mensal, deixando de lado a compra de víveres e encontros com amigos. Faria isso na semana seguinte. A noite já tomara conta do mundo com seu manto e ele retornou a Itaguaçu na frágil embarcação, depois de fazer o vento soprar a seu favor. Resolveu não aportar na praia, pois quando se aproximou logrou ouvir claramente gritos, imprecações e cantorias. Tinha sido realmente enganado. Fundeou a baleeira numa praiazinha do lado norte, que no futuro seria chamada praia do Meio, depois da ponta que avançava para o mar da baía. Ao pisar na areia, tomado por um ódio infernal, invocou seu chefe Lúcifer. Não demorou muito para que o diabo maior chegasse à praia, espalhando nela um cheiro nauseabundo. E transmitiu a Otto todos os seus atributos como nunca o fizera, pois não admitia quebra de hierarquia. O alemão se transforma no lobo fulvo de cauda longa e ruma para Itaguaçu.

Posta-se à beira da praia, com um urro medonho, que faz toda aquela malta de seres noturnos pararem com seus cantos, lamentos e imprecações. Estão todos paralisados de pavor. O monstro passeia em torno deles, sem que ninguém faça qualquer movimento. Clarinda tenta mexer-se, chamar para si os artifícios de seu novelo, mas continua imóvel, quase que petrificada. Sabe, afinal, que a batalha está inexoravelmente perdida e se aproxima o castigo final.

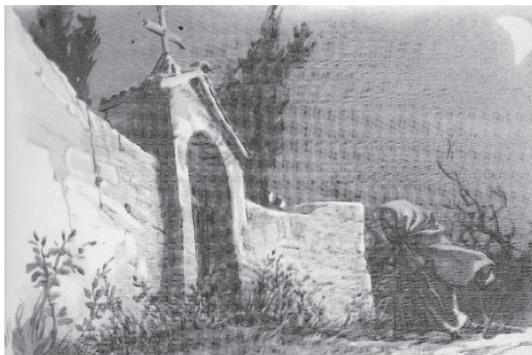
Otto vai até Domingas, levanta-a da pedra com estranha suavidade para o ser monstruoso em que se transformara. Ela o abraça sem medo. A mulher volta à sua aparência terrena, o que se faz agradável para Otto Sassafrás. O mensageiro do inferno, as duas mãos peludas para o alto, invoca o senhor das trevas com um brado apavorante e longo, que parece soar das entranhas da terra, o que obriga todos os presentes ao sabá a entrarem lentamente no mar, participantes cativos de terrível procissão. Raios sibilantes riscam as alturas e caem na baía, para o lado da ilha, enquanto nuvens enegrecidas passeiam no céu em louca carreira. A água os envolve inexoravelmente. Os seres da noite vão afundando apavorados, as feições crispadas, tentando voltar a terra, mas sem conseguir. Espalham-se pelas águas azuis da praia, transformando-se em pedras. Habitarão para sempre aquele lugar, Clarinda entre eles, com o seu singular novelo na cabeça, agora transformado em pedra também. E tudo volta à calma.

Toda as velas se apagam, o silêncio retorna, os suaves vagalumes lançam no ar suas cintilações fugidias. Otto vê-se novamente homem, toma Domingas pela mão e eles sobem a colina sem dizer uma palavra. Já na casa, entregam-se aos prazeres do amor até a sexta-feira começar a ser dia. Demorará muito para aparecer alguém com coragem de afrontá-los. O alemão, no outro dia, ao saber orgulhoso que a mulher lhe dará um filho, entrega a ela um outro novelo de corda que obteve de seu chefe. Será Domingas a bruxa chefe no continente e exercerá decisiva influência na escolha da bruxa da ilha, pois Malvina permanecerá para

sempre como pedra, ao lado da amiga Clarinda, na praia de Itaguaçu. Ali também estão o vendeiro Manoel e a gorda Raimunda.

Os espertos Virgílio e Tiana foram poupados, pois resolveram não participar da reunião, com medo do que poderia vir pela frente. O pescador toma para si a mulata, com a permissão de Otto, e esta aceita a nova situação passivamente, pois precisa sobreviver. Ele assume os negócios da venda, que agora passará a ser propriedade do Otto Sassafrás. Presta-lhe contas com exatidão de todas as patacas obtidas, pois esta será sempre a melhor forma de permanecer imune aos sortilégios da noite, que ele e a nova mulher desconhecem. Prestam reverência a Otto e Domingas. Virgílio, feliz, reconhece até que foi bafejado pela sorte. Além de não precisar ir mais para o mar, a não ser para buscar provisões em Desterro, tem também para embelezar suas noites a mulata Tiana, bem mais apetitosa que sua finada Raimunda.

Os seres noturnos daquele trágico sabá continuarão estáticos em sua eterna danação, na bela praia de Itaguaçu.



EM ALGUM LUGAR DO PASSADO: OS BICHOS ESPICHADOS DO GUATUPÊ

JORGE CESAR de Assis⁴¹



“Qualquer semelhança com os fatos aqui narrados será mera coincidência, ou não...”

Em um lugar ao Sul da *Terra Brasilis* – chamado de Guatupê⁴², lá pelos idos dos anos setenta do século passado, habitava uma tribo singular, formada por jovens que almejavam ser oficiais da Polícia Militar, chamados genericamente de alunos.

Eles habitavam o Guatupê de forma temporária, por três anos, e estavam sempre divididos em três grupos, os primeiros, segundos e terceiranistas. Os primeiranistas eram chamados de *bichos*⁴³ pelos demais que ocupavam uma hierarquia crescente naquela Escola, os veteranos.

Essa história – se é que não é estória, diz respeito aos que por lá passaram entre os anos de 1975 a 1977, e que desde seu ingresso receberam um adjetivo adicional, eram os *bichos espichados*, espichados no sentido de atrevidos, contestadores – ao menos um grupo considerável deles, talvez por influência das aulas de consciência de direitos e deveres, de observância da lei, que eram ministradas sempre pelo período da manhã, que em decorrência de um convênio entre a instituição policial militar e a Faculdade de Direito de Curitiba proporcionava, levando a uma inexorável indagação: Disciplina e Hierarquia combina com o Direito? Sei não...

Os *bichos espichados* eram alegres e descontraídos. À noite, por ocasião do deslocamento para a ceia – que não era obrigatória, mas quem iria recusar um belo café antes de dormir, atravessavam o pátio enorme em direção ao refeitório, marchando no *passo metralha*⁴⁴ – criação só deles que nada tinha de marcial. Contam que foi em 1975 que os *bichos espichados* tentaram tomar o controle do Diretório Acadêmico do Guatupê (DAG), pretendendo registrar uma chapa onde um *bicho* seria o presidente. O plano era perfeito

⁴¹ Advogado inscrito na OAB/PR. Membro aposentado do Ministério Público Militar da União. Integrou o Ministério Público paranaense. Oficial da reserva não remunerada da PMPR. Sócio Fundador da Associação Internacional de Justiças Militares. Coordenador da Biblioteca de Estudos de Direito Militar da Editora Juruá. Administrador do site: www.jusmilitaris.com.br. Membro Correspondente da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná e da Academia Mineira de Direito Militar.

⁴² A Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), segundo o art. 29 da Lei Estadual nº 16.575/2010 é a Instituição de Ensino Superior Escola Superior da Polícia Militar do Paraná (PMPPR), que se destina à graduação, formação, habilitação, adaptação, Pós-graduação e especialização policial e bombeiro militar de oficiais e de praças e à pesquisa na área da Segurança Pública.

⁴³ Dentre os vários significados da palavra *bicho*, diz-se, por extensão, do estudante novato nas escolas e academias; calouro.

⁴⁴ O *“passo metralha”* consistia no deslocamento em forma – mas não tanto, de uma fileira dos bichos espichados, cada um colocando sua mão direita no ombro esquerdo do companheiro da frente (testa), até o cerra-fila (último), de modo que a fileira formava um ângulo à esquerda e para trás. Eles marcavam a cadência com o movimento do braço esquerdo, e geralmente cantavam.

porque naquela época, o 3º ano tinha cerca de 21 alunos, o 2º ano cerca de 36 e o primeiro ano mais de 60, ou seja, inferiorizados na hierarquia eram superiores em número só que ... pelas regras eleitorais o presidente seria sempre do último ano da Escola e assim, os *bichos espichados* ficaram só na vontade.

Os *bichos espichados* gostavam de cantar à noite, geralmente em um dos apartamentos do Bloco dos alunos, batucando na mesa ou pelos corredores do Bloco dos Alunos. Gostavam de cantar Originais do Samba: “...*quantas belezas deixadas nos cantos da vida / que ninguém lembra e nem mesmo procura encontrar / e quantos sonhos se tornam esperanças perdidas / que alguém deixou morrer se nem mesmo tentar...*”. Gostavam também do Benito de Paula: “*é, acaba a valentia de um homem / quando a mulher que ele ama vai embora / é, quanta coisa muda nessa hora / e o mais valente dos homens chora...*”.

Era uma época incrível, os jovens alunos varavam as madrugadas datilografando (*não existia notebook e nem celular*) seus trabalhos escolares, acompanhados de café feito no apartamento em um pequeno bule, onde a água era fervida com um antigo aquecedor de resistência, cabo de madeira, que era equipamento obrigatório de uso individual. E os bailes, ah os bailes, todos com uniforme de gala, dançando certinho com suas namoradas, mas os *bichos espichados*, levados pelo som contagiante dos Bee Gees e pelos embalos do John Travolta, ignoravam (*os mais espichados*) a proibição de dançar separados e mandavam ver, dando show de discoteca e ...ficando de LC no próximo final de semana, rrsrrs. LC significava licenciamento cassado, e era aplicado com frequência, tinha *bicho espichado* que nunca saía da Escola. Contam que por ocasião dos bailes da Escola, tinha um oficial especialmente designado para anotar os dançarinos.

E nas formaturas na Escola, aquelas normais, do dia a dia, esse oficial, segundo disseram, se posicionava atrás dos alunos e anotava qualquer movimento diferente. A postura, tinha de ser marcial ao extremo. Os alunos não o viam, mas sabiam que ele estava lá atrás, dele só ouviam a expressão temida, dirigida ao Dia à Escola⁴⁵: “*anota o fulano, anota o cicrano*”, e assim por diante. Uma vez anotado, adeus final de semana.

Mas os *bichos espichados* eram bons em todos os esportes, futebol de campo, de salão, atletismo, vôlei, participaram sempre das seleções da Escola deixando sua marca indelével na história da Terra de Guatupê.

Naqueles tempos os *bichos espichados* eram imunes à suscetibilidades, de modo que brincavam uns com os outros, colocando apelidos os mais variados, sem que isso significasse necessariamente uma ofensa como *só* acontecer nos dias de hoje. Em um regime onde primeiro se cumpria a punição para só depois recorrer não havia espaço para suscetibilidades.

⁴⁵ Dia à Escola era o terceiranista que estava de serviço, responsável pela apresentação do Corpo de Alunos.

Quando os *bichos espichados* passaram a ser segundanistas espichados, foram decisivos na criação do KADET'S, órgão Informativo do DAG, que teve um segundanista espichado como Editor, e era impresso de forma rústica, em um velho mimeógrafo à álcool⁴⁶. O KADET'S teve duas edições e, ao final de 1976, deu lugar ao PHILO'S – Um amigo na Informação, publicação mensal do Diretório Acadêmico Guatupê e que tinha um segundanista como Redator. O PHILO'S teve quatro edições e, em 1977, quando um terceiranista espichado era o Diretor do DAG foi feita a primeira impressão em OFF-SET⁴⁷, em uma parceria com o pessoal do Departamento Gráfico da Penitenciária Central do Estado. Depois disso, não se sabe se as publicações continuaram, mas há quem garanta possuir exemplares dessas raridades.

Os *bichos espichados* quando chegaram ao terceiro ano, e passaram a ser terceiranistas espichados, deram causa a uma quebra de tradição na hierarquia do Corpo de Alunos. É que a hierarquia dos alunos do Curso de Formação de Oficiais obedecia, quando estivessem no mesmo ano, ao princípio da antiguidade. Ao ingressarem todos no curso de formação de oficiais da Academia Militar, na mesma data de matrícula, a antiguidade foi estabelecida pela ordem de classificação dos alunos, classificação esta que se seguiria até a data do aspirantado, por conclusão de curso. Servia para a primeira noção de antiguidade que o futuro oficial adquire: os primeiros classificados são designados como comandantes dos vários pelotões de alunos, o 01 é o comandante de todo o Corpo de Alunos, o 02 comanda o 1º pelotão, o 03 o 2º e assim por diante.

Mas com os terceiranistas espichados isso não prevaleceu. O 01 continuou sendo o Comandante do Corpo de Alunos, mas o comando dos pelotões não foi confiado sequencialmente ao 02, ao 03, mas sim àqueles terceiranistas escolhidos pelo Comando da Escola que necessariamente não eram mais antigos. Poder-se-ia pensar que esse fato gerou algum tipo de revolta na turma, mas não, prevaleceu o espírito de jovialidade dos futuros aspirantes com seus colegas e companheiros, e os novos comandantes de pelotão foram cognominados de “fixos” porque permaneceriam até o final do curso, ou “biônicos”, uma alusão à investidura dos senadores do pacote de abril de 1977.

Pois bem, se os *bichos* continuaram *espichados* em 1976 quando passaram a ser segundanistas, foi nesse ano que dizem que ocorreu o feito de maior audácia daquela turma, conta-se o milagre, mas não o santo, ou os santos porque teriam sido mais de cinco os seus autores. Para os que lembram desses bons tempos, dos três grandes blocos paralelos defronte ao pátio e em oposição ao refeitório, o do meio, onde hoje se vê a inscrição APMG – BERÇO

⁴⁶ Considerado o avô da impressora, o mimeógrafo era um aparelho que reproduzia cópias a um baixo custo por meio de um método simples e bem caseiro. E tinha uma característica bem marcante: o cheiro de álcool nas folhas que exalava sala adentro. Disponível em <https://olhardigital.com.br/2022/01/26/tira-duvidas/cheiro-de-alcool-na-sala-voce-sabe-o-que-era-um-mimeografo/#:~:text=Considerado%20o%20av%C3%B4%20da%20impressora,folhas%20que%20exalava%20sala%20adentro>, acesso em 07.05.2022.

⁴⁷ A impressão offset é o processo de impressão planográfico mais usado pelos setores gráficos em todo o mundo. Isso se dá, principalmente, pelo alinhamento entre qualidade e custo-benefício do processo. Disponível em <https://www.printi.com.br/blog/o-que-e-impressao-a%20contato%20direto%20com%20matriz>.

DE LÍDERES, era o bloco dos alunos, com a diferença de que, àquela época, as janelas laterais, onde se localizavam os quartos dos alunos, tinham uma veneziana de madeira, em cor amarela, que protegia a janela, e que se abria para cima, formando um ângulo de 90 graus com a vidraça.

Quem contou essa façanha diz que teve que consultar velhos álbuns de fotografia para poder relembrar exatamente de como eram as janelas dos apartamentos do bloco dos alunos para poder nos dar a descrição acima.

Então, naquele tempo, havia um grupo de terceiranistas, ocupantes de um mesmo quarto, que após a ceia noturna, costumavam ficar um pouco mais no refeitório, de onde saíam por último trazendo um pacote de leite, gentileza que o pessoal do rancho lhes proporcionava. O litro de leite por aqueles tempos era embalado em um pacote (saco) plástico, e eles quatro (cada quarto tinha 4 alunos), cuidadosamente, abriam a veneziana amarela, deixando-a naquela posição de 90 graus, e colocavam o pacote de leite em cima dela, acredita-se que para que o alimento permanecesse fresquinho sob o orvalho da madrugada, no ponto certo para ser digerido pela manhã.

Os segundanistas espichados que residiam no andar de cima, viram a guloseima láctea exposta em cima da veneziana amarela, e resolveram passar a perna nos terceiranistas.

Conta-se que foi uma operação muito delicada e perigosa, realizada durante a madrugada, envolvendo vários *espichados*: um deles, com certeza de extrema coragem, era colocado para fora da janela, de ponta cabeça, com outros dois, igualmente fortes, segurando em cada tornozelo para que ele não caísse. Mesmo sendo alto, o *espichado* não conseguia alcançar o leite em face da altura entre os andares do prédio, razão pela qual lhe deram uma vassoura para que, com muito cuidado varresse o leite para fora da veneziana.

Lá embaixo, ao pé do chão estavam outros dois *espichados*, com toalhas de banho para pegar o leite sem que ele caísse no chão e explodisse o pacote. Eles pegavam o leite, subiam para o segundo andar, e cada um dos espichados tomava um gole do leite. Era pouco mais de um gole porque havia outros espichados no quarto, na assistência.

Puro *animus jocandi*⁴⁸ poder-se-ia dizer da façanha.

Após essa primeira vez, o pacote vazio de leite foi colocado na porta dos terceiranistas. Dizem que os terceiranistas ficaram possessos, seria manchete de jornal policial se descobrissem quem e como os *espichados* pegaram o seu leite. Fizeram juras de vingança, imaginaram as mais cruéis torturas, mas não podiam sequer provar o que aconteceu.

Realmente foi uma ação impetuosa, imagina se o *espichado* da vassoura caísse da janela do segundo andar? Quebrava o pescoço na certa, mas nada paga o gosto da aventura.

⁴⁸ Expressão latina utilizada em Direito Penal. Para todos os efeitos, *animus jocandi* deve ser entendido como uma brincadeira, onde não há real intenção em ferir o bem jurídico do sujeito passivo.

Então, os terceiranistas lesados passaram a ficar acordados durante a madrugada para flagrar a subtração do leite. Colocavam o leite na veneziana, faziam plantão mas em vão, os espichados não vinham e eles bebiam leite pela manhã.

Passados alguns dias, os segundanistas espichados resolveram repetir a façanha – ou loucura, *oh my God* diriam os ingleses, mas repetiram sim. E de que forma? Os terceiranistas já tinham baixado a guarda, o pacote de leite ia para cima da persiana toda noite sem problemas e era bebido pela manhã. Os espichados resolveram atacar no adiantado da madrugada, por volta das 04:00 às 04:30 horas, quando a probabilidade dos terceiranistas estarem nos “braços de Morfeu”⁴⁹ era alta. Para isso contaram com a ajuda de um bicho (primeiranista) que não se sabe se era espichado também, mas era o plantão da hora no Bloco dos Alunos e que recebeu a missão de acordar os *espichados* para prosseguirem em seu desiderato. Segundo quem estava presente, tudo ocorreu exatamente da mesma maneira: *espichado* seguro pelos tornozelos, de ponta cabeça para fora da janela usa de uma vassoura para varrer o pacote de leite – apanhado em segurança pelos *espichados* em terra com o uso da toalha – retorno ao apartamento – todos bebiam um pouquinho de leite – colocação do pacote vazio na porta das vítimas. Bingo!

Dizem que pela expressão dos terceiranistas na manhã seguinte dava para imaginar o destino dos espichados caso fossem surpreendidos. Os autores da façanha repetida, que eram *espichados*, mas não eram burros desistiram de novas investidas, afinal quem brinca com fogo pode sair queimado, e eles sabiam disso, rrsrrs.

Saudade não tem idade, recordar é viver novamente, e os *bichos espichados* de 1975, que prosseguiram sendo *segundanistas e terceiranistas espichados*, estão próximos de completar 50 (cinquenta) anos de ingresso na Escola de Formação de oficiais da gloriosa Polícia Militar do Paraná, Jubileu de Ouro da EsFO.

Os *bichos espichados* fizeram escola, eram jovens, sonhadores, idealistas, brincalhões. Seis dentre eles posteriormente ingressaram nas carreiras do Ministério Público e Magistratura, mas com certeza deram todos, em maior ou menor intensidade, o melhor de seus esforços em prol da Corporação por eles escolhida.

⁴⁹ O sucesso popular da expressão “nos braços de Morfeu”, velho chavão classicista que significa “adormecido”, leva muita gente a acreditar que, na mitologia grega, fosse Morfeu o deus do sono. Na verdade, ele era filho do deus do sono, chamado Hypnos, palavra grega que significa simplesmente sono – um deus que era conhecido como Somnus em latim. Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/coluna/sobre-palavras/hipnos-morfeu-e-o-sono-das-palavras/>

